Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de
Literaturas de Língua Portuguesa

Danilo Silvério

***Ultimatum*, Crise do Romance e Representação Literária
em Eça de Queirós**

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Silvério, Danilo

S587u

Ultimatum, Crise do Romance e Representação Literária em
Época de Queirós / Danilo Silvério ; orientador Helder Garmes. -
São Paulo, 2019.

141 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de
Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Estudos
Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa.

1. Literatura Portuguesa. I. Garmes, Helder, orient. II. Título.

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa

Ultimatum, Crise do Romance e Representação Literária em Eça de Queirós

Danilo Silvério

Tese apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) para a obtenção do título de Doutor em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Helder Garmes

Banca:

1. Prof. Dr. Helder Garmes (orientador);
2. Prof^a Dr^a Maria Elisa B. P. S. Cevalco;
3. Prof. Dr. Daniel Puglia;
4. Prof. Dr. José Carlos Siqueira de Souza.

São Paulo

2019

SILVÉRIO, Danilo. *Ultimatum, Crise do Romance e Representação Literária em Eça de Queirós*. Tese apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) para a obtenção do título de Doutor em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa.

Aprovado em:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

A minha consorte, Ariana Rumstain,
E a meus infantes, Rosa Maia e Sebastião Aires.

Agradecimentos

Agradeço, antes de tudo, ao professor Helder, por ter aceitado minha proposta de trabalho. Aos colegas do Grupo Eça: Carlos Reis, Antônio Nery, Márcio Muniz, José Carlos Siqueira, Mônica Figueiredo, Alana Freitas, Eduíno José, Patrícia Cardoso, Breno Góes, José Leite, Raquel Trentin, Benjamin Abdala, Daiane Pereira, Henrique Marques, Márcio Jean Fialho, José Roberto de Andrade, Cristiane Tolomei, Giuliano Lellis Ito, Pedro Schacht, Maria Cristina Simon, Ana Márcia Siqueira, Isabel Pires de Lima e Elza Miné – a convivência com todos vocês é um privilégio.

Não poderia deixar de agradecer, também, aos professores que ministraram as aulas das disciplinas que cursei durante o doutorado: professores Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos e Jorge de Almeida (pelo romance como crise); Samuel Titan Jr., Marcelo Pen, Alexandre Bebiano, Sandra Nitrini, Adriano Schwartz e Julián Fuks (pelas crises do romance); e professor Daniel Puglia (pelo materialismo histórico).

Agradeço, sempre, a professora Maria Elisa Cevasco (pela dialética e pelo Jameson).

Por fim, agradeço às pessoas que despertaram em mim, de um jeito ou de outro, a paixão pela literatura: minha mãe, exímia narradora de seus sonhos; meu pai, pescador e contador de histórias; minha avó Luzia, pela infundável leitura do Velho Testamento todas as noites antes de dormir; meu avô Antônio, que já não me reconhece, mas que sabe sorrir ao ouvir meu nome e nunca se esqueceu de me comprar o jornal de domingo; meu tio Sebastião (*in memoriam*), o melhor contador de causos da minha infância, e minha tia Fátima (*in memoriam*), pelas histórias que jamais voltarei a ouvir. Leio sempre, para que eu nunca me perca de vocês.

Sweet are the uses of adversity.

William Shakespeare (*As you like it*)

Resumo

SILVÉRIO, Danilo. *Ultimatum, Crise do Romance e Representação Literária em Eça de Queirós*. 2019, 141 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

A proposta desta tese é a de investigar as relações entre processo social e forma literária nos dois últimos romances de Eça de Queirós, escritos após a crise de 1890 – *A Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e as Serras*. Nesse sentido, se à crise do processo social (*Ultimatum*), conforme Walter Benjamin, corresponde uma crise na forma do romance, certamente há, nesses dois últimos romances de Eça, formas singulares que sedimentam o processo em questão. Assim, é preciso ler as duas obras em conjunto para entender o que Antonio Candido chamou de “redução estrutural”. O objetivo é entender em que medida a história, como causa ausente, se manifesta na forma do romance. Para tanto, será preciso recorrer não só à história do período, sobretudo no que concerne à luta de classes na Europa e, especificamente, em Portugal, a fim de entender os movimentos de ambos os romances, na sua tentativa de responder artisticamente à crise; mas também recorrer a um método específico para investigar adequadamente o que foi proposto. Nesse sentido, será imprescindível a referência ao historiador Arno J. Mayer, principalmente ao seu trabalho sobre o papel da aristocracia na luta de classes da sociedade europeia até a Grande Guerra. Obrigatória também será a referência ao antropólogo Norbert Elias e à sua análise sobre os rituais aristocráticos na sociedade de corte. Por fim, Fredric Jameson será a referência metodológica, a partir de sua proposta de uma análise calcada no inconsciente político.

Palavras-Chave: Aristocracia. Burguesia. Crise. Romance Português. Século XIX.

Abstract

SILVÉRIO, Danilo. *Ultimatum, Crise do Romance e Representação Literária em Eça de Queirós*. 2019, 141 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

The proposal of the present work is to investigate the relationship between social process and literary form in the last two novels by Eça de Queirós, written after the crisis of 1890 – *A Ilustre Casa de Ramires* (*The Illustrious House of Ramires*) and *A Cidade e as Serras* (*The City and the Mountains*). In this sense, if to the crisis of the social process (the English *Ultimatum*) corresponds, according to Walter Benjamin, a crisis in the novel form, there will certainly be, in those last two novels by Eça, singular forms that sediment that historical process. Thus, both narratives must be read as complementary to each other in order to understand what Antonio Candido called “structural reduction”. The aim is to comprehend in what sense history, as an absent cause, appears in the novel form. In order to achieve that, it will be necessary to appeal not only to the history of that period, especially in what concerns classes struggle in Europe and, specifically, in Portugal, with the view to understand the movements in both novels, as to artistically respond to the crisis; but also to appeal to a specific method to investigate adequately what was proposed. In this sense, it will be indispensable the reference to the historian Arno J. Mayer, mainly to his work about the aristocracy role in the classes struggle of European society until the Great War. It will also be obligatory the reference to the anthropologist Norbert Elias and his analysis over the aristocratic rituals in the court society. At last, Fredric Jameson will be the methodological reference, from his proposal of an analysis centered on the political unconscious.

Key-words: Aristocracy. Bourgeoisie. Crisis. Portuguese Novel. XIX Century.

Sumário

Introdução.....	12
1. <i>Ultimatum</i>, Crise do Romance e Representação Literária.....	16
1.1 O <i>Ultimatum</i> e as duas flores d’ <i>Os Maias</i>	19
1.2 Crise e Representação Literária.....	27
2. <i>A Ilustre Casa de Ramires</i> – História e Ficção.....	32
2.1 História.....	40
2.2 Ficção.....	68
2.3 Ficção e História.....	78
3. <i>A Cidade e as Serras</i> – Centro e Periferia.....	88
3.1 Centro.....	95
3.2 Periferia.....	112
3.3 Periferia e Centro.....	127
4. Considerações Finais.....	135
Bibliografia.....	138

Introdução

Quando defendi minha dissertação de mestrado, em dezembro de 2016, a presente tese já vinha sendo gestada. A leitura que apresentei, na ocasião, sobre *Os Maias*, de Eça de Queirós, deveria ter sido acompanhada, conforme sugestão do meu orientador, o professor Helder Garmes, de mais um ou dois capítulos que abordassem também *A Ilustre Casa de Ramires* (1900) e *A Cidade e as Serras* (1901). Havia dois problemas, então. O primeiro é que a passagem para o doutorado direto, embora tendo sido aprovada pela banca de qualificação, esbarrou numa mudança de regimento interno que não previra casos de transição como o meu. Sendo assim, abordar outras duas obras numa dissertação de mestrado exigiria um tempo que já não existia, por imposição dos prazos acadêmicos estipulados pelo programa. O segundo problema era de ordem propriamente analítica, pois entre *Os Maias* (1888) e os dois últimos romances de Eça (1900 e 1901), havia a crise do *Ultimatum* (1890) – e isso fazia toda a diferença para a natureza da análise proposta.

A relação entre as três obras, entretanto, é de fato notória para uma parte da crítica. Para a análise apresentada neste trabalho, Gonçalo Mendes Ramires e Jacinto de Tormes serão, por hipótese, dois desdobramentos possíveis da figura de Afonso ou da vida de Carlos da Maia (depois do episódio incestuoso com a irmã). Há, todavia, uma diferença fundamental: enquanto o percurso de Carlos se confunde com a *Regeneração*, os percursos de Gonçalo e de Jacinto compõem, cada um à sua maneira, uma resposta de Eça ao *Ultimatum* inglês. Nesse sentido, a abordagem em separado permitiu que o trabalho de análise sobre os dois últimos romances de Eça não só fosse mais detido, mas também preservasse certa unidade temática sobre a crise desencadeada em 1890.

Antes de tudo, portanto, é preciso retomar, ainda que brevemente, a proposta de análise defendida na dissertação, a fim de que reste clara a relação estabelecida entre ela e a presente tese.

Portugal, ao menos até o *Ultimatum* inglês de 1890, vivia sob um regime liberal e burguês, politicamente assentado num arranjo conhecido como *Regeneração*, e preso à crença, ilusória, de ser o centro de um Império Colonial (o Quinto Império!) que participava

do concerto das grandes potências e que, entre elas, figurava. Ocorre que a pátria lusa era, estruturalmente, ambígua: periférica (em relação à Europa) e imperialista (em relação ao continente Africano)¹; burguesa no liberalismo e nas leis, mas aristocrática nos costumes e na preservação dos privilégios. Em outras palavras, o universo contraditório construído entre 1851 e 1891, sob a *Regeneração*², será implodido pela crise de 1890, quando a Inglaterra afronta as aspirações lusitanas em África, e será definitivamente liquidado com o advento da República, em 1910.

Conforme defendido na dissertação, *Os Maias* seriam o romance-síntese da *Regeneração*. E isso porque o *processo social* circunscrito a esse período, de acordo com os preceitos do materialismo histórico, estaria impregnado na *forma* do romance. Em termos muito simples, a *Regeneração* propunha uma acomodação entre uma aristocracia resiliente e uma burguesia ascendente por meio da adoção do modelo parlamentarista inglês. Assim, com a criação da Câmara dos Pares (à semelhança da *House of Lords* na Inglaterra), ambas as classes poderiam, por indicação e nobilitação régia, partilhar do poder em condições de equidade numa câmara alta³. Conforme Oliveira Marques:

Entre aristocratas e burgueses, (...), as diferenças foram-se minimizando. A existência da Câmara dos Pares assegurava um lugar de

¹ Conforme Boaventura de Sousa Santos: “Durante muitos séculos, Portugal foi simultaneamente o centro de um grande império colonial e a periferia da Europa.” (SANTOS, 2011, p. 24). E mais adiante: “Portugal era o centro em relação às suas colônias e a periferia em relação à Inglaterra.” (SANTOS, 2011, p. 25)

² “No quadro político em que se desenrola a atividade partidária de 1851 a 1868 não há, [...], um rotativismo partidário propriamente dito. Há indefinições programáticas e insuficiente força organizativa, razões impeditivas de uma perfeita alternância no exercício do Poder. Demonstram-no, também, as várias coligações entre regeneradores e históricos e as alianças com cartistas e legitimistas. ‘Grupos de elites burgueso-aristocráticas’ – na definição de Pinto Ravara –, cujas divergências ideológicas programáticas e de estratégia permitiam confrontos de ideias, estimulavam polémicas jornalísticas, instigavam o caciquismo eleitoral, mas que não impediriam a ‘fusão’, em 1865. Coligação governamental que só o movimento da Janeirinha, despoletado no Porto nos inícios de 1868 contra o sistema fiscal, faria ruir.” (MATTOSO, 1993, p.104). Reparem que Mattoso limita a *Regeneração* a 1868, mas outros historiadores entendem que ela perdure até 1891 – caso de Oliveira Marques (2004), referido adiante.

³ A *Regeneração* (1851-1891), na história de Portugal, foi o momento político em que os mais diversos interesses de classe, muitas vezes travestidos de interesses pessoais, acomodaram-se a fim de garantir, *grosso modo*, a estabilidade necessária para o desenvolvimento das atividades econômicas que então revolucionavam toda a Europa e, de uma outra perspectiva, o mundo (Cf. OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 467-469).

relevo, nem que fosse teórico, do alto clero à nobreza tradicional, permitindo uma ascensão social e uma recompensa formal aos burgueses colaborantes. (OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 469)

Esse arranjo deveria se estender, em termos simbólicos, a todas as relações de sociabilidade possíveis – desde o encontro entre os frequentadores de um mesmo salão, até o matrimônio entre um nobre e uma plebeia. E é justamente essa acomodação que pode ser observada na narrativa d’*Os Maias* – exceto pela resistência do aristocrático Afonso da Maia diante do casamento de seu filho Pedro com Maria Monforte, filha de um negreiro. Essa quebra de expectativas operada por Afonso implicará as mais trágicas e romanescas consequências, já conhecidas do leitor: a fuga de Maria com um príncipe italiano (levando a pequena Maria Eduarda), o suicídio de Pedro (abandonado com o ainda bebê Carlos) e o futuro enlace incestuoso entre os irmãos. Ora, se a *Regeneração*, enquanto processo social, propunha uma acomodação de classes, o incesto, do ponto de vista formal, será a sua negação – uma vez que a relação amorosa central do romance se dá entre dois aristocratas, netos de um fidalgo que ousou negar ao ascendente negociante Manuel Monforte o reconhecimento social que se supunha o mais sensato a fazer então.

A crítica de Eça, n’*Os Maias*, recairia, portanto, sobre a aristocracia empedernida, resistente aos ventos da mudança operados pela *Regeneração* – como era o caso de Afonso da Maia. O romancista, entretanto, não previra, e nem poderia prever, a catástrofe que seria a crise de 1890 em Portugal e a necessária mudança de curso que, eventualmente, esse acontecimento histórico implicaria para seu projeto literário. De qualquer forma, ao elaborar sua resposta ao *Ultimatum*, a partir de seus dois últimos romances, ora em análise nesta tese, Eça recorreria, em ambos os casos, a protagonistas de origem comum a de Afonso da Maia. As razões para tanto serão debatidas ao longo deste trabalho, mas, para esta introdução, o fato esclarece a relação sugerida no princípio entre *Os Maias*, de um lado, e *A Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e as Serras*, de outro. Sem necessariamente sugerir que os dois últimos sejam uma continuação do primeiro, é perfeitamente possível vislumbrar em Gonçalo Mendes Ramires ecos de Afonso da Maia (ou mesmo o que seria de Carlos da Maia se houvesse se retirado para Santa Olávia após o incesto); assim como também seria possível imaginar que a vida do mesmo Carlos, em Paris, não seria muito diferente da vida de Jacinto no 202 dos Campos Elísios. Seria mesmo possível sugerir que o antepassado Tructesindo fosse uma espécie de Manuel Monforte em início de trajetória, mas não será necessário ir tão longe.

O embasamento teórico e o método para se proceder à análise aqui proposta serão os mesmos da dissertação – e melhor abordados oportunamente. O intuito será o de investigar, na *forma* dos respectivos romances, o que ela nos revela sobre o *processo social* em curso. No caso da tese, entretanto, será necessário aprofundar a análise em alguns tópicos, pela própria natureza do que é abordado. Assim, se o processo social, o *Ultimatum*, representa a grande crise em Portugal, será preciso discutir as relações entre crise e romance. Ademais, a apropriação do romance histórico, n' *A Ilustre Casa de Ramires*, implicará uma necessária discussão sobre esse gênero, a partir das considerações de Lukács. Da mesma forma, a adoção do foco narrativo a partir de um narrador-observador, n' *A Cidade e as Serras*, obriga a uma investigação cuidadosa sobre essa escolha operada pelo autor.

Por fim, o intuito de todo o debate será o de entender melhor o papel que a luta de classes desempenha no correr da crise de 1890, que, por sua vez, foi crucial para os rumos que o país tomaria a partir de 1910.

1. *Ultimatum*, Crise do Romance e Representação Literária

Delimitar crise no Portugal do século XIX não é das tarefas a mais simples⁴. No entanto, é preciso reconhecer que a crise do Estado português nesse período se inicia, antes de tudo, com a transmigração da corte, em novembro de 1807, para o Brasil, por conta da invasão napoleônica à península. Com a queda de Napoleão, a crise prossegue com as revoltas liberais da década de 1820, que exigiam uma carta constitucional ao regime monárquico e o retorno de D. João VI a Portugal. Antes mesmo do reconhecimento da independência de sua principal colônia (o Brasil) em 1825 (por parte de Portugal, claro está), o país já chafurdava em guerras civis e disputas pelo trono que se estenderam até o triunfo de D. Pedro IV (o D. Pedro I do Brasil) na contenda contra seu irmão, D. Miguel, em 1834. Após o fim da guerra civil, no entanto, a instabilidade política ainda perdurou por conta de disputas entre grupos liberais diversos (cartistas, vintistas, setembristas) pelo poder. Uma relativa estabilidade institucional seria alcançada somente a partir de 1850, com um arranjo político que ficou conhecido como *Regeneração* (Cf. OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 467-469). Tratava-se, *grosso modo*, da adoção do modelo britânico de monarquia constitucional, com uma câmara alta (a Câmara dos Pares, à semelhança da *House of Lords*), que acomodava os diversos interesses econômicos e sociais em jogo – uma vez que os Pares do Reino eram indicados pelo monarca e correspondiam a aristocratas ou eminentes burgueses (que geralmente ostentavam um ou outro título honorífico comprado a uma endividada coroa). Esse estado de coisas terá breve duração, enfrentando percalços já a partir de 1868 (com o advento do Fontismo⁵), mas sua inconsistência será posta a nu com o *Ultimatum* britânico de 1890 – a grande ruptura na história de Portugal no século XIX, conforme Eduardo Lourenço:

Este sentimento de fragilidade ôntica relativo à existência pátria durante *todo o* século XIX, a consciência de uma permanente ameaça, atingiram proporções que hoje nos parecem *absurdas*, descabeladas [...], mas

⁴ “Em nenhum tempo do seu percurso a existência nacional foi vivida em termos tão esquizofrênicos como no século XIX.” (LOURENÇO, 2012, p. 29)

⁵ Embora o Fontismo (1868-1889) seja conhecido como um período de fomento à modernização da infraestrutura de Portugal (pontes, estradas, ferrovias, portos, telégrafos, etc.), é preciso lembrar que os recursos para a execução desses projetos foram captados a partir de empréstimos externos, sobretudo junto aos bancos ingleses – o que em grande medida levaria, adiante, ao colapso financeiro do regime monárquico (Cf. OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 97).

as suas ondas de choque vão contaminar quase todas as grandes manifestações literárias capitais do século. [...] A reacção histórico-patriótica ao *ultimatum* que consagrava a nossa nulidade política [...], não é senão a expressão-resumo de uma ferida aberta em 1808 e em contínua supuração ao longo do século. (LOURENÇO, 2012, p.87)

De fato, Eduardo Lourenço identifica o *Ultimatum* como o trauma-resumo do século XIX português⁶. A catástrofe gerada no país pela imposição de um fim ao “mapa cor-de-rosa” e às aspirações imperialistas lusitanas em África se arrastaria até 1910, quando a monarquia chegou ao fim para ceder lugar à república⁷.

Se for fato, conforme Walter Benjamin (Cf. BENJAMIN, 1994, p. 54-55), que a uma ruptura na história (o *Ultimatum*) corresponde uma mudança no gênero épico do romance, será necessário descrever como esse período de crise⁸ encontra sua forma nos romances que Eça de Queirós⁹ escreve ao longo desses anos – o que limita esta análise a três obras: *Os Maias* (1888), como uma referência que antecede ao *Ultimatum*; *A Ilustre Casa de Ramires* (1900), o último romance do autor, publicado de forma semipóstuma (não houve tempo hábil de revisar as últimas páginas do romance); e *A Cidade e as Serras* (1901), romance também semipóstumo.

⁶ “O *Ultimatum* não foi apenas uma peripécia particularmente escandalosa das contradições do imperialismo europeu, foi o *traumatismo-resumo* de um século de existência nacional traumatizada.” (LOURENÇO, 2012, p.30)

⁷ “Quando o ultimato britânico de 11 de Janeiro de 1890 se abateu sobre o País, o Porto dispunha já de uma vanguarda disposta [o Partido Republicano Radical] a responder pela força às presumidas vacilações e subserviências da monarquia.” (MATTOSO, 1993, p.121). Também nesse sentido observa Eduardo Lourenço: “nesse final de século a própria ideologia republicana se alimentou do ultranacionalismo da impotência gerado pelo *Ultimatum*. A *república*, conjunto de posições políticas de subversivo teor ideológico mas de reduzido âmbito social, aparece então como a forma de apropriação de um destino colectivo confiscado, como então se escrevia, pela *casa de Bragança*, a monarquia liberal onde se enxertara bem a pouco dinâmica burguesia nacional.” (LOURENÇO, 2012, p.31)

⁸ Outra referência no debate entre crise e representação literária pode ser encontrada na leitura do clássico ensaio de Lukács, “Narrar ou descrever?” (Cf. LUKÁCS, 2010, p. 149-185).

⁹ “De todas as interpretações da realidade nacional da Geração de 70 [...] a mais complexa, a mais obsessiva, ardente, fina e ao fim e ao cabo a mais bem sucedida, por mais adequada transposição mítica, sentido da realidade e criação de imagens e arquétipos ainda de pé, é sem dúvida a de Eça de Queirós.” (LOURENÇO, 2012, p. 95)

Não há dúvidas de que o Portugal de antes de 1890 está criteriosamente representado n' *Os Maias*, de 1888. O romance, em linhas gerais, retrata o período da *Regeneração*, em que burgueses e aristocratas se esforçam por se acomodar a um novo estado de coisas. Ainda que não constitua uma ruptura histórica, a *Regeneração* é um fato político e social com profundas implicações na vida portuguesa, uma vez que introduz o elemento burguês nas instituições representativas do país e exige uma nova postura da aristocracia resiliente (Cf. MAYER, 1981) para com essa burguesia ascendente. Para a representação desse novo tempo, deverá existir uma forma literária que possa corresponder a essas mudanças, qual seja, a d' *Os Maias*. Na forma desse romance, muito sucintamente, o que se observa é o diálogo entre um universo romanesco-cavalleiresco (afeito à nobreza e a seu espírito de aventura) e um universo realista (afeito ao burguês e a seu espírito pragmático e empreendedor). A esse encontro entre escolas literárias no gênero do romance corresponderá o incesto entre os protagonistas da obra.

No entanto, o objetivo não é o de proceder à análise pormenorizada d' *Os Maias*¹⁰, mas o de investigar se às obras publicadas depois do *Ultimatum* corresponde uma outra forma para o romance – gênero, por sua vez, já engendrado a partir de uma crise da narrativa tradicional. Nesse sentido, é sempre conveniente recordar que, em “A crise do romance”, Walter Benjamin identifica os sintomas dessa crise de representação, por exemplo, numa “avalancha de romances biográficos e históricos” (BENJAMIN, 1994, p. 55). Ora, os dois últimos romances que Eça deu à luz são, justamente, de cunho histórico (*A Ilustre Casa de Ramires*) e biográfico (*A Cidade e As Serras*). Enquanto naquele o protagonista busca, por meio da escrita de uma novela, resgatar os feitos históricos de sua estirpe a fim de afirmar sua própria relevância para a pátria, este narra a vida que Jacinto leva em Paris e, depois, em Tormes (sua quinta em Portugal). Ao contrário d' *Os Maias*, narrado em terceira pessoa, o que se observa nesses outros dois casos são narrativas em que o autor adota perspectivas diversas. Embora a história dos Ramires seja narrada em terceira pessoa, o diálogo estabelecido entre essa narrativa (a do presente do protagonista) e a narrativa de uma obra composta pelo próprio protagonista (a do passado da família) leva a uma ilusão de subjetividade, uma vez que, ao adotar a perspectiva do protagonista¹¹ nesses termos, o leitor é induzido a perceber a narrativa

¹⁰ Para tanto, conferir dissertação de Mestrado: *Antes Morganático Que Incestuoso: Processo Social e Forma Literária n'Os Maias, de Eça de Queirós*. Disponível para download em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-10042017-120900/pt-br.php>

¹¹ Como bem lembra Paulo Franchetti, “durante quase todo o livro, o mundo é, direta ou indiretamente, avaliado pelo olhar de Gonçalo, e até o final do penúltimo capítulo, o leitor sabe o que

como se fora escrita em primeira pessoa (Cf. REIS, 1984, p. 353)¹². Já a história de Jacinto será contada por um narrador-observador – e que também se faz personagem, portanto. As implicações dessas formas serão oportunamente analisadas nos capítulos subsequentes. Antes, é preciso ter a exata dimensão do que foi o *Ultimatum*.

1.1 O *Ultimatum* e as duas flores d’Os Maias

O pressuposto da leitura que se propõe aqui é o de que tanto *A Ilustre Casa de Ramires*, quanto *A Cidade e As Serras* são desdobramentos do que Eça buscou tratar n’*Os Maias*. Há uma relação muito clara, como se pretende demonstrar, entre o velho Afonso da Maia e o Fidalgo da Torre, Gonçalo Mendes Ramires; assim como seria perfeitamente factível ler a história da vida de Jacinto em Paris como a própria vida que Carlos Eduardo da Maia haveria de levar na mesma Paris após se descobrir amante da irmã. Dizer desdobramento é evitar, especificamente, a ideia de continuidade. São romances diferentes entre eles e que tratam de questões distintas – ainda que interligadas. Portanto, a ideia não é construir uma identidade entre Afonso e Gonçalo, como se fossem o mesmo, ou entre Carlos e Jacinto, como se um fosse o outro. A identidade reside no que essas personagens representam, sobretudo, em termos de classe social e em como essa classe responde às vicissitudes da história – no caso, ao *Ultimatum*.

Uma vez estabelecido esse pressuposto, cabe indagar em que aspectos é possível identificar a crise do romance em Eça. Em seu projeto inicial, a partir das Conferências do Casino Lisbonense (1871), o objetivo do autor era o da demolição das convenções. O jovem escritor buscou seu intento a partir de uma crítica de esferas sociais específicas e muito bem delimitadas pelo seu projeto das *Cenas Portuguesas*: o clero (*O Crime do Padre Amaro*, de 1875), o casamento burguês (*O Primo Basílio*, de 1878), a religião católica (*A Relíquia*, de 1887), etc. Esse projeto crítico, que efetivamente nada mudara no comportamento geral da

essa personagem sabe, e pouco mais. [...] Cabe assim à ‘focalização interna’ o papel principal na captação da benevolência do leitor.” (in BERRINI, 2000, p.190)

¹² Carlos Reis, ao dissecar os tipos de narrador da obra queirosiana, reserva um capítulo exclusivo para tratar d’*A Ilustre Casa de Ramires*, uma vez que, segundo o crítico, nesse romance complexo estão presentes diversos tipos de narradores (heterodiegético, homodiegético e autodiegético – conforme a nomenclatura, adotada por ele, de Gérard Genette).

sociedade portuguesa, acaba por se revelar inócuo diante das ambições do escritor, que, a partir d'*Os Maias*, buscará, dizendo muito simplificaradamente, encontrar as causas profundas do atraso português. *A Cidade e as Serras*, por exemplo, apresentará, em tese, o atraso relativo português como tendo sua origem no campo – compondo, a um só tempo, seu fracasso, mas também sua grandeza. O mesmo ocorre em *A Ilustre Casa de Ramires*, acrescentando a dimensão histórica dessa civilização calcada na vida rural a uma forma literária que, se não pode prescindir do campo, é tipicamente urbana (Cf. CANDIDO, 1978, p. 48).

A noção de crise da forma do romance em Eça há de se manifestar, portanto, de modo dialético, uma vez que o romance realista é, conforme Fredric Jameson (2013), ao mesmo tempo, não só uma *construção* do processo histórico de que a burguesia é protagonista, mas também um *produto* desse mesmo processo de uma burguesia em ascensão. A grande questão, em Portugal, é que a pequena sociedade burguesa que justifica a existência de uma forma realista para o romance na literatura lusitana pressupõe a crença num país poderoso que participa do concerto das grandes nações colonialistas. O *Ultimatum* será, justamente, a pá de cal sobre uma ilusão que vinha sendo alimentada mesmo depois que o Brasil se tornara independente. No caso de Eça, nesse sentido, o problema é de natureza diversa do que ocorre em Inglaterra ou França – potências centrais. Em Portugal, país periférico em relação à Europa, mas central em relação às suas colônias em África, mal a sociedade burguesa se estabelece, sua face política, a *Regeneração*, se esfacela diante de um *Ultimatum* inglês. Não admira, portanto, que os protagonistas dos dois últimos romances de Eça sejam aristocratas – enquanto que nos primeiros eram todos burgueses. O único romance que leva ao embate burgueses e aristocratas de modo deliberado é *Os Maias*¹³ – sua obra-prima.

Assim, Eça de Queirós, ao trazer a discussão das sucessivas crises do Estado português para sua arte, acaba por compor romances cujas fórmulas não se repetem (e *A Relíquia* talvez seja o exemplo mais evidente nesse aspecto). A crise formal, nesse sentido, já se manifesta numa busca incessante por uma forma narrativa que seja capaz de se alinhar ao problema posto pelo processo histórico. O fato é que, quando o jovem Eça rompera com os preceitos do romance romântico, ao defender a ideia nova do realismo, também não poderia prever que o romance de estética realista seria insuficiente para descrever os fenômenos

¹³ Conferir dissertação de Mestrado: *Antes Morganático Que Incestuoso: Processo Social e Forma Literária n'Os Maias, de Eça de Queirós*. Disponível para download em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-10042017-120900/pt-br.php>

sociais que o inquietavam – tanto que há de se valer da estética romântica n’*Os Maias*, por exemplo, a fim de descrever o Portugal anterior à *Regeneração*.

A grande catástrofe de 1890 acabará por revelar, portanto, o paradoxo inerente a toda crise. Ao ser tolhida nas suas ambições coloniais em África, por uma imposição humilhante da potência inglesa, a nação portuguesa dá à luz algo inusitado, que nega essa crise, sem dela prescindir¹⁴. *E essa negação da crise será, justamente, a proposta de Eça para os seus dois últimos romances.*

Antes de prosseguir à análise, todavia, cabe esclarecer, mais uma vez, a relevância do *Ultimatum* para a história de Portugal – mesmo porque o colonialismo subjacente a ele estará presente (ainda que como causa ausente) nos dois últimos romances analisados. De fato, caso se atente apenas para o que historiadores ingleses, como Hobsbawm, dizem sobre o pequeno país ibérico, não haverá referência alguma ao *Ultimatum*:

Portugal era pequeno, débil e atrasado segundo qualquer padrão da época [final do século XIX], praticamente uma semicolônia britânica; e apenas o olhar da fé poderia discernir ali indícios significativos de desenvolvimento econômico. Mesmo assim, Portugal era não apenas membro do clube dos Estados soberanos como um grande império colonial, em virtude de sua história; conservava seu império colonial, em virtude de sua história; conservava seu império africano não só porque as nações europeias rivais não conseguiam decidir como reparti-lo, mas porque, sendo ‘europeu’, seus domínios não eram considerados – pelo menos não totalmente – mera matéria-prima da conquista colonial. (HOBSBAWM, 2006, p.36)

A ausência de qualquer menção ao *Ultimatum*, nesse caso, quer dizer muito – sobretudo quando se tem em conta o que se afirma sobre o país. Se, para os ingleses, como defende o historiador, Portugal é tido como uma semicolônia britânica (reparem o termo “europeu” entre aspas para se referir a Portugal), um ultimato a mais, outro menos, não faz

¹⁴ “Passado o momento de aflição patriótica, percorrido até ao absurdo o labirinto sem saída da nossa impotência, voltámos à costumada e agora voluntária e irrealística pose de nos considerarmos, por provincianice incurável ou despeito infantil, uma espécie de nação idílica sem igual. O fim do século XIX, por reacção ao criticismo devastador e impotente da década de 70, mas também como resposta à agressão do monstro civilizado (Inglaterra), verá eclodir a mais nefasta flor do amor pátrio, a do misticismo nacionalista.” (LOURENÇO, 2012, p.31)

qualquer diferença – trata-se de um ato de Império cotidiano, como outro qualquer. Ainda que se alegue que, efetivamente, Portugal tenha aumentado seu império no período (a despeito do *Ultimatum*), os números, quando comparados aos das grandes potências, são tímidos:

Entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados. A Grã-Bretanha aumentou seus territórios em cerca de dez milhões de quilômetros quadrados, a França em cerca de nove [...]. As antigas colônias africanas de Portugal se ampliaram em cerca de 750 mil quilômetros quadrados. (HOBSBAWM, 2006, p.91)

Recorde-se que o Brasil tem 8,5 milhões de quilômetros quadrados em território – o que equivale a dizer que a Grã-Bretanha e a França incorporaram mais de um Brasil (cada uma) às suas respectivas possessões coloniais no período¹⁵.

A historiografia portuguesa, por sua vez, dedicará capítulos inteiros ao *Ultimatum*. Em suma, o plano português de unir a costa de Angola às praias de Moçambique em um território contínuo¹⁶ se chocava com o projeto de Cecil Rhodes de construir uma linha férrea que unisse o Cairo à Cidade do Cabo:

A verdade é que o Acto Geral da Conferência revogou o critério de apropriação colonialista em que assentava a nossa tranquilidade, dispondo que, doravante, a legitimidade de soberania deveria firmar-se na existência de uma ocupação palpável. [...] O acordo luso-alemão delimitava as áreas reivindicadas por Portugal, colorindo-as a rosa numa carta geográfica em anexo. [...] Ora, tais convênios foram imediatamente repudiados pela Inglaterra, como seria de se esperar. É que o seu reconhecimento equivaleria

¹⁵ Talvez os números assustem, mas o fato é que, “Até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados. No entanto, nos trinta anos seguintes, assistiu-se a uma transmutação extraordinária, para não dizer radical, dessa situação. Em 1914, com exceção da Etiópia e da Libéria, a África inteira estava submetida à dominação de potências europeias e dividida em colônias de dimensões diversas, mas de modo geral, muito mais extensas do que as formações políticas preexistentes e, muitas vezes, com pouca ou nenhuma relação com elas.” (BOAHEN, 2010, p. 3)

¹⁶ “[...] visava a construção de um grande império centro-africano dimensionado entre o Atlântico e o Índico.” (MATTOSO, 1993, p.263)

à destruição do imponente plano de Cecil Rhodes. (MATTOSO, 1993, p.119)

Nesse contexto, tendo a Grã-Bretanha os seus interesses contrariados, em 11 de janeiro de 1890, exige que Portugal desocupe militarmente a região do atual Zimbábue (que ligaria Angola a Moçambique):

Em 1886, eram, assim, reclamadas as regiões entre Angola e Moçambique no célebre ‘mapa cor-de-rosa’, projecto que desde há muito se sabia colidir com o de Cecil Rhodes. Como resposta, o Governo britânico apresentava a Portugal, em 11 de Janeiro de 1890, por intermédio do seu ministro em Lisboa, um ultimato formal, exigindo a imediata retirada das forças militares das áreas que considerava fora da soberania portuguesa em Moçambique, isto é, o abandono da zona do Chire e das terras dos Macololos e Machonas. (MATTOSO, 1993, p.266)

Havia, como bem lembra Mattoso, a crença, para a elite portuguesa, de que o desenvolvimento econômico do país não poderia prescindir de suas possessões coloniais¹⁷. Nesse sentido, o ato britânico, ao coibir o projeto nacional lusitano, causou uma considerável cisão naquela sociedade:

Não será difícil avaliar o choque profundo e duradouro que o Ultimato britânico provocou em Portugal. Na verdade, a cedência passiva da corte à pressão exercida pela ‘velha aliada’ viria a provocar um descontentamento profundo e a acentuar uma não menos profunda divisão na sociedade portuguesa. (MATTOSO, 1993, p.266)

O historiador, Oliveira Marques, por sua vez, detalha o sentido geral desse fato histórico nas ruas:

¹⁷ “[...] a importância que largos sectores da sociedade portuguesa atribuíam às questões do Império e a plena consciência que parecia existir da estreita conexão entre o desenvolvimento da economia nacional e uma proveitosa exploração colonial.” (MATTOSO, 1993, p.265)

Se o jogo político parecia o mesmo de sempre, a reacção popular é que se mostrou imprevisível. De norte a sul do País, com relevo para as grandes cidades, a revolta foi violenta e visou, quer a Inglaterra quer os dirigentes nacionais. Republicanos e monárquicos convergiram num protesto veemente que era, afinal, a válvula de escape de todos os descontentamentos contra a política que se tinha e a sociedade em que se vivia. (OLIVEIRA MARQUES, 2002, p. 508)

A revolta foi geral. Houve apedrejamento do consulado britânico e agressão aos súditos ingleses. Negócios foram suspensos e qualquer tentativa de acordo diplomático entre os dois países era rejeitado pela opinião pública portuguesa. O tratado definitivo, assinado um ano e meio após o *Ultimatum*, era ainda menos favorável a Portugal que os primeiros acordados. O país perdia o direito de passagem entre Angola e Moçambique, além de significativa amputação territorial em suas colónias. De qualquer forma, conforme apontado anteriormente, os tratados de 1891 dotavam Portugal de um novo império, internacionalmente reconhecido, com dimensões parecidas ao Brasil (após algumas cessões de parte a parte). E isso numa época em que o número de soldados e colonos brancos não chegava a 20 mil pessoas (Cf. OLIVEIRA MARQUES, 2002, p. 509-510).

Por fim, mais recentemente, Valentim Alexandre (Cf. ALEXANDRE, 1998), ao dissecar a questão colonial no Portugal oitocentista, aprofunda a análise ao inserir no debate sobre o *Ultimatum* as idas e vindas da questão servil, da abertura do comércio e da descoberta de ouro e diamantes em Moçambique, a fim de se justificar uma presença portuguesa mais forte e mais autoritária nas colónias – como bem demonstra o patrocínio das expedições de Serpa Pinto e de Capelo Ivens. De qualquer forma, todo esse empenho não há de evitar o *Ultimatum* inglês. Para o historiador, no plano ideológico, tal crise serviu, de fato, para sacralizar o império. A identidade nacional acabou por se atrelar fortemente à questão colonial e as teorias “científicas” sobre a inferioridade do negro vieram dar nova justificativa para a exploração desumana de mão-de-obra (vide Oliveira Martins). Daí o carácter muito mais político, segundo Valentim, do que propriamente económico do colonialismo português.

Entretanto, não foram apenas os historiadores que se debruçaram sobre o *Ultimatum*. O próprio Eça escreveu dois artigos na Revista de Portugal no calor dos acontecimentos. No primeiro deles, reconhece a gravidade dos acontecimentos: “Durante o desagradável mês de janeiro, Portugal atravessou uma crise – que é incontestavelmente a mais severa, talvez a mais decisiva, que esta geração tem afrontado.” (QUEIROZ, 2000, Vol. III, p. 1500).

No artigo, Eça busca descrever os acontecimentos de uma perspectiva histórica. Lembra que o domínio português sobre a área em litígio datava de 200 anos (sem se esquecer de mencionar o Rei Senaquerib, senhor do Macololos, do Mashona e do Niassa antes mesmo da chegada de Serpa Pinto). Contudo, reconhece que a ocupação efetiva requer tropas e recursos de que Portugal, assim como outrora o pobre Rei Senaquerib, não dispunha naquele momento. E resistir ao *Ultimatum* inglês implicaria uma ocupação de Lourenço Marques e de Moçambique pela poderosa esquadra britânica.

Também não escapam a Eça as manifestações populares de ódio ao inglês – que oscilam entre atos de dignidade e de completo ridículo. O que incomoda o escritor, todavia, é a inutilidade dessas manifestações diante de toda a denúncia dos vícios da Inglaterra já operada por Byron, Shelley, Dickens, Thackeray, dentre outros. O que Eça propõe, em contrapartida, é que esse sentimento de ódio promova um necessário ânimo patriótico para executar a vasta obra que se impõe diante de uma nação que finalmente acorda e se levanta. Isso porque a possibilidade de um boicote, por exemplo, traria muito mais prejuízos aos portugueses do que aos ingleses. Como bem lembra João da Ega, n’*Os Maias*, Portugal importava tudo. Assim:

Não admitindo nós que navios ingleses entrem nos nossos portos a buscar ou a trazer – matamos o grande plano dos últimos tempos, que era tornar Portugal o rico e forte centro do movimento comercial entre o velho e o novo mundo. Para isso, com sacrifícios enormes, estamos construindo o porto de Lisboa e o porto de Leixões. Mas esses portos, excluindo das suas docas dois terços dos navios que sulcam os mares não obterão rendimento apreciável: – e nós teremos de pagar o que essas obras custaram, sem poder embolsar o que elas por si renderiam. (QUEIROZ, 2000, Vol. III, p. 1509)

Para arrematar a questão, Eça investiga o peso do movimento comercial português com os ingleses diante das contas correntes de Inglaterra. Fazendo os cálculos, o comércio português corresponderia a meros 0,6% do PIB inglês (Cf. QUEIROZ, 2000, Vol. III, p. 1509-1510). Nesse sentido, o que resta é começar a empresa verdadeiramente patriótica de reconstituir o país de modo programático:

Temos quase tudo por fazer – tudo teríamos a refazer. Teríamos antes de tudo de criar riqueza [...], como povo agrícola que somos, pelos meios que o saber positivo tem indicado e que a política tem desdenhado. Criar riqueza, através do fomento rural – repovoando o reino pela colonização interior; metodizando as culturas; congregando a propriedade excessivamente fragmentada; criando o crédito rural; dirigindo o aproveitamento das águas públicas e organizando a economia hidráulica; fazendo a repovoação florestal do país; regulando o exercício da caça e da pesca, etc., etc. Teríamos ainda de fundar indústrias, nacionalizando os fornecimentos públicos para as fazer viver, e nacionalizando os transportes para as fazer circular... [...] teríamos então de alargar a nossa marinha de guerra, reorganizar nosso exército, construir as defesas dos nossos portos. Teríamos ainda a reformar o ensino científico, e fundar seriamente o ensino técnico. (QUEIROZ, 2000, Vol. III, p. 1511)

Embora já esteja evidente a relação entre esse conteúdo programático e os romances em análise (enquanto Jacinto busca, justamente, criar riqueza em sua propriedade de Tormes, Gonçalo buscará essa riqueza em África), essa discussão será aprofundada mais adiante.

Por ora, resta, ainda, mencionar o segundo artigo de Eça. Nele a preocupação é com o elemento novo que emerge no momento de crise: o perigo do republicanismo. O autor remonta a existência de republicanos em Portugal aos anos de 1820, 1832. Seu primeiro ensaio, entretanto, se dera somente entre 1867 e 1868, com a criação de um clube republicano – de que as conferências do Casino seriam seu único ato prático.

Nas últimas eleições portuguesas imediatamente antes do *Ultimatum*, Eça lembra que os republicanos tiveram alguns milhares de votos, cuja significação é grave, na medida em que vêm de uma massa de eleitores independentes e descontentes – das classes liberais e da comercial. Acresce que os votos dessas classes têm origem muito menos na necessidade de se implantar instituições republicanas, e muito mais na crescente aversão pela política parlamentar da *Regeneração* – até mesmo porque o Partido Republicano em Portugal nunca apresentou um programa.

Nesse sentido, Eça conclama a coroa, como declarado conservador, para que a reorganização administrativa e econômica do reino seja realizada dentro da monarquia – antes que os republicanos tomem a frente. Afinal, conforme sua hipótese, o crescimento do Partido Republicano se deve muito mais a causas externas do que internas. Além do próprio *Ultimatum* constituir uma dessas causas exteriores, Eça lembra a prosperidade da República

da França e a suspeitíssima, nas palavras do autor, revolução do Brasil, que se tornara uma República desde 15 de novembro de 1889 (menos de dois meses antes do *Ultimatum*), e que poderia ser tomada como referência pelos portugueses.

O grave, para Eça, não é a ascensão do Partido Republicano em si, mas o fato de esse crescimento se dar pela aversão ao regime instalado. Alerta, entretanto, para os perigos da repressão¹⁸ aos republicanos, uma vez que falta às instituições monárquicas uma corrente de opinião que as sustentem naquele momento. Ora, ocorre que essa mesma base de legitimidade, conforme o escritor, falta ao Partido Republicano. E o perigo maior para Eça é que, quando a maioria nacional falta às instituições, sejam elas monárquicas, sejam republicanas, elas buscam se apoiar numa outra força, que só poderia ser o exército – conforme acabara de ocorrer no Brasil (o de 1889, não o de 2018, convém esclarecer).

Assim, a partir não só dos elementos elencados pelos historiadores que se debruçaram sobre a crise, mas também das argutas observações do próprio Eça no calor da hora, resta claro porque a crise do *Ultimatum* despertou tantas paixões e porque se tornara central no debate intelectual de então. Seus desdobramentos, conforme previra Eça, seriam potencialmente e previsivelmente nefastos para a monarquia portuguesa.

1.2 Crise e Representação Literária

Uma vez exposta a grande crise de Portugal e o propósito de investigar suas implicações para a produção eciana, resta, ainda, esclarecer de que perspectivas teórica e metodológica há de se proceder na análise.

Arno J. Mayer e Norbert Elias, fundamentais na escrita da dissertação sobre *Os Maias*, ainda serão imprescindíveis como instrumentos teóricos desta tese. O primeiro, historiador, pela sua contribuição na análise que faz do papel desempenhado pela aristocracia, enquanto classe social resiliente, até o fim da Primeira Guerra Mundial. O segundo, antropólogo, pela decodificação dos rituais aristocráticos na sociedade de corte. Todavia, será necessário

¹⁸ “Um partido perseguido cresce na proporção geométrica dessa perseguição.” (QUEIROZ, 2000, Vol. III, p. 1519)

acrescer, ao presente trabalho, o método analítico proposto por Fredric Jameson, sobretudo em *The Political Unconscious: Narrative as a Socially Symbolic Act* (1982).

O principal objetivo de Jameson é defender, como método, “the priority of the political interpretation of literary texts (...) [the political perspective] as the absolute horizon of all reading and all interpretation” (JAMESON, 1982, p. 17). Ainda que não existissem quaisquer referências políticas explícitas nas obras aqui analisadas (o que não é o caso), não há, de fato, como negar a natureza eminentemente política do *Ultimatum* e, conseqüentemente, a necessidade de uma abordagem dessa natureza para analisar os romances de Eça que buscam, via representação literária, dar uma resposta à crise.

Para proceder a essa interpretação política do texto literário, Jameson aponta, como fundamental, a teoria marxista, sobretudo o seu princípio de uma história cujo movimento se dá a partir da luta de classes. Assim:

It is in detecting the traces of that uninterrupted narrative, in restoring to the surface of the text the repressed and buried reality of this fundamental history, that the doctrine of a political unconscious finds its function and its necessity. [...] there is nothing that is not social and historical – indeed, that everything is ‘in the last analysis’ political.

The assertion of a political unconscious proposes that we undertake just such a final analysis and explore the multiple paths that lead to the unmasking of cultural artifacts as socially symbolic acts. (JAMESON, 1982, p. 20)

O fato político português, subjacente ao romance, o *Ultimatum*, não é propriamente inconsciente. Entretanto, ao se pensar nos artefatos culturais presentes na obra como atos socialmente simbólicos a serem desmascarados, a partida de Gonçalo Mendes Ramires para o seu prazo na África, por exemplo, diz muito mais sobre a face, por assim dizer, inconsciente da política colonialista lusitana do que se supõe. Em outras palavras, a história fundamental de Portugal, a ser resgatada no inconsciente político do texto, está além do *Ultimatum*. Essa crise, como se pretende demonstrar, é apenas o aprofundamento da crise geral de um projeto nacional que vinha sendo engendrado desde as origens do Estado português.

E é para se resgatar essa história mais fundamental para a superfície do texto que, em grande medida, Jameson pressupõe ao menos quatro níveis de leitura: o *literal* (textual); o

alegórico (código interpretativo); o *moral* (leitura filosófica a partir do sujeito); e o ‘*anagogical*’ (leitura política, a partir do sentido coletivo da história) (Cf. JAMESON, 1982, p. 31). Exemplificando de forma muito breve: numa leitura *literal* dos romances ora analisados, o *Ultimatum* seria o referente imediato; já numa leitura *alegórica*, ambos os romances comporiam um ato de resistência ao fim do tão sonhado Quinto Império; numa leitura *moral*, talvez seja uma condenação à soberba de Gonçalo e de sua classe (ainda que redimida ao final), por um lado; e uma exaltação ao retorno de Jacinto às origens, por outro lado.

Até aqui, a partir desses três níveis, Jameson descreve as estratégias de leitura mais recorrentes. Por fim, faltaria, justamente, uma quarta leitura, a *política*, que não só partisse do sentido coletivo dessa história, mas também que não prescindisse da análise dos modos de produção como categoria central na organização da história, conforme Marx.

Nesse sentido, ao realocar o modo de produção no objeto de estudo, o inconsciente político, como princípio de leitura, constituiria também uma tentativa de desfazer o paradoxo marxista, apontado por Althusser, de que a análise pelo modo de produção implicaria uma visão evolutiva da história¹⁹.

Mais adiante, Jameson também propõe uma leitura específica do conceito de história como causa ausente:

What Althusser’s own insistence on history as an absent cause [according to Spinoza’s idea of the ‘absent cause’] makes clear, [...], is that he does not at all draw the fashionable conclusion that because history is a text, the ‘referent’ does not exist. We would therefore propose the following revised formulation: that history is *not* a text, not a narrative, master or otherwise, but that, as an absent cause, it is inaccessible to us except in textual form, and that our approach to it and to the Real itself necessarily passes through its prior textualization, its narrativization in the political unconscious. (JAMESON, 1982, p. 35)

¹⁹ “The conception of the political unconscious outlined in this book is an attempt to cut through this particular dilemma by relocating it within the object.” (JAMESON, 1982, p. 34)

A história a que Jameson se refere, portanto, é uma causa ausente justamente porque só será acessível por meio do texto literário. É uma história textualizada no inconsciente político.

Nesse sentido, se a análise da história pelo modo de produção é uma categoria central no marxismo e, no século XIX, o que triunfava era o modo de produção capitalista, a causa ausente nas duas obras de Eça aqui analisadas, embora não seja um elemento empiricamente presente, pode ser, a princípio, identificada no sentido histórico de um Portugal que tem, como uma política de Estado perene, a expansão ultramarina e imperialista (seja na América, seja em África) – sobretudo se essa expansão for tomada como um desdobramento do capitalismo (que implica todo um sistema de relações), e uma vez que permeia, justamente, todas as relações de classe em ambas as obras²⁰. Está claro que, fosse a análise tão simples assim, o trabalho não precisaria ir adiante. Ocorre que, na representação literária, o único elemento que pode revelar a causa ausente, ou a totalidade²¹, é justamente a forma – como conteúdo histórico sedimentado.

Antes de passar o capítulo adiante e iniciar a investigação sobre a forma, cabe, entretanto, estabelecer o método propriamente, conforme proposto por Jameson. O pressuposto fundamental é o de que só a dialética pode operar o deslocamento de uma ética interpretativa do ‘eu’, para o político (coletivo²²) – nesse sentido, muitas das leituras centradas na figura de Gonçalo, ou na de Jacinto, caem na armadilha fácil da “redenção” do herói (ou mesmo do próprio autor²³).

²⁰ “If therefore one wishes to characterize Althusser’s Marxism as a structuralism [...], it is a structuralism for which only *one* structure exists: namely the mode of production itself, or the synchronic system of social relations as a whole. This is the sense in which this ‘structure’ is an absent cause, since it is nowhere empirically present as an element, it is not a part of the whole or one of the levels, but rather the entire system of *relationships* among those levels.” (JAMESON, 1982, p. 36)

²¹ “Lukács’ conception of totality may here be said to rejoin the Althusserian notion of History or the Real as an ‘absent cause’. Totality is not available for representation.” (JAMESON, 1982, p. 54-55)

²² “I will argue that only the dialectic provides a way for ‘decentering’ the subject concretely, and for transcending the ‘ethical’ in the direction of the political and the collective.” (JAMESON, 1982, p. 60)

²³ Conforme João Roberto Maia da Cruz: “estamos na contracorrente de uma vertente tradicional da crítica eciana, que vê nas últimas obras literárias de Eça de Queiroz a expressão artística da conversão ideológica do autor, vale dizer, sua adesão aos valores da camada social conservadora.” (in BERRINI, 2000, p. 151)

Assim, Jameson (Cf. JAMESON, 1982, p. 76) propõe, como método, três etapas de análise: a primeira seria a do objeto (narrativa) como um *ato simbólico*; a segunda seria a desse objeto cultural como *ideologema* (a menor unidade dos discursos de classes antagônicos); a terceira seria a do objeto como *ideologia da forma* (a mensagem simbólica transmitida a partir da coexistência de vários signos do sistema). E isso tudo para, enfim, se chegar ao ato social simbólico fundamental, revelado na forma, que elucide a causa ausente.

O que resta, de ora em diante, é justamente demonstrar, primeiro a partir d'*A Ilustre Casa de Ramires* e, depois, a partir d'*A Cidade e as Serras*, como esse *processo social* desencadeado pelo *Ultimatum* implica uma crise da *forma* do romance. Há, certamente, nos dois últimos romances de Eça, formas singulares que sedimentam o processo em questão. Nesse sentido, embora seja preciso ler as duas obras em conjunto para entender o que Antonio Candido chamou de “redução estrutural”, há de se proceder, antes, a uma leitura em separado de cada romance em capítulos distintos da tese, para, enfim, retomar as narrativas como um todo nas considerações finais.

2. *A Ilustre Casa de Ramires* (História e Ficção)

O romance realista é o embate entre o tempo como *destino* e o tempo como *eterno presente*²⁴ (Cf. JAMESON, 2013, p. 26).

History is what hurts, it is what refuses desire and sets inexorable limits to individual as well as collective praxis. (JAMESON, 1982, p. 102)

Talvez fosse possível afirmar que a crise de Eça esteja muito mais afeita à crise do realismo do que à crise do romance propriamente. Entretanto, para o autor português, o único romance possível era o realista (ainda que tenha feito suas incursões pelo romantismo). Nesse sentido, para todos os efeitos, a crise de representação que Eça enfrenta é a crise do próprio romance.

Posto isso, n' *Os Maias* Eça encontrara a forma ideal para introduzir o espírito da *Regeneração* na obra de arte. Ao unir, por meio do incesto, dois irmãos de origem aristocrática, o autor condenava, por esse artifício, a verve reacionária de uma nobreza empedernida que se recusava a aceitar o elemento burguês em seu seio. À repulsa provocada pela tragédia incestuosa deveria corresponder uma repulsa a quem fosse contra o espírito regenerador, que colocava lado a lado burgueses e aristocratas. Afonso da Maia seria esse velho inflexível, contrário ao casamento de seu filho Pedro com a burguesa Maria Monforte. Todo esse cenário pressupunha, entretanto, uma causa ausente para se sustentar: a empresa colonial lusitana em África. Ela está presente nos diálogos travados no salão dos Gouvarinhos, ou mesmo no fato de a Monforte ser filha de um negreiro.

Ora, após o *Ultimatum* esse pressuposto cai por terra. Não há mais a ilusão de reconstruir em África uma empresa colonial à altura do que fora aquela da América. Não há mais, para o povo português, numa perspectiva histórica mais profunda, a ilusão de um Quinto Império de grandeza e esplendor. E é nesse sentido que se deve entender a dimensão catastrófica do *Ultimatum* inglês para os portugueses – já para Eça o que resta é uma forma de negação desse catastrofismo. O autor, a essa altura, já como um membro do grupo dos

²⁴ No original: “Now it can be articulated not as *récit* versus *roman* [Ramon Fernandez], nor even telling versus showing [Henry James]; **but rather destiny versus the eternal present**. And what is crucial is not to load one of these dies and take sides for the one or the other as all our theorists seemed to do, but rather to grasp the proposition that realism lies at their intersection. Realism is a consequence of the tension between these two terms.” – **negritos meus**.

Vencidos da Vida, busca, em seus últimos dois romances, de alguma forma, reabilitar o aristocrata português como força motriz do país – ainda que pelo viés crítico e irônico, como será o caso de Gonçalo Mendes Ramires.

Como se sabe, o Fidalgo da Torre, afável, esbelto e louro, nos seus momentos de ócio, trabalha, por assim dizer, numa novela histórica, cujo título será “A Torre de D. Ramires”. Sua referência é Walter Scott, sua matéria narrativa a saga dos Ramires, que habitavam o seu solar desde o século X e tinham em Gonçalo o mais genuíno e antigo fidalgo de Portugal (Cf. QUEIROZ, 2000a, p. 8). É preciso notar, entretanto, que Gonçalo só passou a ler o escritor escocês depois que recebeu a alcunha de “nosso Walter Scott”, devido a uma novela que publicara ainda jovem. Até então, lia apenas os cronistas portugueses e havia se tornado bacharel com um R (de reprovado) em literatura.

Essa dualidade, entre um fidalgo (*o* fidalgo, melhor dizendo) proprietário e o fidalgo escritor, é o que dá forma ao romance. Enquanto Gonçalo se vê às voltas com o fim de sua estirpe (uma vez que não pretende se casar), com a possibilidade de se tornar deputado ou mesmo de se aventurar em África, reconstitui, pela escrita de sua novela histórica, uma narrativa familiar que em tudo contradiz sua prática cotidiana. Conforme Jameson, na epígrafe, trata-se justamente do embate entre o tempo como *destino* (dos Ramires históricos) e o tempo como *eterno presente* (de Gonçalo Ramires).

É prudente, portanto, que se comece a análise pelo debate, proposto especificamente por Lukács, acerca do romance histórico de Walter Scott. De antemão já é possível afirmar que a narrativa dos Ramires não é um romance histórico no sentido scottiano, conforme a descrição que Lukács (2011) faz do romancista escocês. No entanto, é digno de nota que Gonçalo Ramires se proponha a escrever como Walter Scott (que de fato ele só passara a ler, como observado, depois de ser comparado ao escocês) justamente após o advento do *Ultimatum*. Se Scott, conforme Lukács, respondia ao período revolucionário francês (1789-1814) com uma nova consciência da história, Ramires há de reagir à tragédia portuguesa, ainda que de forma não declarada, recorrendo a um resgate histórico do que ele julga ser o mais importante em sua terra: sua própria família. Embora o autor implícito tenha feito com que Gonçalo Ramires busque exaltar a saga de seus valorosos antepassados, mais antigos que o próprio Portugal, o resultado é um herói cômico, nascido da relação narrativa entre os antigos Ramires e o atual. O Gonçalo que faz rir ao leitor não é a personagem descrita pelo narrador, senão o Gonçalo que o autor implícito pôs a dialogar, por meio dos paralelismos

narrativos, com o seu antepassado Tructesindo. Trata-se de um Gonçalo despido de seriedade, uma vez que os seus supostos atos heroicos são ressignificados no contraste com os atos de seus antepassados. O próprio ato de Gonçalo escrever, supostamente, como Walter Scott não passa de um chiste – justamente por sequer conhecer o autor escocês. Ainda assim, mesmo tendo feito suas leituras antes de iniciar sua novela histórica, sua proposta constitui um disparate. Trata-se de uma importação de ideias, por parte de Gonçalo, como era a moda de então (e como já denunciava João da Ega), sem qualquer respaldo literário sério. Claro está que essa escolha do autor implícito tem seu desígnio, mas antes é preciso dialogar com Lukács.

Em sua obra, *O Romance Histórico*, Lukács

[...] pretende mostrar como a gênese e o desenvolvimento, a ascensão e o declínio do romance histórico são consequências necessárias das grandes convulsões sociais dos tempos modernos, e provar que seus diferentes problemas formais são reflexos dessas convulsões histórico-sociais. (LUKÁCS, 2011, p. 31)

Em outras palavras, é possível afirmar, por analogia, que a grande crise do *Ultimatum*, em Portugal, necessariamente refletiria uma mudança na forma do romance – ainda que esta mudança não seja, obrigatoriamente, no sentido do romance histórico. Cabe ressaltar, antes, que forma, para Lukács, é a busca de um sentido de totalidade inexistente no mundo real. Seria a forma, justamente, um arranjo para melhor compreensão da totalidade do sentido sócio-histórico. Ora, quando Eça escreve as obras aqui analisadas, o período áureo do romance histórico já se foi. Não se trata, portanto, de tentar forçar a teoria de modo anacrônico, mas de averiguar como o autor português constitui forma literária a partir de uma convulsão da envergadura do que ocorrera em 1890. No caso de *A Ilustre Casa de Ramires*, o romance histórico aparece de maneira bastante singular. Não é o autor do romance quem se põe a escrever como Walter Scott, mas é o protagonista desse romance que, nas suas horas infinitamente ociosas de fidalgo, se debruça sobre a escrita de uma novela histórica. O desafio é compreender por que o autor implícito impõe esse projeto ao protagonista. De certa forma, já foi adiantado o argumento de que a narrativa da novela histórica está em diálogo com a narrativa do romance. Mas é preciso acompanhar a análise de Lukács para perceber que talvez essa estrutura se mostre mais complexa do que parece à primeira vista.

Lukács assinala que “O romance histórico surgiu no início do século XIX, por volta da época da queda de Napoleão (*Waverley*, de Walter Scott, foi publicado em 1814).” (LUKÁCS, 2011, p. 33). Não que antes de Scott nunca houvesse existido o gênero, mas suas peculiaridades formais eram distintas. Nesse sentido:

O mais famoso ‘romance histórico’ do século XVIII, *O castelo de Otranto*, de Walpole, trata a história apenas como roupagem [...]. O que falta ao pretense romance histórico anterior ao de Walter Scott é o elemento especificamente histórico: o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo. (LUKÁCS, 2011, p. 33)

Para que houvesse romance histórico, segundo Lukács, seria preciso que o próprio sentido de história mudasse a partir de uma ruptura. De fato, “[...] foi a Revolução Francesa, as guerras revolucionárias, a ascensão e a queda de Napoleão que fizeram da história uma *experiência das massas*, e em escala europeia” (LUKÁCS, 2011, p. 38). Ocorre que, para Portugal, a experiência napoleônica remonta, sobretudo, à crise de 1807, quando a corte transmigrara para o Brasil, deixando Lisboa na calada da noite, com as tropas francesas a poucas horas da cidade. Nesse sentido, a reação portuguesa à experiência histórica revolucionária²⁵ que derrubara o *ancien regime* é a do legitimismo²⁶, que, não por acaso, será reabilitado pelo Congresso de Viena, após a queda de Napoleão. Não será também por acaso, portanto, que esse arraigado legitimismo dinástico leve Eça, sobretudo nas duas obras ora em análise, a eleger, como protagonistas, personagens aristocráticas – enquanto defendia a monarquia, na *Revista de Portugal*.

O que ocorre, conforme Jameson, é que:

²⁵ Cabe ressaltar a singularidade da prévia experiência britânica nesse aspecto: “Na história inglesa, encontra o consolo de a violenta oscilação das lutas de classes ter sempre acabado por apaziguar-se em um glorioso ‘meio’. Assim como da luta entre saxões e normandos surgiu a nação inglesa (nem saxã nem normanda) e da sangrenta guerra entre as duas rosas seguiu-se o regime glorioso da dinastia Tudor (em especial o da rainha Elizabeth), as lutas de classes que ganharam expressão na Revolução de Cromwell encontraram equilíbrio – após muitas oscilações e guerras civis – no resultado da ‘Revolução Gloriosa’: a Inglaterra atual.” (LUKÁCS, 2011, p. 48)

²⁶ “O ideal do legitimismo é o retorno às condições anteriores à Revolução Francesa, expurgando da história as maiores realizações da época.” (LUKÁCS, 2011, p. 42)

For Marxism, however, the very content of a class ideology is relational, in the sense that its ‘values’ are always actively in situation with respect to the opposing class, and defined against the later: normally, a ruling class ideology will explore various strategies of the *legitimation* of its own power position, while an oppositional culture or ideology will, often in covert and disguised strategies, seek to contest and to undermine the dominant ‘value system’. (JAMESON, 1982, p. 84)

A observação de Jameson, nesse sentido, é adequada não só para Gonçalo, mas também para Jacinto, uma vez que, no caso desses protagonistas, por princípio, essa legitimidade será dada pela própria condição aristocrática. Todavia, o *Ultimatum* desafiara essa posição de poder, levando cada um dos protagonistas, segundo suas respectivas idiossincrasias, a reafirmá-la o tempo todo²⁷. O fim, no entanto, será a República, em 1910.

Retomando Lukács, o caso de Scott, entretanto, será distinto, justamente por somar, à experiência francesa, a inglesa (Cf. nota 25): “Paradoxalmente, a grandeza de Scott está ligada a seu limitado conservadorismo. Ele procura o ‘caminho do meio’ entre os extremos [...]. O ‘herói’ do romance scottiano é sempre um *gentleman* inglês mediano, mais ou menos medíocre” (LUKÁCS, 2011, p. 49). E mais adiante: “A grandeza de Scott está em dar vida humana a tipos sociais históricos” (LUKÁCS, 2011, p. 51).

O que Lukács pretende enfatizar é que, ainda que Scott tenha dado vida a figuras ilustres da história²⁸, sua grandeza reside em fazer com que elas não sejam centrais – central será a personagem medíocre que age em função dessas figuras ilustres (como esquecer Robin Hood em *Ivanhoe*?²⁹). Nesse sentido, a novela que o protagonista de Eça redige, sem deixar de ser histórica, é muito mais afeita à concepção romântica da história, do que à concepção

²⁷ Gonçalo, mesmo quando se esforça por ser cortês, como sucede ao oferecer sua égua a Manuel Soelho, que manca com uma ferida terrível pela estrada, não consegue prescindir de sua posição de classe. Diante das hesitações do pobre homem, o fidalgo bate o pé, com autoridade: “– Monte, que mando eu! Vossemecê é um lavrador de enxada, eu sou um doutor formado em Coimbra, sou eu que sei, sou eu que mando!” (QUEIROZ, 2000a, p. 68)

²⁸ “[...] Walter Scott se tornou um figurador incomparável das grandes personagens da história. Na obra completa de Scott, encontramos as mais importantes personalidades da história inglesa, e também da francesa: Ricardo Coração de Leão, Luís XI, Elizabeth, Maria Stuart, Cromwell etc.” (LUKÁCS, 2011, p. 55)

²⁹ “Scott deixa que as personagens importantes surjam a partir do ser da época, jamais explicando a época a partir de seus grandes representantes, como faziam os adoradores românticos dos heróis. Por isso, elas nunca podem ser figuras centrais do ponto de vista do enredo.” (LUKÁCS, 2011, p. 56)

scottiana. Gonçalo Mendes Ramires, a bem da verdade, não pretende exaltar nem as figuras ilustres da história de Portugal, nem as personagens que se desenvolvem em função dessas figuras. Seu intuito é colocar seus próprios antepassados no centro da história, como numa epopeia anacrônica, em que eles sejam autônomos, até mesmo superiores, em relação ao próprio rei de Portugal – longe, portanto, de figurarem como sujeitos medianos. De fato, para Gonçalo, as grandes personagens históricas de Portugal não precisam estar postas no centro da narrativa, pois, para o seu universo ficcional, seus antepassados é que figuram como os grandes de Portugal.

Há, portanto, até aqui, ao menos duas inconsistências na novela de Gonçalo – conforme o cânone do romance histórico estipulado por Lukács, a partir de Walter Scott. A primeira é que não figuram em sua novela, como protagonistas, personagens históricos ilustres, mas seus próprios antepassados; a segunda, é que o papel central da narrativa deveria estar reservado ao personagem medíocre³⁰, que se desenvolve em função da figura histórica. É possível acrescentar, ainda, uma terceira inconsistência – uma total falta, na novela escrita por Gonçalo, de referência concreta à época histórica representada³¹. Embora lá estejam demarcadas as datas e os reis da época, não é possível saber, somente a partir da novela, qual o grande momento histórico específico em que Tructesindo está inserido, ou seja, qual é o contexto preciso do seu embate – qual é, afinal, a crise que enfrenta? E, ainda que se soubesse, essa história pouco ou nada influenciaria os rumos da narrativa escrita por Gonçalo. Entretanto, não se pode ignorar que as escolhas do autor implícito têm sua razão de ser. O fato de Tructesindo entrar em embate com Afonso II pode não esclarecer muito sobre o enredo da novela, mas certamente, como será possível averiguar adiante, há de esclarecer muito sobre as escolhas de Gonçalo. Por ora, é possível adiantar que o conflito de Tructesindo, na novela, é com ele mesmo, por conta de sua palavra empenhada. No limite, esse seu conflito se dá entre iguais – jamais com o indivíduo de outra classe³². E, para Lukács, não é possível prescindir

³⁰ Na epopeia é *mister* que “a personagem mais importante tenha de assumir o lugar central, ao passo que no romance histórico essa personagem ocupa necessariamente um lugar secundário”. (LUKÁCS, 2011, p. 64)

³¹ “[...] a tarefa do romancista histórico é figurar da maneira mais rica possível essa interação concreta, que corresponde às circunstâncias históricas da época representada. Aqui reside uma das maiores forças de Walter Scott.” (LUKÁCS, 2011, p. 63)

³² “No mundo do romance histórico [...] o ‘indivíduo histórico-mundial’ é visto socialmente como *partido*, como representante de *uma* das muitas classes e camadas em conflito.” (LUKÁCS, 2011, p. 65-66)

desse conflito de classes, uma vez que é ele o elemento fundamental de distinção do romance histórico de Walter Scott – justamente o que traz a experiência do povo para dentro da narrativa:

Scott figura as grandes convulsões da história como convulsões da vida do povo. Seu ponto de partida é sempre a figuração do modo como mudanças históricas importantes afetam a vida cotidiana do povo, quais mudanças materiais e psicológicas elas provocam nos homens, que, não compreendendo suas causas, reagem de forma imediata e veemente. (LUKÁCS, 2011, p. 68)

Nesse sentido, o romance sobre Gonçalo Mendes Ramires está muito mais próximo da história de Portugal do que a novela histórica que ele escreve sobre seus antepassados. Como será possível observar mais adiante, na análise, o modo como uma convulsão histórica afeta o cotidiano do povo se revela, por exemplo, na relação de Gonçalo com o Casco. Mais precisamente, a relação entre as duas narrativas (o romance e a novela), por obra do autor implícito, dizem muito mais sobre o *Ultimatum* e seus desdobramentos do que ambas quando analisadas separadamente.

De fato, a contradição histórica do colonialismo, aventada já desde, pelo menos, *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões (na figurada do Velho do Restelo), acaba por ser definitivamente desvelada, em Eça, pela crise de 1890 – uma vez que ela está na ordem do dia para o leitor: o grande império ultramarino português, de mais de quatro séculos de existência, tornou-se uma quimera diante do que representou o *Ultimatum* inglês. A força do capitalismo industrial e financeiro da Inglaterra se impôs a um capitalismo mercantil já ultrapassado. Saem de cena a plantation de cana-de-açúcar para exportação, baseada no trabalho escravo, e a exploração de metais preciosos, para cederem lugar ao trabalho assalariado de uma massa consumidora de bens industrializados produzidos na metrópole. As colônias, todavia, não deixarão de existir nessa nova fase do capitalismo, como elementos periféricos. Apenas farão parte do processo desempenhando um papel redefinido na divisão internacional do trabalho que emerge. Seguem como fornecedoras de matérias-primas³³, como o algodão e o café, mas

³³ O açúcar era um produto manufaturado de relativo valor agregado – vale lembrar que suas exportações, em valores absolutos, nunca foram ultrapassadas, no Brasil, por quaisquer outros produtos que compunham a pauta, nem mesmo durante todo o período de exploração aurífera.

passam a consumir um número cada vez maior de artigos importados oriundos da industrialização nos países centrais – algo mais claramente figurado em *A Cidade e as Serras* do que n’*A Ilustre Casa de Ramires*. A grande contradição para Portugal reside, justamente, no fato de ser, ao mesmo tempo, o país periférico que exporta produtos primários ou de pouco valor agregado (vinhos, azeites, peixes e cortiça) para a Inglaterra, de lá importando todo o resto (tecidos, ferramentas, máquinas, etc.); e de ser, também, a metrópole de um império colonial africano, monopolizando o comércio, de modo a importar matérias-primas baratas e fornecer, no papel de entreposto, produtos manufaturados a preços exorbitantes. O que ocorre é que, estruturalmente, Angola e Moçambique são distintos do Brasil – sobretudo pela forma com que lá se produzem praticamente os mesmos produtos. Em África, os territórios operam como uma extensão do território português para as atividades produtivas – mormente de matérias-primas tropicais. Se, no Brasil, os senhores de engenhos constituíam sociedades autônomas, conforme Celso Furtado³⁴, que exportavam seu açúcar (de valor agregado nada desprezível) diretamente para a Europa³⁵, prescindindo, de certa forma, da metrópole³⁶; em África, como bem demonstra a empresa de Gonçalo, o que se tem é uma fazenda maior e melhor administrada – mas ainda dependente da metrópole portuguesa, ao ponto de se tornar mesmo onerosa sua manutenção por parte da coroa³⁷. E é somente com o *Ultimatum* que toda essa contradição se torna evidente para os súditos portugueses – conforme Eça bem demonstrou nos dois artigos escritos para a Revista de Portugal e anteriormente analisados.

Conforme Caio Prado: “é propriamente na agricultura que assentou a ocupação e exploração da maior e melhor parte do território brasileiro. A mineração não é mais que um parêntese.” (PRADO JÚNIOR, 2000, p.129)

³⁴ “[P]elo menos 90 por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana.” (FURTADO, 2003, p. 51)

³⁵ O café, depois de 1850, já no Brasil independente, constituía uma estrutura mais complexa, conforme Furtado, uma vez que o produto era vendido sob o regime de quase monopólio e, em sua maior parte, para os estadunidenses (constituindo, por sua vez, quase um monopsônio).

³⁶ Teses mais recentes, como a de Luiz Felipe de Alencastro, em *O Trato dos Vivos* (2000), confirmam a hipótese de que o Brasil, sobretudo por conta do escravismo, era estruturalmente muito mais dependente de Angola do que de Portugal.

³⁷ Os historiadores confirmam o peso que as colônias passam a representar ao erário da Coroa após as Conferências de Berlim: “A partir de 1885, a política portuguesa em África teve, assim, de obedecer às novas regras do direito internacional público, o que se traduzia, na prática, pela aplicação de verbas e uma disponibilidade em mão de obra (quadros técnicos, colonos e forças militares) que Portugal não estava obviamente em condições de possuir.” (OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 499)

Nesse ponto, se o *Ultimatum* revela uma contradição do sistema colonial português (o país era o centro de um Império Mundial, mas periferia da Europa), cabe indagar: quais seriam os conflitos humanos que surgem desse estado de coisas? Vale lembrar que Jacinto, na sua busca pela civilização no centro do mundo, acaba na periferia; Gonçalo, na sua busca pelo passado nacional, acaba encontrando o mundo. Essa inversão no percurso dos protagonistas será analisada de forma mais detida em momento oportuno.

O que interessa, até o momento, é perceber que o percurso de Gonçalo parte da História (no sentido atribuído a ela por Jameson) para a Ficção (que configura uma realidade para a personagem). Isso se dá porque, em *Eça*, o romance histórico é deliberadamente instrumentalizado: seu protagonista quer escrever uma novela histórica quando elas já não fazem mais sentido. Portanto, a história que importa ali será a do presente (o *Ultimatum*), enunciada no diálogo com o passado. Enfim, a única verve genuinamente scottiana que se pode vislumbrar em Gonçalo é a sua busca por entender o presente (ao menos o seu) olhando para o passado:

A temática histórica de Walter Scott expressa apenas o sentimento de que a verdadeira compreensão dos problemas da sociedade do presente só pode surgir da compreensão de sua pré-história, da história do surgimento dessa sociedade. (LUKÁCS, 2011, p. 282)

Parece ser esse, justamente, o caso de Gonçalo Ramires. Embora os problemas do presente não se manifestem no passado, ainda que de outra forma, é notório que os fatos do presente são ressignificados sob a luz desse mesmo passado. E não se trata de qualquer passado. Gonçalo precisa alcançar a fundação desse presente, no passado.

2.1 História

E depois, em cada lance forte da História de Portugal, sempre um Mendes Ramires avultou grandiosamente pelo heroísmo, pela lealdade, pelos nobres espíritos. (QUEIROZ, 2000a, p. 8)

Apesar do subtítulo, reste claro, desde já, que a história da linhagem pura e sempre varonil do Fidalgo da Torre de Santa Irineia (mais antiga que o Condado Portucalense) não passa de ficção. A história a que se refere esta seção, portanto, é aquela definida previamente por Jameson. Interessa sobremaneira, todavia, a observação do narrador, conforme a epígrafe, de que sempre houve, nos momentos decisivos da história de Portugal, a imprescindível participação de um Mendes Ramires.

Assim sucedeu a Lourenço, colação de Afonso Henriques, que esteve em Ourique; a Martim, no cerco de Tavira; ao velho Egas, que nega pouso a el-rei D. Fernando e a sua consorte, a adúltera Leonor Teles; a Diogo, em Aljubarrota; a Sueiro e seu neto Fernão, em Árzila; a Baltasar, quando Portugal se faz aos mares; a Paulo, em Alcácer-Quibir; (sob os Filipes, amuados, os Ramires não saem de suas terras); a Vicente, já sob os Braganças, contra os espanhóis; a Álvaro, quando já, como a nação, degenera a nobre raça sob D. Pedro II; a Nuno, na corte de D. João V; a Cristóvão, alcoviteiro de D. José I; a Pedro; a Inácio, que acompanha D. João VI ao Brasil, onde negocia em negros (espie só isso, Manuel Monforte!); ao avô de Gonçalo, Damião, que desembarca com D. Pedro no Mindelo; ao pai de Gonçalo, ora regenerador, ora histórico, nomeado governador civil de Oliveira; e ao próprio Gonçalo, por fim, esse bacharel formado com um R no terceiro ano e regenerador aguerrido (Cf. QUEIROZ, 2000a, p. 8-10).

O chiste da linhagem já está anunciado pela degeneração, a partir de D. Pedro II, quando os Ramires são reduzidos a alcoviteiros, negreiros, etc. O próprio pai de Gonçalo, hesitante entre os ares da *Regeneração* e os históricos, acaba nomeado governador civil por conta de ciúmes de um ministro do Reino que o queria longe de Lisboa. Nesse contexto, eis Gonçalo Mendes Ramires, cujo imprescindível papel na história pátria está em escrever uma novela histórica, intitulada “A Torre de D. Ramires”. Antes, já estreara no semanário do Castanheiro com “D. Guiomar”, de onde lhe veio a alcunha de “nosso Walter Scott” – muito mais pela ceia oferecida aos amigos no dia de sua estreia, do que pela leitura que muito provavelmente fizeram de sua novela.

“A Torre de D. Ramires”, entretanto, não será sobre nenhum desses valorosos antepassados, mas sobre um rude feito de Tructesindo Mendes Ramires, amigo e alferes-mor de D. Sancho I (rei de Portugal de 1185 até sua morte). O projeto, abandonado temporariamente, datava dos tempos de estudante ainda, quando Gonçalo Ramires, “inclinado para os Regeneradores, porque a Regeneração lhe representava tradicionalmente ideias de

conservantismo, de elegância culta e de generosidade” (QUEIROZ, 2000a, p. 13), frequentava o Centro Regenerador de Couraça, onde aconselhava o fortalecimento da autoridade da Coroa e também uma forte expansão colonial. As inclinações do fidalgo para a alta política nesses termos é mais do que um atestado de sua postura regeneradora. Conforme já mencionado anteriormente, se a *Regeneração* era conservadora e elegante na preservação do *ethos* aristocráticos (as comendas, os títulos, os fardões e os salões), era também generosa para com os burgueses bem sucedidos que desejassem ingressar na boa sociedade. Ademais, a relação estreita de Gonçalo com a gente miúda, como a que mantém com o ajudante de farmácia e violonista Videirinha, seria um atestado dessa sua postura regeneradora – ao menos por ora.

A retomada do projeto de escrita da novela ocorre quando Gonçalo, já depois de um ano de formado, esbarra no Rossio com Castanheiro. O amigo convida Gonçalo a ceder sua novela aos *Anais de Literatura e de História*, cujo lançamento se dará para dezembro. O intuito de Castanheiro é resgatar Portugal e apresentá-lo aos portugueses, reatando a tradição. Para Gonçalo, entretanto, a empreita se apresenta como uma oportunidade para alavancar, por meio das letras, suas pretensões a uma carreira política no parlamento. Ademais, a linha narrativa da obra de certa forma já existia no poemeto que seu tio Duarte escrevera, entre os românticos anos de 1845 e 1850, e que publicara no “Bardo”. O projeto, a princípio, era compor um romance moderno, de um realismo épico, em dois robustos volumes, mas acaba convenientemente reduzido a uma novela de trinta páginas para atender a necessidade dos *Anais* – novela que custará longos quatro meses para ser finalizada.

Antes de prosseguir na análise, contudo, é preciso indagar, afinal, qual seria o momento histórico fundamental do fidalgo – uma vez que Gonçalo é apresentado ao leitor como um dos grandes Ramires, imprescindíveis aos grandes lances da história de Portugal. Entre esparsas referências que se avolumam, conforme o avanço da narrativa, surge, logo no início, a pista de que estaríamos próximos a 1900³⁸ – ainda envoltos, portanto, pelo *Ultimatum* de 1890. Mas a referência mais contundente à crise, até aqui, seria a já mencionada venda de Lourenço Marques aos ingleses³⁹.

³⁸ Trata-se da referência à publicação do “Bardo”. Supondo o poema do tio Duarte ter sido publicado logo após sua escrita (entre 1845 e 1850), e, *depois de cinquenta anos*, ter já caído no esquecimento, estaríamos próximos a 1900 [data de publicação d’*A Ilustre Casa de Ramires*] (Cf. QUEIROZ, 2000a, p. 19).

³⁹ O Fidalgo da Torre e João Gouveia conversam, durante uma ceia, sobre a venda de Lourenço Marques aos Ingleses. Gonçalo condena aquela abominação defendida pelos Históricos e que

Posto isso, Gonçalo, já de volta a Santa Ireneia, cercado pelos volumes da “História Genealógica”, das obras de Walter Scott, entre outras, prepara-se para iniciar a escrita de sua novela, no calor de junho, quando é perturbado pelo caseiro, o Manuel Relho, que em breve há de ser dispensado. Como desdobramento desse contratempo, advém a necessidade de se arrendar a terra novamente e logo se apresentam, para fazerem suas ofertas, primeiro o Casco, depois o Pereira.

Aqui se faz necessária uma análise mais detida, a fim de investigar a farsa sobre a qual a boa reputação de Gonçalo está erigida – sobretudo quando entram em cena os pobres⁴⁰. É o caso do Casco, a quem Gonçalo prometera arrendar sua terra:

Cedo, de manhã, [Gonçalo] convocou o regedor; a Rosa, ainda trêmula, mostrou no braço as marcas roxas dos dedos do Relho; e o homem, cujo arrendamento findava em Outubro, foi despedido da quinta com a mulher, a arca e o catre. Imediatamente apareceu um lavrador dos Bravais, o José Casco, respeitado em toda a freguesia pela sua seriedade e força espantosa, propondo ao fidalgo arrendar a Torre. Gonçalo Mendes Ramires, porém, já desde a morte do pai, decidira elevar a renda a novecentos e cinquenta mil réis – e o Casco desceu as escadas, de cabeça descaída. Voltou logo ao outro dia, percorreu miudamente toda a quinta, esfarelou a terra entre os dedos, esquadrinhou o curral e a adega, contou as oliveiras e as cepas: e num esforço, em que lhe arfaram todas as costelas, ofereceu novecentos e dez mil réis! Gonçalo não cedia, certo da sua equidade. O José Casco voltou ainda com a mulher; depois, num domingo, com a mulher e um compadre, – e era um coçar lento do queixo rapado, umas voltas desconfiadas em torno da eira e da horta, umas demoras sumidas dentro da tulha, que tornavam aquela manhã de Junho intoleravelmente longa ao Fidalgo, sentado num banco de pedra do jardim, debaixo de uma mimosa, com a ‘Gazeta do Porto’. Quando o Casco, pálido, lhe veio oferecer novecentos e trinta mil réis – Gonçalo Mendes Ramires arremessou o jornal, declarou que ia ele, por sua conta, amanha a propriedade, mostrar o que era

justificaria qualquer violência ou revolta contra a Casa de Bragança. João Gouveia observa que os Regeneradores, caso estivessem no Ministério, fariam o mesmo. Gonçalo concorda, porém ressalva que a indecência estaria em vender aos ingleses... Os Regeneradores certamente negociariam Lourenço Marques com povos latinos, como os franceses ou os italianos (Cf. QUEIROZ, 2000a, p. 34-35). O que mais justificaria essa aversão aos ingleses, senão o *Ultimatum* de 1890?

⁴⁰ Conforme João Roberto Maia da Cruz: “Em sua relação com os pobres afloram decisivamente as contradições e ambiguidades de Gonçalo Ramires, o personagem mais matizado de Eça de Queiroz. Entre sua reputação, socialmente constituída, de fidalgo muito generoso e atencioso, sobretudo com os humildes, e os valores de classe que dão lastro a distinções incontornáveis no plano das relações sociais, há uma defasagem de fundo” (in BERRINI, 2000, p.144).

um torrão rico, tratado pelo saber moderno, com fosfatos, com máquinas! O homem de Bravais, então, arrancou um fundo suspiro, aceitou os novecentos e cinquenta mil réis. À maneira antiga o fidalgo apertou a mão ao lavrador. (QUEIROZ, 2000a, p. 21-22)

Vale lembrar, para melhor aclarar a dura negociação, que o brasão dos Ramires é composto por um açor negro em campo escarlate. Ora, o açor, como se sabe, é uma ave de rapina. A sugestão está, portanto, dada... Casco, como se pode notar pelo excerto, é um pobre lavrador, mas sua reputação na freguesia é irretocável. Suas hesitações diante do fidalgo se devem muito mais às suas limitações de cálculo e de capital do que a uma suposta má fé em rebaixar o preço. O que, entretanto, para o Casco constituiria um grande passo (arrendar a Torre), para Gonçalves, distraído com sua gazeta e dono das terras, seria mero negócio para um acréscimo de renda. O fato irrefutável, todavia, é que há acordo entre ambos – selado conforme o costume antigo do aperto de mão, da palavra empenhada.

Entre a visita do Casco e a de Manuel Pereira, há a escrita do primeiro capítulo da novela histórica e a rememoração dos amores de Gracinha e André Cavaleiro. Para melhor organização da análise, entretanto, a novela histórica será mais detidamente investigada num momento posterior, no subtítulo “Ficção”, enquanto o caso da irmã de Gonçalves com o Cavaleiro constituirá outro nó específico para a análise logo adiante. Assim, pela relação que existe entre a proposta de arrendamento do Casco e a do Pereira, será dado um salto necessário para se chegar ao último.

O fidalgo, retomando, certa feita em que se debruçava mais uma vez sobre a escrita de sua grande obra, foi interrompido pelo Bento, seu serviçal, que anunciava a presença do Pereira, o Manuel Pereira, da Riosa, o Pereira Brasileiro que vinha à Torre com o propósito de fazer uma proposta de arrendamento sobre o qual o fidalgo já havia antes tratado, de palavra empenhada, com o José Casco dos Bravais. Vale a pena ler parte do diálogo:

Gonçalo reteve a colher, num pasmo risonho:

– Você queria arrendar a Torre, Pereira?

– Queria conversar com Vossa Excelência. Como o Relho está despedido...

– Mas eu já tratei com o Casco, o José Casco dos Bravais! Ficamos meio apalavrados, há dias... Há mais de uma semana. O Pereira coçou arrastadamente a barba rala. Pois era pena, grande pena... Ele só no sábado se inteirara da desavença com o Relho. E, se o Fidalgo não ressalvava o segredo, por quanto ficara o arrendamento?

– Não ressalvo, não, homem! Novecentos e cinquenta mil réis. O Pereira tirou da algibeira do colete a caixa de tartaruga, e sorveu detidamente uma pitada, com o carão pendido para a esteira. Pois maior pena, mesmo para o Fidalgo. Enfim! depois de palavra trocada... Mas era pena, porque ele gostava da propriedade; já pelo S. João pensara em abeirar o Fidalgo; e apesar de os tempos correrem escassos, não andaria longe de oferecer um conto e cinquenta, mesmo um conto cento e cinquenta!

Gonçalo esqueceu a sopa, numa emoção que lhe afogueou a face fina, ante um tal acréscimo de renda – e a excelência de tal rendeiro, homem abastado, com metal no banco, e o mais fino amanhador de terras de todas as cercanias! (QUEIROZ, 2000a, p. 60-61)

O tal acréscimo de renda, ao contrário do que se supõe, logo se vê que não é tão vultoso assim, mas, para um fidalgo à beira da ruína, talvez valesse a pena arriscar uma reputação por uma diferença de 100 ou 200 mil-réis. Acresce que, conforme a ordem do capital, não se fecha um bom negócio quando se pode fechar um ainda melhor. Não é preciso dizer, assim, que o fidalgo termina por romper o compromisso anteriormente assumido com o José Casco, faltando-lhe com a palavra dada – mesmo tendo, há pouco, durante a escrita da novela, se admirado da sublime lealdade de Tructesindo, mais preso “à sua palavra que um santo ao seu voto” (QUEIROZ, 2000a, p. 57). De fato, logo depois, voltando à livraria, encerradas as suas negociações com o Pereira (esse abastado homem, com metal no banco), o fidalgo torna a pensar no trecho com que concluía o primeiro capítulo da novela histórica:

Acendeu um charuto, voltou à livraria. E, imediatamente, releu o final magnífico: ‘De mal com o Reino e com o rei, mas de bem com a honra e comigo!’ – Ah! Como ali gritava a alma inteira do velho português, no seu amor religioso da palavra e da honra! (QUEIROZ, 2000a, p. 64)

O mesmo Gonçalo que falta com a palavra ao Casco é o que celebra a palavra empenhada de Tructesindo até as últimas consequências. Se o antepassado prefere ter contra si o próprio rei e seu reino a ter que abrir mão de sua honra pela palavra dada, Gonçalo, por

sua vez, preferirá ter contra si o pobre Casco, sacrificando o acordo selado no aperto de mãos. Não será por acaso que Gonçalo, nesse instante, há de se recordar dos tormentos que a torre abafara sob sua masmorra feudal, pela força das correntes, açoites e torniquetes. É por essa via opressora que há de impor sua vontade e verdade ao Casco, como logo se verá.

Trata-se nessa passagem, portanto, do mesmo jogo narrativo anteriormente aludido. Há uma continuidade entre as duas ficções (a da novela histórica e a do fidalgo decadente), em que os paradigmas da ordem moral construídos pela primeira são desfeitos pela segunda a partir da imposição de uma necessidade econômica mais urgente⁴¹. Se, antes, no sistema feudal, o nobre podia contar com uma sociedade composta por estamentos, em que seus privilégios eram assegurados por vontade divina, conforme a crença e o costume à época, para assegurar sua honra e estatura moral; ao fidalgo do *Ultimatum*, do mundo capitalista e da sociedade de classes só resta a dissipação do caráter ante a necessidade de garantir o aumento de seus ganhos, sem que seja necessário se render ao aviltante mundo do trabalho.

Adiante, ainda que não tenha, por exemplo, mantido sua palavra ao Casco, que queria arrendar a terra de Gonçalo, o fidalgo, ao usar de artifícios escusos para mandar prender o próprio Casco (que o ameaçara), há de receber o pedido de perdão desse homem humilhado (a quem Gonçalo socorrera o filho). O Casco, um pobre trabalhador que vê no arrendamento alguma possibilidade de melhoria na sua condição de vida, fora totalmente subjugado pelo capricho do fidalgo Gonçalo. No mundo do capital, a honra, o caráter, a palavra empenhada, ainda que alardeados como caríssimos valores, são destroçados pela imposição do valor supremo: o dinheiro. Perdem, no caso, a elite (supostamente a antiga detentora da reserva moral da nação, segundo Antonio Candido) e, sobretudo, o pobre (que vê sua pequena ascensão na sociedade de classes barrada por um capricho aparentemente fora de sua alçada). Há ainda, nesse caso, um traço distintivo de suma importância para o aristocrata: Gonçalo prefere arrendar suas terras ao Pereira não só pelo maior valor oferecido, mas, conforme o trecho lido acima, porque se tratava de homem com certa distinção, como arrendatário, na sociedade (ao contrário do Casco).

⁴¹ Conforme João Alexandre Barbosa: “A palavra e a honra, a honra da palavra, exacerbadas na caracterização heroica de Tructesindo Ramires, acentuam a pequenez da existência experimentada por Gonçalo no buraco rural” (in BERRINI, 2000, p. 121).

Nesse sentido, ainda que um tanto longa, é imprescindível a leitura do episódio em que se encontram Gonçalo e o Casco, pela estrada, depois do acerto com o Pereira:

O Fidalgo da Torre reconheceu o José Casco dos Bravais. E seguia, como desatento, pela orla do pinheiral, assobiando, raspando com a bengalinha as silvas floridas do valado. O outro, porém, estugou o passo esgalgado, lançou duramente, no silêncio do arvoredo e da tarde, o nome do Fidalgo. Então, com um pulo do coração, Gonçalo Mendes Ramires parou, forçando um sorriso afável:

– Olá! É você, José! Então que temos?

O Casco engasgara, com as costelas a arfar sob a encardida camisa de trabalho. Por fim, desenfiando das cordas o marmeleiro que cravou no chão pela choupa:

– Temos que eu falei sempre claro com o fidalgo, e não era para que depois me faltasse à palavra!

Gonçalo Ramires levantou a cabeça com uma dignidade lenta e custosa – como se levantasse uma massa de ferro:

– Que está você a dizer, Casco? Faltar à palavra! Em que lhe faltei eu à palavra?... Por causa do arrendamento da Torre? Essa é nova! Então houve por acaso escritura assinada entre nós? Você não voltou, não apareceu...

O Casco emudecera, assombrado. Depois, com uma cólera em que lhe tremiam os beijos brancos, lhe tremiam as secas mãos cabeludas, fincadas ao cabo do varapau:

– Se houvesse papel assinado, o fidalgo não podia recuar!... Mas era como se houvesse, para gente de bem!... Até Vossa Senhoria disse, quando eu aceitei: “Viva! está tratado!”... O fidalgo deu a sua palavra!

Gonçalo, enfiado, aparentou a paciência de um senhor benévolo:

– Escute, José Casco. Aqui não é lugar, na estrada. Se quer conversar comigo, apareça na Torre. Eu lá estou sempre, como você sabe, de manhã... Vá amanhã, não me incomoda.

E endireitava para o pinhal, com as pernas moles, um suor arrepiado na espinha – quando o Casco, num rodeio, num salto leve, atrevidamente se lhe plantou diante, atravessando o cajado:

– O fidalgo há-de dizer aqui mesmo! O fidalgo deu a sua palavra!... A mim não se me fazem dessas desfeitas... O fidalgo deu a sua palavra!

[...] Então, estarrecido, Gonçalo tentou um refúgio na ideia de Justiça e de Lei, que aterra os homens do campo. E como amigo que aconselha um amigo, com brandura, os beijos ressequidos e trêmulos:

– Escute, Casco, escute, homem! As coisas não se arranjam assim, a gritar. Pode haver desgosto, aparecer o regedor. Depois é o tribunal, é a cadeia. E você tem mulher, tem filhos pequenos... Escute! Se descobriu motivo para se queixar, vá à Torre, conversamos. Pacatamente tudo se esclarece, homem... Com berros, não! Vem o cabo, vem a enxovia...

Então de repente o Casco cresceu todo, no solitário caminho, negro e alto como um pinheiro, num furor que lhe esbugalhava os olhos esbraseados, quase sangrentos:

– Pois o fidalgo ainda me ameaça com a justiça!... Pois ainda por cima de me fazer a maroteira, me ameaça com a cadeia!... Então, cos diabos! primeiro que entre na cadeia lhe hei-de eu esmigalhar esses ossos!...

Erguera o cajado... – Mas, num lampejo de razão e respeito, ainda gritou, com a cabeça a tremer para trás, através dos dentes cerrados:

– Fuja, fidalgo, que me perco!... Fuja que o mato e me perco! (QUEIROZ, 2000a, p. 118-119)

Antes do episódio, Gonçalo, após concluir o segundo capítulo de sua novela histórica, andava pelo caminho, perdido em seus pensamentos, considerando a semelhança entre ele e os valores e a bravura dos antigos Ramires. Ora, o que sucede entre o fidalgo e o Casco é justamente uma forma de negar essa suposta semelhança. Esbanjando uma pusilanimidade vexatória, Gonçalo tenta, a princípio, dissimular a própria presença diante do José. Ao ser interpelado, por ter faltado à palavra empenhada, o fidalgo rasga o código aristocrático e apela, na esperança de intimidar o outro, às convenções burguesas: primeiro à escritura, depois à justiça. É notório como o camponês está preso a um código de nobreza que nem o próprio aristocrata, no caso o mais antigo deles, respeita. O Gonçalo regenerador é um homem do seu tempo, que se adaptou ao mundo burguês e age conforme suas regras. Seus súditos do terceiro estado, entretanto, não participam desse arranjo de classes operado pela *Regeneração*. Nesse sentido, a dualidade do fidalgo será inevitável e cruel. Sempre que conveniente, Gonçalo se vale de sua condição aristocrática, sobretudo ao escrever uma novela histórica sobre seus antepassados, a fim de se lançar deputado; e, valendo-se da mesma conveniência, conclama as instituições burguesas para se defender e intimidar quem cobra dele uma postura condizente a de um fidalgo – como no caso do Casco. Ora, a revelação dessa dualidade

intrinsecamente contraditória só será possível a partir da crise do *Ultimatum* – quando as forças do capital estão em conflito e em processo para um novo arranjo. Nesse sentido, a hipótese a ser averiguada adiante é a de se haveria, nessa avidez por qualquer aumento de renda, sacrificando a palavra empenhada (fundamental para o código de honra aristocrático), a necessidade de acumular capital para se fazer em África.

Na sequência desse encontro, não satisfeito em faltar com a palavra ao Casco, Gonçalo, em seus relatos aos empregados da Torre, deturpa todo o acontecido, alegando que o Casco estava bêbado e que não o reconheceu; que vinha com uma foice, depois com uma espingarda. O que vale notar, todavia, é que na sua conversa com o Bento, surge uma história semelhante, mas entre Sanches Lucena e outros dois jornaleiros que o enfrentam pela estrada. Um deles, ao reconhecer o deputado por Vila Clara, corre, enquanto o outro se atira de joelhos, arrependido. É nesse breve relato do Bento que Gonçalo percebe que ser deputado talvez imponha mais respeito que ser fidalgo: “Ora vê tu! Ainda vale ser deputado! Ainda inspira respeito, homem! Pelo menos inspira mais respeito que descender dos reis de Leão!...” (QUEIROZ, 2000a, p. 123). O que assombra Gonçalo, ainda ao jantar, é que um lavrador tenha, pela primeira vez na história dos Ramires, ousado tamanho ultraje. Se os homens dobravam os joelhos diante de um Ramires medieval, agora erguem o cajado para ele. O único remédio será arranjar um castigo ao Casco e, depois, uma vaga de deputado para si próprio.

O que Casco cobra ao fidalgo, entretanto, é que o código de honra seja respeitado. Não seria, portanto, o sinal dos tempos o ato de um camponês que ousa desafiar seu senhor por questões alheias ao dever aristocrático. Ao contrário: é o Casco a recordar que o fidalgo não pode romper com o próprio código – para o equilíbrio das relações. Mas esses são os tempos do *Ultimatum*...

Nesse ínterim, todavia, Gonçalo dá com a notícia de que Sanches Lucena falecera, deixando viúva e herdeira D. Ana, com seus duzentos contos. A morte do deputado implicaria eleições suplementares diante da vacância. A indicação política do candidato, entretanto, haveria de ser feita justamente pelo antigo amigo e agora desafeto do fidalgo, André Cavaleiro. Seria a perfeita oportunidade de Gonçalo para se lançar deputado por Vila Clara, não fossem suas desavenças com o Cavaleiro. Acresce que Gonçalo é um regenerador, enquanto Cavaleiro é pelos históricos.

O administrador João Gouveia, entretanto, acaba por convencer Gonçalo de que o arranjo é necessário. O pretexto está dado: se Gonçalo quer botar o Casco na cadeia, há de recorrer ao Governo Civil – de André Cavaleiro. O risco, para Gonçalo, é que esse arranjo implique a indesejada reaproximação entre o Cavaleiro e a irmã do fidalgo, Gracinha. É nesse ponto que o episódio, até aqui analisado, do arrendamento da Torre se entrelaça com o episódio de que se há de tratar mais diante – o da reconciliação entre Gonçalo e André e a consequente reaproximação entre o governador e Gracinha.

O que diferencia esse episódio de reconciliação entre os antigos amigos dos demais episódios aqui tratados é o percurso de seu caráter privado, na narrativa, até tornar-se público. Quando Gonçalo Mendes Ramires chega à sede do Governo Civil para ter com André Cavaleiro, o narrador não adentra ao gabinete do governador com o leitor. Antes, opta por permanecer em praça pública, acompanhando a repercussão do encontro entre os rapazes. O próprio Barrolo é abordado para que adiante aos camaradas o assunto que o cunhado fora tratar ali – mas o marido de Gracinha de nada sabe. Desse modo, portanto, o arranjo será apresentado ao leitor aos poucos, mais adiante, enquanto Gonçalo está jantando na Vendinha e rememora a conversa. O essencial é o convite para a deputação:

E o André, sempre com os olhos nele cravados, os largos olhos lustrosos, tão persuasivos:

– Se tu quisesses servir o País, ser deputado por Vila Clara, já não estávamos embaraçados, Gonçalo!

Se tu quisesses... E perante esta insistência que rogava, tão sincera e comovida, em nome do País, ele consentira, vergara os ombros:

– Se te posso ser útil, e ao País, estou às vossas ordens.
(QUEIROZ, 2000a, p. 141)

O tratamento por “tu” já demonstra o adiantado da reconciliação e o arranjo. O caso da prisão do Casco, por essa altura, já está também costurado e perde sua importância relativa. Tudo é contraditório: Gonçalo pensa em ser deputado, diante da ameaça do Casco, porque já não inspira respeito como fidalgo em sua Torre; no entanto, se vale justamente de sua condição de aristocrata para apresentar sua candidatura à deputação. Claro está que André Cavaleiro segue muito mais atento à possibilidade de se reaproximar de Gracinha do que do

fidalgo – como logo há de se averiguar. Mas o que interessa, por ora, é a perspectiva de Gonçalo. Logo a seguir ele acaba por adiantar outro episódio fundamental para a análise:

Na Vendinha, enquanto esperava que lhe frigissem um chouriço com ovos e duas postas de sável, meditou, para a Resposta ao Discurso da Coroa, um esboço sombrio e áspero da Nossa Administração na África. E lançaria então um brado à Nação, que a despertasse, lhe arrastasse as energias para essa África portentosa, onde cumpria, como glória suprema e suprema riqueza, edificar de costa a costa um Portugal maior!... (QUEIROZ, 2000a, p. 142)

É nesse momento da narrativa, de forma aparentemente despretensiosa, que se unem os três episódios a serem analisados neste passo: o arrendamento da Torre; a reconciliação com André Cavaleiro; e, por fim, a partida de Gonçalo para África. Dessa forma, atentando para o que acaba de imaginar Gonçalo na sua resposta ao Discurso da Coroa, sua partida para o prazo em África não será algo tão surpreendente quanto se costuma afirmar. Inescapável, ademais, a observação de edificar um Portugal maior de costa a costa. Ora, Gonçalo, aqui, está justamente reafirmando a necessidade de se reabilitar o mapa cor de rosa, unindo Angola a Moçambique, e negando o *Ultimatum*. Voltaremos à questão adiante, quando oportuno.

Talvez, por essa altura, tendo já o fidalgo recebido o telegrama de André confirmando o arranjo político, algum leitor mais atento tema pela novela histórica. Pois se o intuito de Gonçalo era chegar à deputação por honra das letras, sua novela não se faz mais necessária. Não é, todavia, o que pensa o fidalgo: “agora convinha que terminasse essa ‘Torre de D. Ramires’ antes do afã da eleição – para que em Janeiro, ao abrir das Cortes, surgisse na Política com o seu velho nome aureolado pela Erudição e pela Arte” (QUEIROZ, 2000a, p. 145). Embora o arranjo seja necessário, Gonçalo persiste na ideia de que o verniz das letras deva ofuscar os escusos bastidores das negociações entre ele e André Cavaleiro.

A retomada da novela, entretanto, é precedida pelas considerações de Gonçalo ante o poema do tio Duarte. Relendo, em versos derramados, o drama de Tructesindo, ao saber o filho cativo de Baião, o fidalgo considera que:

[...] este choroso desalento não lhe parecia coerente com a alma tão indomavelmente violenta do avô Tructesindo. O tio Duarte, da Casa das Balsas, não era um Ramires, não sentia hereditariamente a fortaleza da raça – e, romântico plangente de 1848, inundara logo de prantos românticos a face férrea de um lidador do século XII. (QUEIROZ, 2000a, p. 146)

Gonçalo retoma a novela para reescrever a passagem “dentro da realidade épica”. O acovardado fidalgo, que se sentira ameaçado, busca, nesse instante, retomar sua coragem e valentia por meio da narrativa que vai reconstruindo de seus antepassados. Ocorre que será interrompido, como sempre, pelo Bento, pois à cozinha está, justamente, a mulher do pobre Casco, com os filhos pequenos, esperando para falar ao fidalgo, já que lhe prenderam o marido. Diante da ameaça de um escândalo na Torre, tão próximo às eleições, o fidalgo esbraveja e logo abala:

– Ora se uma coisa destas se atura! Um homem que me quis matar! E agora, por cima, é sobre mim que desabam as lágrimas, e as cenas, e a criança doente! Não se pode viver nesta terra! Um dia vendo casa e quinta, emigro para Moçambique, para o Transval, para onde não haja maçadas... Bem, dize à mulher que já desço. [...]

– Ai, meu rico senhor, tenha compaixão! Ai, que me prenderam o meu homem, que mo vão mandar para a África degredado! Jesus, meus filhinhos da minha alma que ficam sem pai! Ai, pelas suas almas, meu senhor, e por toda a sua felicidade!... Eu sei que teve culpa! Aquilo foi perdição que lhe deu! Mas tenha piedade destas criancinhas! Ai, o meu pobre homem que está a ferros! Ai, meu rico senhor, por quem é! [...]

– Bem, perfeitamente! – exclamava Gonçalo. – E agora diga! Acha que tenho bojo de lhe mentir, quando vossemecê está nessa aflição? Pois então sossegue, acabe com os gritos, que, sob minha palavra, amanhã cedo, o seu homem está solto! (QUEIROZ, 2000a, p. 147-149)

É a segunda vez que Gonçalo faz referência direta à África – desta vez por não suportar as constantes interrupções ao seu trabalho. Diante da humilhante condição da mulher, entretanto, causada pelo próprio fidalgo, ao não cumprir a palavra empenhada ao Casco, põe-se a tremer e, ironicamente, dá sua palavra à mulher de que pela manhã o marido estará solto. Ao perceber, ademais, o pequeno de sete anos a arder em febre, Gonçalo exige que o menino fique na Torre, onde receberá os devidos cuidados.

O episódio em questão, todavia, ainda é o da reconciliação política. Serão as irmãs Lousadas, com uma carta repleta de insinuações, que vão expor à boa sociedade de Vila Clara o interesse renovado de André por Gracinha, irmã de Gonçalo. Ao fidalgo só resta confiar na virtude da irmã, uma vez que, ao ponderar a situação, sabe que será impossível evitar que o governador civil frequente agora a casa do Barrolo. Antes de chegar ao encontro entre Gracinha e André, entretanto, cabe indicar o que o Titó adianta na narrativa ao encontrar Gonçalo para um jantar.

O fidalgo propusera uma reunião com os amigos, na Torre, a fim de celebrar o acordo político que o faria deputado. Aparecem o administrador João Gouveia, o farmacêutico e cantador Videirinha (a gritar “Viva a ilustre casa de Ramires!”) e, por fim, Antônio Vilalobos, o Titó, que chega atrasado, perguntando pela farda de deputado. Gonçalo adverte que os deputados já não usam farda. Titó retruca ironicamente, dizendo que, por farda, estava a se referir a libré de lacaios – uma vez que o papel do fidalgo agora seria o de servir ao governo votando conforme lhe fosse ordenado. A provocação está subtendida no fato de ser Gonçalo um regenerador declarado que há de servir o governo dos históricos. Mas o fidalgo não se abala e revida: “Tu és uma criatura das selvas, lacustre, quase pré-histórica... Não entendes nada das realidades sociais!... Na sociedade não há princípios absolutos!...” (QUEIROZ, 2000a, p. 159). Titó prossegue perguntando pela reconciliação com André e para arrematar a questão diz ao fidalgo: “Sério, sério, Gonçalo! Eleição, reconciliação, submissão, e tu em Lisboa às cortesias ao S. Fulgêncio, em Oliveira de braço dado com o André, tudo isso parece que destoa... Mas enfim, [...], não aludamos mais a coisas tristes!” (QUEIROZ, 2000a, p. 160).

Tanto a resposta de Gonçalo, alegando que não há princípios absolutos na sociedade, quanto a observação final de Titó, lamentando as coisas tristes a que o fidalgo vem se submetendo, vão ecoar adiante na narrativa e serão oportunamente retomadas.

Por ora, Gonçalo vai fazer uma visita à casa de André, em Corinde. Ali, na intimidade do passeio e do almoço, relembram os tempos de amizade, conversam sobre as manobras políticas para fazer do fidalgo o deputado por Vila Clara e, depois das cinco, partem ambos a cavalo para Oliveira. A entrada na cidade é triunfal e o espanto geral. Gonçalo se dirige para a casa da irmã. Convida André para que entre, mas o governador civil prefere encontrar o amigo e o Barrolo ao dia seguinte, na sede do Governo. Não tarda que Gracinha e Barrolo cobrem explicações a Gonçalo. E ele, finalmente, resume tudo muito bem:

– Uma coisa muito inesperada, mas muito natural. O Sanches Lucena morreu, como vocês sabem. Ficou vago o círculo de Vila Clara. É um círculo por onde só pode sair um homem da terra, com propriedade, com influência. O Governo imediatamente me mandou perguntar, pelo telégrafo, se eu me desejava propor... Ora eu, no fundo, estou de bem com os Históricos, sou amigo do José Ernesto... Estimava entrar na Câmara... Aceitei. [...]

– Aceitei, está claro, com condições; e muito fortes. Mas aceitei... Neste caso, como vocês sabem, convém que o candidato se entenda com o Governador Civil. Eu, ao princípio, não queria renovar relações. Instado porém, muito instado de Lisboa, e por considerações superiores de Política, consenti nesse sacrifício. Nas dificuldades em que se encontra o País, todos devem fazer sacrifícios. Eu fiz esse... O André, de resto, foi muito amável, muito afetuoso. De sorte que estamos outra vez amigos. Amigos políticos: mas muito bem, muito lealmente... Almocei hoje com ele em Corinde, viemos juntos pelos Freixos. Uma tarde linda!... Enfim renasceu a antiga harmonia. E a eleição está segura. (QUEIROZ, 2000a, p. 171-172)

O problema do resumo é a reincidência de Gonçalo em manipular toda história a partir de seu relato. O fidalgo sempre reescreve o que de fato se passou, todavia conforme suas conveniências. Há uma notável diferença entre o que o narrador apresenta ao leitor e o que Gonçalo diz. Seria esse procedimento uma forma de fazer o fidalgo parecer pouco confiável ao leitor? Seria uma forma de construir sua humanidade, nas suas incoerências e incongruências? Talvez ambas – sobretudo ao final do romance, quando Gonçalo é comparado ao próprio Portugal. Antes de se chegar até lá, entretanto, há o jantar oferecido por Barrolo, em sua casa, ao governador civil.

Estão presentes, além de Gonçalo, Gracinha, Barrolo e André, também o Gouveia, o padre Soeiro e a prima Maria Mendonça. À mesa bebe-se muito vinho, conversa-se muito sobre Lisboa, sobre os planos de viagem de André à Itália (para impressionar Gracinha), assim que o Ministério cair, sobre uma pretendente para Gonçalo, etc. A certa altura do jantar, sem qualquer cerimônia, a prima Maria Mendonça faz questão de enfatizar o status do fidalgo naquela sociedade: “O primo Gonçalo, com todas estas graças, no fundo, é muitíssimo aristocrata... Mas terrivelmente aristocrata!” (QUEIROZ, 2000a, p. 180). E o primo não decepçiona: “Aristocrata... Está claro que sou aristocrata. [...] Gosto de saber que nasci de meu pai Vicente, que nasceu de seu pai Damião, que nasceu de seu pai Inácio, e assim sempre

até não sei que rei suevo...” (*Idem*). A necessidade de se mencionar tamanha distinção social advém de uma característica bastante peculiar dos Ramires. Gonçalo, em conversa com o padre Soeiro, acabara de desprezar um título que um antepassado seu declinara, conforme lembrava o próprio padre. Seria o fidalgo, caso o título não fora recusado, duque de Galileia e de Além-Jordão. Por esse artifício se expõe, abertamente, o fato de que Gonçalo, não obstante ser o mais antigo fidalgo de Portugal, residindo num solar de mil anos, não dispõe de nenhum título honorífico – o mesmo se dá com Afonso da Maia e com Jacinto de Tormes. Nem mesmo a *Regeneração*, com sua conhecida prolixidade em títulos de nobreza e comendas, o agraciara. Haverá uma vaga menção, adiante, sobre um possível título, mas o fidalgo também não o aceitará. André Cavaleiro, por sua vez, há de fazer uma brava defesa da monarquia, em detrimento do republicanismo. O governador civil seria, justamente, o perfeito exemplo de conciliação proposto pela *Regeneração*. Ele, que habitava uma edificação dos fins do século XVIII, sem elegância e sem arte (Cf. QUEIROZ, 2000a, p. 161), numa quinta chã, seria o elemento ascendente naquela sociedade e bem posto no arranjo político de então. Era chegada a vez de Gonçalo que, não obstante a ausência de títulos, era sabidamente o varão da primeira casa aristocrática de Portugal. Por esse artifício, Eça talvez presuma deixar claro que o “aristocracismo”, de que fala Eduardo Lourenço (Cf. LOURENÇO, 2012, p.44), prescinde de títulos – e que a nova nobreza, ornada de comendas, não deve, portanto, ser confundida com o tradicional fidalgo.

Adiante, na cena, seguem as discretíssimas adulações de André a Gracinha e duas vagas menções ao período. A primeira seria em relação à aparição de jornais republicanos; a segunda, uma possibilidade de morte, aventada por Gonçalo, do reizinho na sua menoridade. A menção explícita aqui é ao futuro rei de Espanha, Afonso XIII, que nascera em 1886. Certamente não seria absurdo presumir também que o autor implícito estivesse aqui remetendo a outro reizinho, D. Manuel II de Portugal, nascido a 1889 (Eça morreria em 1900). O infante português, após o regicídio que vitimaria seu pai, D. Carlos I, e seu irmão, D. Luís Filipe, em 1908, seria rei aos nove anos. De qualquer forma, o importante é deixar claro que o contexto histórico é a crise de 1890.

Ao fim da noite, após o jantar, Gracinha e André Cavaleiro dançam uma valsa entre sorrisos e murmúrios.

De volta à Torre, eis que ressurgue, diante de Gonçalo, o pobre Casco. Recorde-se que, após ter afrontado o fidalgo, o Casco acaba preso por conta dos arranjos entre o governador

civil e Gonçalo. Diante da humilhação, a mulher do homem vai à Torre, numa noite de chuva, com dois filhos pequenos, rogar pela liberdade do marido. Uma vez solto, Casco procura o fidalgo:

– Se o fidalgo me fizesse a esmola de uma palavra...

– Ah! é você, Casco! Homem, não o conheci... E então?

Dobrou o jornal, tranquilizado – gozando mesmo a submissão daquele valente que tanto o apavorava, erguido e negro como um pinheiro, na solidão do pinheiral. E o Casco, engasgado, repuxava, esticava o pescoço de dentro dos grossos colarinhos bordados – até que atirou toda a alma numa súplica soluçada, retendo as lágrimas que marejavam:

– Ai, meu fidalgo, perdoe por quem é! Perdoe, que eu nem lhe sei pedir perdão!

Gonçalo atalhou o homem, com generosidade e doçura. Ele bem o avisara! Nada se emenda, a gritar, com o pau alçado...

– E olhe, Casco! Quando você me saiu ao pinhal, eu levava um revólver na algibeira... Trago sempre um revólver. Desde que uma noite em Coimbra, no Choupal, dois bêbedos me assaltaram, ando sempre à cautela com o revólver... Pense você agora que desgraça se tiro o revólver, se desfecho!... Que desgraça, hem?... Felizmente, num relance, pensei que me perdia, que o matava, e fugi. Foi por isso que fugi, para não desfechar o revólver... Enfim tudo passou. E eu não sou homem de rancores, já esqueci. Contanto que você, agora sossegado e no seu juízo, esqueça também. [...]

– Pois agora é que eu me lembro, meu fidalgo! Agora é que me ralo por aquela doudice! Agora! Depois do que o fidalgo fez pela mulher e pelo pequeno!...

Gonçalo sorriu, encolheu os ombros:

– Que tolice, Casco!... Pois a sua mulher aparece aí numa noite de água... E o pequenito doente, coitadito, com febre... [...]

– Meu fidalgo, eu não sei falar, não sei dizer... Mas se de hoje em diante, seja para que for, o fidalgo necessitar da vida de um homem, tem aqui a minha!

Gonçalo estendeu a mão ao lavrador, muito simplesmente – como um Ramires de outrora recebendo a preiteira de um vassalo. (QUEIROZ, 2000a, p. 187-189)

Outra vez mais salta aos olhos a forma como Gonçalo instrumentaliza sua narrativa, ao mentir sobre estar armado, para subjugar ainda mais o já humilhado Casco. Se o português não tolera o tratamento humilhante imposto pela Inglaterra no *Ultimatum*, rebelando-se e afrontando a ordem de retirada, para, enfim, ceder; parece que o fidalgo não tem qualquer constrangimento ao humilhar o camponês – e ainda se sagrar benevolente, por ter, supostamente, poupado a vida ao homem. A situação beira ao absurdo quando o Casco, como um vassalo, oferece a própria vida a Gonçalo – que o agradece.

Encerrado, finalmente, o episódio do Casco, é preciso retomar os lances entre Gracinha e André. No entretanto, Gonçalo está às voltas com o valentão de Nacejas e com a viúva D. Ana – que talvez o queira para marido, mas ele, como bom fidalgo, só se interessa por ela como amante. Ainda que reluzam os duzentos contos da viúva, o fidalgo só faz especular entre os amigos a honestidade de D. Ana. O feio senão, como lembra o próprio Gonçalo, é o pai carnicheiro – mas quem não o teria? O próprio fidalgo supõe haver um antepassado Ramires carnicheiro⁴². A questão posta aqui é a recusa de Gonçalo em se casar. E, se não casa, não há herdeiros – o que implica o fim dos Ramires.

O fidalgo, por essa altura, rematara o terceiro capítulo de sua novela e partira para Oliveira para ler os manuscritos ao padre Soeiro e também para Gracinha. Como não encontrasse ninguém em casa do Barrolo, Gonçalo, ao preparar-se para uma visita à Capela das Mônicas, reconhece as vozes de Gracinha e de André, sussurrando segredos de amor. O fidalgo retorna à Torre imediatamente, de onde destilava sua cólera, deixando a irmã em pânico:

Cólera contra a irmã que, calcando pudor, altivez de raça, receio dos escárnios de Oliveira, tão fácil e estouvadamente como se calcam as flores desbotadas de um tapete, correrá ao mirante, ao macho da bigodeira, apenas ele lhe acenara com o lenço almiscarado! Cólera contra o Barrolo, o bochechudo bacoco, que empregava os seus bacocos dias celebrando o Cavaleiro, arrastando o Cavaleiro para o Largo d'El-Rei, escolhendo na adega os vinhos mais finos para que o Cavaleiro aquecesse o sangue, ajeitando as almofadas de todos os canapés para que o Cavaleiro saboreasse estiradamente o seu charuto e a graça presente de Gracinha! Enfim cólera contra si, que, pela baixa cobiça de uma cadeira em S. Bento, abatera a única muralha segura entre a irmã e o homem da marrafa luzente – que era a sua

⁴² O termo *carniceiro* varia de sentido conforme o contexto: pode significar açougueiro, médico, sanguinário. Aqui a última acepção parece a mais adequada.

inimizade, aquela escarpada inimizade, sempre, desde Coimbra, tão rijamente reforçada e recaída!... Ah! todos três horrendamente culpados! (QUEIROZ, 2000a, p. 232-233)

Passado um tempo, num passeio por Vila Clara, Gonçalo percebe, entretanto, que os amores de Gracinha eram totalmente ignorados pela boa sociedade. Assim, considera mais prudente preservar a intimidade com o Cavaleiro, a fim de não levantar qualquer tipo de suspeitas, diante de um novo rompimento, sobre um possível escândalo. Enfim, um fingimento imposto pela honra do nome e pela conveniência da eleição – afinal, a “eleição era a única fenda por onde ele lograria escapar do seu buraco rural” (QUEIROZ, 2000a, p. 234).

Importante notar que Gonçalo tem clareza de sua dependência em relação ao Cavaleiro. E a atribui à sua pobreza: “dessa escassa renda de duas quintas, abastança para um simples, mas pobreza para ele, com a sua educação, os seus gostos, os seus deveres de fidalguia, o seu espírito de sociabilidade” (QUEIROZ, 2000a, p. 234-235). Ora, conforme defende Norbert Elias, de fato o aristocrata tem deveres estabelecidos pela sociabilidade e que impõem a ele uma enormidade de custos⁴³. O fato novo, nesse contexto de crise histórica, é que o fidalgo encontre na política uma forma não só de distinção, mas também de ganhar a vida. Como não poderia deixar de ser, contudo, o percurso é contraditório. Para se emancipar de sua pobreza, o fidalgo precisa chegar a deputado, mas para chegar ao parlamento, depende do favor de um vilão que deseja seduzir a sua nobre irmã. Como escaparia do seu buraco rural sem abrir mão de sua honra?⁴⁴ Note-se que buraco rural, no contexto, pode também ser entendido como a questão econômica estrutural básica que todo o país precisa superar: a

⁴³ “O fato de indivíduos se arruinarem por e para suas casas é incompreensível enquanto não entendermos que, nessa sociedade de grandes senhores, o tamanho e o esplendor da casa não constituem uma expressão primordial da riqueza, mas sim uma expressão primordial da posição e do nível. Para o *grand seigneur*, a aparência física da casa no espaço é um símbolo da posição, da importância, do nível de sua ‘casa’ no tempo, ou seja, de sua estirpe no decorrer das gerações, com isso simbolizando também a posição e a importância que ele mesmo possui como representante vivo da casa.

A posição elevada obriga a possuir e ‘organizar’ uma casa que corresponda a ela.” (ELIAS, 2001, p.75)

⁴⁴ O mesmo Elias sobre a honra: “A opinião social tem, [...], uma importância e função bem diferentes das que desempenham numa sociedade burguesa mais ampla. Ela funda a existência. [...] a ‘honra’ expressava a participação em uma sociedade nobre. [...] ‘Perder a honra’ significava perder a condição de membro da ‘boa sociedade’. [...] era comum um nobre trocar sua vida pela ‘honra’, preferir morrer a deixar de pertencer à sua sociedade [...]. Sem essa distinção sua vida não tinha sentido.” (ELIAS, 2001, p. 112)

excessiva dependência do campo. Industrializar o país e modernizar sua base econômica terá um custo alto: a liquidação da monarquia e da nobreza. Eça, conforme exposto anteriormente, já previra esses movimentos da história ao alertar para a necessidade de reformas no interior do regime diante da ameaça republicana. De qualquer forma, Gonçalo não terá filhos e o fado está consumado.

A outra possibilidade seria o casamento com D. Ana Lucena – e seus duzentos contos. Mas se lembra do pai carnicheiro da viúva, como carnicheiros foram alguns antepassados Ramires. O que se sabe é que, ao fim, Gonçalo, ainda que tenha alcançado a deputação, não fará a opção nem por D. Ana, nem pelo parlamento – mas pela África. Ainda assim, por ora, seguem atormentando o sossego do fidalgo a cobrança de letras vencidas, por conta das despesas do último ano em Coimbra, e as contas do alfaiate.

Mas enfim a prima Maria Mendonça aparece na Torre e acaba encorajando Gonçalo a propor algo a D. Ana. A prima casamenteira, logo se vê, surge como uma espécie de *ficelle*, como nos romances de Henry James – ou seja, é a personagem cuja função reside em unir alguns dos pontos da narrativa. Ocorre que Titó, adiante, aparece na Torre naquela mesma noite para cear e Gonçalo conta o caso todo, pedindo conselho ao amigo, que era frequentador assíduo da casa dos Sanches Lucena. Titó, lamenta, mas, embora viúva, rica e bonita, D. Ana não era honesta – tivera amantes. E seria melhor se Gonçalo não se casasse com ela.

Encerrado, por ora, o caso com D. Ana, Gonçalo, após uma noite de sonhos conturbados com seus antepassados, sai a passeio pela estrada montado na sua égua e empunhando um famigerado chicote de cavalo marinho, que o Bento havia resgatado nos recônditos da casa. O fidalgo encontra no caminho, por acaso, Ernesto de Nacejas e, numa briga, acaba despegando a orelha do valentão com o chicote – além de ferir o rapaz Manuel Domingues. De volta à Torre, encontra Barrolo e Gracinha, que o foram visitar. Depois de relatar sua peleja, Gonçalo sobe ao quarto com o cunhado. É então que o Barrolo revela uma carta que recebera das Lousadas:

Exmo. Sr. José Barrolo. – Vossa Excelência, apesar de todos os seus amigos o alcunharem de *Zé Bacoco*, mostrou agora muita esperteza, chamando de novo para a sua intimidade e de sua digna esposa o gentil André Cavaleiro, nosso governador civil. Com efeito a esposa de Vossa Excelência, a linda Gracinha, que nestes últimos tempos andava tão murcha e até desbotada (o que a todos nos inquietava), imediatamente refloriu, e

ganhou cores, desde que possui a valiosa companhia da primeira autoridade do distrito. Portou-se pois Vossa Excelência como marido zeloso, e desejoso da felicidade e boa saúde de sua interessante esposa. Nem parece rasgo daquele que toda a Oliveira considera como o seu mais ilustre pateta! Os nossos sinceros parabéns! (QUEIROZ, 2000a, p. 268)

Barrolo, claro, não entende a aberta ironia da carta. Ademais, André agora partira para Lisboa com demora, retornando apenas ao mês seguinte para as eleições. Mais tarde, porém, Gonçalo apresenta a mesma carta para Gracinha, desculpando-se por ter reatado com quem não devia, apenas por ganância. O efeito da carta na irmã do fidalgo, entretanto, é de outra natureza. Gracinha queda aos prantos, enquanto Gonçalo a consola e pede que não ceda ao Cavaleiro a fim de resguardar a honra e o nome da família.

Pela hora do almoço, o Joaquim da cavalaria, já de volta da localidade da Grainha, onde residia o de Nacejas, vem com notícias da desordem daquela manhã. Todo o povo se ajuntara para ver o ocorrido depois que o fidalgo partira pela estrada. O velho e o rapaz, pouco ferido, abalaram dali. O valentão, todavia, tivera que ser carregado para um hospital – muito ferido. O povo todo dava razão ao fidalgo, pois ninguém ali gostava do valentão e ainda o temiam. O fidalgo, diziam, fizera uma limpeza.

Ao dia seguinte, a proeza já é conhecida e louvada em Oliveira. Adiante, em Lisboa, o feito é celebrado pelos jornais e por toda a boa sociedade. Toda essa euforia é marcada pela confirmação de uma expectativa de que o fidalgo, assim como seus seculares antepassados, se torne um herói digno do nome – melhor ainda se for pela violência bruta. No Porto, a *Gazeta* atribuía o atentado contra o fidalgo à política – vingança de republicanos.

Enfim, todo o caso figura como um resgate do Portugal heroico. É como se, do fundo do poço em que fora lançado Portugal após o *Ultimatum*, ressurgisse essa figura temerária, eivada de uma nobre história, pronta a enfrentar valentões – em Portugal, em África e em Inglaterra. Após a humilhação nacional, levantava a velha aristocracia com o chicote em riste. Ocorre que a valentia fora desferida contra um camponês metido a besta. Daí a enfrentar a poderosa Inglaterra requereria muito mais do que um chicote⁴⁵.

⁴⁵ Como bem lembra Laura Cavalcante Padilha, “a arma de Gonçalo é um chicote de cavalo-marinho, ‘afiado como um cutelo’, ‘uma arma terrível’. E ninguém melhor que os africanos para saber quanto de verdade há nessas afirmações. O chicote de cavalo-marinho foi, juntamente com a palmatória, um instrumento de violência e suplício para o negro” (in BERRINI, 2000, p.177).

De qualquer forma, terminada a escrita do quarto capítulo de sua novela histórica, Gonçalo recebe a notícia de que o valentão de Nacejas havia se recuperado no hospital, com a orelha e a boca recompostas, mas que sairia dali para a cadeia. A reação do fidalgo não poderia ser a mais surpreendente ao mandar o Godinho dizer ao sr. João Gouveia que não prendesse o homem: “Explique bem ao sr. João Gouveia... Detesto vinganças. Não estão nos meus hábitos, nem nos hábitos da minha família. Nunca houve um Ramires que se vingasse... Quero dizer, sim, houve, mas...” (QUEIROZ, 2000a, p. 298). Bem se vê que o próprio fidalgo duvida da confiabilidade do que escreve sobre a sua família. Detesta ferocidades, mas acaba de relatar a cruel morte imposta ao Bastardo pelo antepassado Tructesindo. Detesta violências, mas quase matou o Ernesto de Nacejas. Ademais, faz impor sua decisão pessoal contra a prisão sobre a decisão do próprio administrador, da própria lei – e da mesma forma que ordenara, por conta de uma simples ameaça, que fosse preso o Casco. Aqui a diferença de tratamento entre um caso e outro é abissal. Casco, na sua razão de homem traído pela falsa palavra do fidalgo, ameaça Gonçalo, diante do cinismo do senhor da Torre, e acaba preso e humilhado, indo mesmo pedir perdão depois de solto. Ernesto, sem qualquer motivo aparente, vive a provocar o fidalgo, até que um belo dia, armado de um poderoso chicote, Gonçalo vergasta o valentão até deixá-lo inconsciente – e, ainda assim, prefere que o mantenham solto. Parece claro que a diferença de tratamento não guarda relação com qualquer questão de classe, uma vez que o Casco e o valentão estariam numa mesma situação diante do fidalgo. A distinção está na postura do fidalgo diante das duas situações. Ao ter sua honra questionada, e por justo motivo é bom que se diga, acovarda-se diante do Casco, usando de sua posição social para castigar o pobre homem e fazer valer sua primazia de aristocrata. Ao ser afrontado por Ernesto, sem qualquer querela aparente, usa de violência extrema para castigar o valentão, mas ainda se vale da mesma posição social para manter o homem em liberdade. Muitos críticos enxergam nessa mudança de postura uma espécie de redenção da personagem. Não parece ser esse o caso, senão a manutenção e a reafirmação de sua posição de classe: antes usando apenas de suas prerrogativas e influência junto ao administrador, agora acrescentando o braço violento, a fim de manter a ordem e o *status quo*. Ocorre, como será possível verificar adiante, que o diálogo a ser estabelecido com a novela histórica lança outra luz sobre esses acontecimentos. Sem ser necessariamente uma redenção subjetiva da personagem, as pazes de Gonçalo com Casco e o perdão do fidalgo ao de Nacejas podem figurar como uma possibilidade de aliança entre a aristocracia e o povo. A conferir.

Adiante, na narrativa, Gonçalo segue pela freguesia a pedir votos. A comadre Firmina o recebe com uma observação bastante singela: “Ai o fidalgo podia ficar seguro! Que o Firmino já jurara, até ao senhor regedor, que para o fidalgo era todo o sítio a votar, e quem não fosse a amor ia a pau” (QUEIROZ, 2000a, p. 299). Eis a confirmação de como a violência se faz imprescindível para a manutenção do *status quo*. Pelo caminho ainda lhe louvam a égua emprestada ao Solha, a caridade pelo filho do Casco e mesmo seu adversário na urna, o doutor Júlio, confessa que acabara também votando no fidalgo.

A eleição logo está garantida e confirmada, a Torre toda iluminada. A consagração de Gonçalo pelo voto, a percepção de que sempre fora popular, quando sempre se julgara cercado de indiferença pelas gentes das aldeias, tem sentido fundamental nesse momento histórico. A celebração que as dez freguesias lhe fazem por ocasião da eleição é a sagração da política tradicional operada desde a *Regeneração* (e que, nunca é demais recordar, chega ao fim justamente com o *Ultimatum*). Para o fidalgo, a diferença está em conquistar pela própria destreza política o que os velhos Ramires recebiam por herança (como a fortuna e o poder). Resta claro para o aristocrata de então que, por mais que lhe tenham valido o prestígio do nome e da Casa, sua reputação, ainda que de forma escusa, há de ser construída – e não mais pressuposta de berço. O caso é que Gonçalo, rememorando, considera abominável a miséria moral a que expôs a própria irmã ao reatar, por necessidade desses celebrados votos, com o antigo desafeto – o Cavaleiro. Recorda a fuga acovardada diante do Casco e o chicote contra Ernesto – e quando mais se supõe impopular, mais se descobre imensamente popular. Mas seu esforço tão sem escrúpulos lhe parece mais risível que imoral. Afinal, deputado por Vila Clara para almoçar no Bragança e bocejar diante da inanidade dos homens e das ideias no parlamento. Imaginava uma vida mais interessante, como a dos pensadores, dos artistas, dos reformadores, dos santos, dos fisiologistas, dos inventores e dos aventureiros. Imagina se lançar para uma ação vasta e fecunda, que dê um lustre novo ao velho lustre de seu nome.

Em dezembro aparece, finalmente, a “Torre de D. Ramires” no primeiro número dos *Anais*. Gonçalo é saudado como um erudito e artista que dá continuidade à obra de Herculano e de Rebelo. Em janeiro, parte para Lisboa. Ali adentra à boa sociedade, sempre figurando nos jornais, nas notícias de jantares e de caçadas de el-rei. Até que, em abril, de forma não tão surpreendente (conforme adiantado na análise), chega à Vila Clara a notícia de que Gonçalo “arranjara a concessão de um vasto prazo de Macheque, na Zambézia, hipotecara a sua quinta

histórica de Treixedo, e embarcava em começos de Junho no paquete ‘Portugal’, com o Bento, para a África” (QUEIROZ, 2000a, p. 315).

Eis aqui, conforme as ressalvas feitas anteriormente, o dado mais inusitado do enredo: a partida de Gonçalo para um prazo na África, o ato social simbólico por excelência de toda a narrativa. Após ter calculado seus passos todos na vida a partir do intuito máximo de alcançar uma cadeira no parlamento, garantindo antes uma renda maior pela sua quinta, depois alçando seu nome na boa sociedade por meio da escrita de uma novela histórica e finalmente reatando com o Cavaleiro para poder se lançar candidato, não queda em Lisboa pouco mais de três meses – e parte para um prazo na Zambézia. Nesse contexto, é bastante significativo que o texto introdutório à edição crítica de *A Ilustre Casa de Ramires* busque comprovar que, de fato, a “aventura africana de Gonçalo não existe na versão da *Revista Moderna* [...]. Pelo contrário não há vestígios na *Revista Moderna* de nenhuma das alusões, pessoais ou indirectas, que no livro de 1900 vão preparando o terreno para a partida de Gonçalo” (QUEIRÓS, 1999, p. 31). E arremata: “a inclusão da matéria africana é a alteração mais profunda, e de maior alcance simbólico-ideológico, que se produz entre as duas versões de 1897 e 1900” (QUEIRÓS, 1999, p. 33). Assim, é possível demonstrar que o ato simbólico fundamental da narrativa foi cuidadosamente pensado e preparado pelo autor – tanto que só foi incluído na versão derradeira do romance. Vejamos, pois, o que sucede na Zambézia.

No último capítulo do romance, dá-se ao leitor conta de que se passaram quatro anos desde a partida de Gonçalo para seu prazo em África. Gracinha está na Torre, ajeitando tudo para a chegada do irmão. Conveniente declarar que a sombria tormenta de seu coração estava desfeita. Com a queda do Ministério, André Cavaleiro apresentara sua demissão e partira em viagem.

Na Torre, para uma visita à Gracinha, aparecem o Titó, o João Gouveia e o Videirinha. Logo após a eleição, Videirinha, conforme prometido por Gonçalo, fora colocado na Administração do Concelho de Vila Clara, como amanuense. A prima Maria Mendonça está em Lisboa, em visita a D. Ana Lucena, e de lá enviou uma carta à Gracinha, contando as novas de Gonçalo, que por sua vez chegara de Paris no domingo e se demorava uma semana em Lisboa antes de chegar à Torre. D. Ana está arranjando mobília e paira no ar a sugestão de que deve se casar, uma vez que permaneceu viúva pelos últimos quatro anos. É o Gouveia quem se encarrega de ler a carta de quatro folhas da prima Mendonça sobre Gonçalo:

Deves agora estar ansiosa por saber da grande chegada do primo Gonçalo. Foi realmente brilhante, e parecia uma recepção de pessoa real. Éramos mais de trinta amigos. Está claro, apareceu toda a roda da nossa parentela; e se rebentasse de repente nessa manhã uma revolução, os Republicanos apanhavam ali junta, na estação do Rossio, toda a flor da nobreza de Portugal, da velha, da boa. (QUEIROZ, 2000a, p. 322-323)

A menção aos republicanos e a uma possível revolução situa, mais uma vez, o enredo após o *Ultimatum*, além de apontar para a crescente rejeição ao regime monárquico como consequência da crise. A leitura prossegue:

Não imaginas como vem... ótimo! Até mais bonito, e sobretudo mais homem. A África nem de leve lhe tostou a pele. Sempre a mesma brancura. E de uma elegância, de um apuro! Prova de como se adianta a civilização de África! [...] Estava também o visconde de Rio-Manso, com a filha, a Rosinha. Muito linda ela, com um vestido do Redfern, fez sensação. Todos me perguntavam quem era, e o conde de Arega, está claro, logo com apetite de ser apresentado. [...] À noite, o José [Bento] e eu jantamos em família, com o primo Gonçalo, no Bragança, para conversar da Torre e dos Cunhais. Ele contou muitas coisas interessantes de África. Traz notas para um livro, e parece que o prazo prospera. Nestes poucos anos plantou dois mil coqueiros. Tem também muito cacau, muita borracha. Galinhas são aos milhares. [...] No prazo já se construiu uma grande casa, próximo ao rio, com vinte janelas e pintada de azul. E o primo Gonçalo declara que já não vende o prazo nem por oitenta contos. Para felicidade completa, até achou um excelente administrador. Eu todavia duvido que ele volte para a África. Tenho agora cá a minha linda ideia sobre o futuro do primo Gonçalo. Talvez te rias. E não advinhas... com efeito, eu mesma só nessa noite em que jantamos no Bragança, recebi de repente a inspiração. O Rio-Manso está também no Bragança. Quando descíamos para o jantar, para um gabinete, encontramos no corredor o velho com a pequena. O homem tornou logo a abraçar Gonçalo, com uma ‘ternura de pai’. E a Rosinha tão vermelha se fez, que até Gonçalo, apesar de excitado e distraído, notou e corou de leve. Parece que já há entre eles um conhecimento antigo, por causa de um cesto de rosas, e que, desde anos, o destino os anda sorrateiramente chegando. Ela é realmente uma beleza. E tão simpática, tão bem-educada!... Diferença de idade, apenas onze anos, e o dote tremendo. Falam em quinhentos contos. Há apenas a questão de sangue e o dela, coitadinha... Enfim, como se diz em heráldica, - ‘o rei faz a pastora rainha’. E os Ramires, não só vêm dos reis, mas os reis vêm dos Ramires. (QUEIROZ, 2000a, p. 323-325)

Para entender a mudança de perspectiva operada pelo autor implícito nesse momento da narrativa, é preciso, antes de tudo, entender o papel de Maria Mendonça. Trata-se, conforme dito anteriormente, de uma *ficelle* (um laço, uma corda, um truque), algo que ata os elementos da narrativa uns aos outros, como a Miss Stackpole de Henry James, em *The Portrait of a Lady*⁴⁶. Nesse sentido, a função da prima, ao longo de toda narrativa, esteve em conduzir Gonçalo ao altar, mormente com a viúva D. Ana Lucena e seus duzentos contos de dote. Agora, uma vez mais, a prima ressurge, mas sugerindo outro destino para D. Ana e uma outra possibilidade para o fidalgo: desposar a filha do visconde de Rio-Manso, Rosinha, com um dote de quinhentos contos (recorde-se que o prazo de Gonçalo em África beira os oitenta contos). A sugestão da prima Mendonça é clara: diante de tamanho acréscimo de renda pela via do matrimônio, o fidalgo não teria qualquer motivo para retornar à África. Mas então por que tudo é apresentado por meio dela? Por que tamanha ruptura de perspectiva justamente no último capítulo? A hipótese é a de que, na sua função de *ficelle*, a personagem da prima deixa para que o leitor ate o derradeiro nó da narrativa. Como tudo na carta são sugestões, é ao leitor que cabe o papel de decidir o que é melhor para Gonçalo (se se casar, se regressar à África, etc.).

O fato é que, após a leitura da carta, todavia, segue uma alteração entre o administrador João Gouveia e Gracinha:

– Olhe, sra. D. Graça, acredite Vossa Excelência, sempre era melhor arranjo para o Gonçalo que a África... Eu não acredito nesses prazos... Nem na África. Tenho horror à África. Só serve para nos dar desgostos. Boa para vender, minha senhora! A África é como essas quintarolas, meio a monte, que a gente herda de uma tia velha, numa terra muito bruta, muito distante, onde não se conhece ninguém, onde não se encontra sequer um estanco; só habitada por cabreiros, e com sezões todo o ano. Boa para vender.

Gracinha enrolava lentamente nos dedos a fita do avental:

– O quê! vender o que tanto custou a ganhar, com tantos trabalhos no mar, tanta perda de vida e fazenda?!

⁴⁶ Muitas dessas premissas de James, todavia, são contestadas por Wayne Booth: “[...] when the book is completed, everything, including the rhetoric, ‘belongs’, everything has become intrinsic – though even to use the word we must understand it in our broadened sense” (Cf. BOOTH, 1968, p. 104).

O administrador protestou logo, com calor, já enristado para a controvérsia:

– Quais trabalhos, minha senhora? Era desembarcar ali na areia, plantar umas cruzeiras de pau, atirar uns safanões aos pretos... Essas glórias de África são balelas. Está claro, Vossa Excelência fala como fidalga, neta de fidalgos. Mas eu como economista. E digo mais... (QUEIROZ, 2000a, p. 325)

Eis aqui o substancial para a análise. As personagens, no diálogo, são postas na mesma posição que o leitor diante da carta da prima Mendonça. E é o administrador João Gouveia, mais uma vez, quem coloca a nu a natureza dessas visões tão antagônicas em relação à África. A colônia, em Portugal, segundo o administrador, é um valor para o aristocrata afeito à aventura, se possível com algum capital disponível para a empreita⁴⁷. Para o pequeno burguês, empregado do Estado⁴⁸, avesso, conforme Moretti⁴⁹, ao incerto, a África é boa para vender.

De fato, na conversa entre os amigos de Gonçalo, em que o administrador João Gouveia diz que o fidalgo, em todas as suas incongruências, lembra Portugal, resta clara a ideia de que o país é identificado muito mais com o universo aristocrático, ligado ao campo

⁴⁷ “O ‘aristocracismo’ não foi tanto dos ‘senhores de engenho’ em quem Oliveira Martins pensava, mas o pátrio – o dos dirigentes pátrios – ou em outros termos e para reproduzir diagnóstico já feito, a ausência de efectiva *burguesia nacional*, autonomizada e conquistadora. Os nossos famosos conquistadores não são ‘marinheiros’, à Drake, são *nobres cavaleiros* que ‘em navios’ que comandam se comportam como se fossem fronteiristas em Ceuta ou Arzila, indiferentemente.” (LOURENÇO, 2012, p.44)

⁴⁸ Gouveia já havia se manifestado sobre a África em outra ocasião: “Porque também ele [o senhor administrador do concelho], como o Governo, venderia Lourenço Marques, e Moçambique, e toda a Costa Oriental! E às talhadas! Em leilão! Ali, toda a África, posta em praça, apregoada no Terreiro do Paço! E sabiam os amigos porquê? Pelo são princípio de forte administração (estendia o braço, meio alçado do banco, como num Parlamento)... Pelo são princípio de que todo o proprietário de terras distantes, que não pode valorizar por falta de dinheiro ou gente, as deve vender para consertar o seu telhado, estrumar a sua horta, povoar o seu curral, fomentar todo o bom torrão que pisa com os pés... Ora a Portugal restava toda uma riquíssima província a amanhar, a regar, a lavrar, a semear – o Alentejo!” (QUEIROZ, 2000a, p. 35). Sobre esse excerto, Laura Cavalcante Padilha observa: “As terras do outro são tidas como ‘nossas’ e, portanto, podem ser leiloadas, já que ‘nossa’ propriedade. Os povos aí existentes não contam, uma vez que, [...], o *imperium* é sempre pensado como ‘um dever planejado, quase metafísico de governar povos subordinados, inferiores ou menos avançados’” (in BERRINI, 2000, p.175).

⁴⁹ “Here, the discontinuity between the two ruling classes is unmistakable: if turbulent passions had idealized what was needed by a warlike caste – the white heat of the brief ‘day’ of battle – bourgeois interest is the virtue of a peaceful and repeatable [...] everyday: less energy, but for a much longer time.” (MORETTI, 2013, p. 32)

(que de resto vai definhando, ainda que permaneça como o principal gerador de riquezas do país), do que ao universo burguês. Não obstante o recorrente recurso à alegoria nas últimas páginas de seus romances (e a mais memorável de todas talvez seja a que surge do diálogo entre Carlos da Maia e João da Ega, ao fim d'*Os Maias*), Eça aponta aqui para algo que ainda ficará evidente apenas alguns anos depois de sua morte. Se Portugal é sua aristocracia, e se a aristocracia, conforme Arno J. Mayer⁵⁰, terá seu fim selado de uma vez por todas com o término da Grande Guerra, o que será do país depois de 1918? A sombra da república já se acusa no romance, e, de fato, Portugal será uma República já em 1910 – mas nem ela será suficiente para dar uma solução ao dilema posto desde a crise de 1890. Tampouco o fará o Estado Novo, que perdurou de 1933 até 1974.

Parece claro, a partir daqui, que, embora a crise do *Ultimatum* represente uma virada significativa no projeto literário de Eça⁵¹, não há qualquer ruptura com o que vinha sendo feito antes – ainda que uma mudança na forma do romance seja notória. Essa mudança, ainda que presente, está longe de representar, também, uma total ruptura com a forma que Eça desenvolveu em suas narrativas antecedentes.

No caso específico d'*A Ilustre Casa de Ramires*, a estrutura formal de uma narrativa histórica sendo produzida dentro de uma narrativa realista, embora não seja novidade na própria obra do escritor (recorde-se que, n'*O Primo Basílio*, Ernestinho Ledesma redige uma peça teatral cujo drama em tudo se assemelha ao de Luísa), constitui um diálogo irônico em que o fidalgo do *eterno presente* em nada corresponde ao fidalgo idealizado do tempo como *destino* – deixando claro o caráter ficcional da narrativa como forma poderosa de, a um só tempo, erigir reputações impecáveis e demolir, ainda que de forma velada, toda uma construção da mesma natureza. Essa preocupação em afirmar o romance realista como obra de ficção (também explícita, a seu modo, em *A Cidade e as Serras*) nunca estivera tão clara antes como agora, a partir da escolha deliberada de um autor implícito em compor esse contraste entre duas narrativas que se sobrepõem e que entram em conflito aberto.

⁵⁰ Na verdade, em Portugal, o fim da aristocracia é ainda anterior ao fim da Grande Guerra: “In 1914 Europe was not only heavily agrarian and nobilitarian but also monarchic. Republicanism was as uncommon as finance capitalism. There were, of course, the inveterate Helvetic Confederation and the fledgling Portuguese republic. But among the major powers, France alone had a republican regime. [...] the Third Republic endured as a country without a king but with an aristocracy” (MAYER, 1981, p. 129).

⁵¹ Conforme Alberto da Costa e Silva: “Não sou o único a estar convencido de que *A Ilustre Casa de Ramires* foi a resposta pessoal de Eça de Queiroz ao Ultimato britânico” (in BERRINI, 2000, p. 15).

Antes de rematar essas questões, entretanto, é preciso voltar-se para a novela histórica de Gonçalo, a fim de entender como, afinal, está estabelecido o diálogo entre história e ficção no romance.

2.2 Ficção

Se ao menos o consolasse a certeza de que reconstituía, com luminosa verdade, o ser moral desses avós bravios... Mas quê! bem receava que sob desconsertadas armaduras, de pouca exatidão arqueológica, apenas se esfumassem incertas almas de nenhuma realidade histórica!... (QUEIROZ, 2000a, p. 297)

O aspecto formal de maior relevância no romance ora analisado é o diálogo estabelecido entre a novela histórica redigida por Gonçalo Mendes Ramires e o romance propriamente⁵², cuja narrativa se ocupa do percurso que conduz o fidalgo de Coimbra ao parlamento – e depois à África. Conforme visto anteriormente, Gonçalo, a fim de alçar voos mais altos no presente, busca reconstituir, ficcionalmente, o passado de seu próprio clã (ou ao menos parte dele) olhando para a história. Não obstante o fato de viver cercado de obras de genealogistas, romances de Walter Scott e revistas da época, sua principal fonte, por assim dizer, são as estrofes dos fados cantados por Videirinha e o poemeto do tio Duarte. O primeiro espanto, portanto, está em tomar a forma popular da canção como referência para o alto intuito de eternizar os feitos dos grandes Ramires. Ainda que o estilo da novela seja épico, de suposto apuro estético, sua fonte histórica parece estar aquém da empreita. Antes que se pense em Homero ou na tradição oral, no caso do romance de Eça o chiste parece proposital, a fim não de rebaixar literariamente a novela histórica de Gonçalo, mas antes de lançar dúvidas sobre seu caráter de verdade histórica. Conforme a epígrafe, o próprio fidalgo tem ciência de que a reconstrução histórica a que se propôs não passa de uma obra de ficção.

⁵² Conforme Lukács, ao comentar a estratégia em Conrad Ferdinand Meyer: “A forma literária da narrativa dentro da narrativa [*Rahmenerzählung*] serve para que acontecimentos concebidos como incompreensíveis e irracionais apareçam como tais e para sublinhar o enigma impenetrável das figuras principais” (LUKÁCS, 2011, p. 277).

Está claro que há uma obra de ficção (a novela) dentro de uma outra obra de ficção (o romance). Todavia, dentro desse universo ficcional, há um percurso da história para a ficção, ora em análise, mas há, também, o percurso da ficção para a história – a ser analisado no próximo passo. Iniciado o percurso pela história, no sentido que a ela atribuiu Jameson, é o momento de observar o diálogo estabelecido no universo da ficção.

A novela que Gonçalo se propõe a escrever fora reduzida de dois volumosos tomos para um opúsculo de trinta páginas – dividido em quatro capítulos. O fidalgo inicia o primeiro capítulo de sua novela (Cf. QUEIROZ, 2000a, p. 49-52) com o dilema de Tructesindo entre manter-se fiel e leal ao seu rei, D. Afonso II; e cumprir o que prometera a D. Sancho, pai de Afonso – que era defender D. Sancha, a infanta mais amada entre todas. Com a discórdia entre D. Sancha e D. Afonso II, a infanta apela para el-rei de Leão, que entra com seu filho por terras de Portugal. E eis Tructesindo dividido por conta da contenda dos irmãos. Entretanto, não tarda e Mendo Pais, amigo de Afonso II e genro de Tructesindo, vai ter com o sogro na Torre para rogar-lhe, em nome do rei, que se não bandeasse com os de Leão e com as senhoras infantas. Tructesindo, entretanto, assevera que o sangue dos Ramires há de ser derramado em favor das infantas. Mendo Pais adverte o sogro de que Lopo de Baião, o Bastardo, está a esperá-lo com cem lanças para lhe tolher a passagem. Como Tructesindo não se intimidasse, Mendo Pais arremata:

– Só um cuidado me pesa. E é que, nesta jornada, senhor meu sogro, ides ficar de mal com o Reino e com o rei.

– Filho e amigo! De mal ficarei com o Reino e com o rei, mas de bem com a honra e comigo! (QUEIROZ, 2000a, p. 56)

É nesse instante, conforme já analisado, que Gonçalo será interrompido pela visita do Pereira, que arrendará, por fim, a Torre. O diálogo formal, de certo modo, já foi adiantado. Mas é preciso retomá-lo para benefício da análise. O fato é que Tructesindo, por honra da palavra empenhada ao rei D. Sancho, de defender as infantas a todo custo, acaba afrontando o próprio rei sucessor, D. Afonso II, e todo o reino de Portugal. O custo, como se verá, será altíssimo para Tructesindo, mas em momento algum hesita em trair o seu juramento – uma vez que essa falha para com o código de honra aristocrático comprometeria e macularia não só o seu próprio nome, mas também o de toda a sua estirpe.

Gonçalo, por sua vez, acabara de trair sua palavra ao Casco para negociar o arrendamento com o Pereira – comprovando a sua própria máxima de que não há princípios absolutos na sociedade. O fato é que, nesse caso, supõe-se que o fidalgo há de ficar de mal com a honra e consigo – e talvez de bem com o reino e com o rei. Mas não é necessariamente o que ocorre. Quando surge a vacância para a deputação, o mau negócio que Gonçalo estabelecera para com o Casco se torna, justamente, o pretexto necessário para que o fidalgo se reaproxime de André Cavaleiro e atinja seus objetivos. Não há, ademais, qualquer crise moral relevante que perturbe o herói na sua empreita duvidosa rumo ao parlamento. Por fim, ao agir pelo avesso de Tructesindo, Gonçalo acaba, justamente, de bem com o rei e talvez com o reino, ao ser eleito deputado – mas não necessariamente ao custo de sua honra.

A escrita da novela será retomada no capítulo 5 do romance. Nessa altura da narrativa, Castanheiro já escrevera a Gonçalo perguntando sobre sua contribuição aos *Anais*. Deseja saber, ademais, se o fidalgo pretende colocar um subtítulo, à moda de 1830 (ou seja, romântico), como “*Episódios do Século XII*”, ou “*Crônica do Reinado de Afonso II*”, ou “*Cenas da Meia Idade Portuguesa*”. Subtítulo semelhante já fora usado por Eça n’*Os Maias*, por exemplo, como “*Episódios da Vida Romântica*”. O disparate é desconcertante: Gonçalo escreve, por volta de 1900, uma novela histórica, sob inspiração romântica, num tempo em que o próprio romance realista já começa a ceder espaço para as experiências vanguardistas. Esse conjunto formal, como concepção discursiva não necessariamente consciente por parte do autor, constitui, entretanto, um dos mais notáveis romances escritos por Eça.

De qualquer forma, Gonçalo retoma sua novela, já para redigir o capítulo II, em que o filho de Tructesindo, Lourenço Mendes Ramires, corre a Montemor em socorro das senhoras infantas e avista o Bastardo de Baião a tolher a passagem, conforme anunciara Mendo Pais. É nesse momento que surge o lance de amor. Lopo de Baião, fidalgo godo, louro e belo, conhecido como “Claro Sol”, amara D. Violante, a filha mais nova de Tructesindo (Cf. QUEIROZ, 2000a, p. 111). O episódio já havia sido cantado em versos pelo tio Duarte – e Gonçalo a eles se remete. Violante também se encantara por Lopo, mas era ele bastardo. Ainda assim, a rivalidade entre os Ramires e os de Baião jamais permitiria que ambos ficassem juntos. E assim sucedeu. Tructesindo negara a mão da filha ao Bastardo, que tentou raptá-la, mas foi impedido por um primo de Violante. Encontram-se, portanto, no caminho a Montemor, Lourenço e Lopo, com suas respectivas tropas, e entram em batalha. Lourenço é

raptado vivo e o Bastardo lamenta a prisão, uma vez que ambos poderiam ter sido amigos e irmãos (cunhados).

O paralelo entre as situações de Gonçalo e André Cavaleiro é notório. Mas é a diferença entre elas o que salta aos olhos uma vez mais. No romance, foi o governador civil quem se desinteressou de Gracinha – enquanto Tructesindo negara a mão da filha ao Bastardo. O paralelo estaria mais precisamente, todavia, no encontro entre Lourenço e Lopo, de um lado; e Gonçalo e André, de outro. Mas os desdobramentos são em tudo distintos. Enquanto Lourenço e Lopo entram em batalha aberta, Gonçalo e André reatam a antiga amizade às vistas dos rapazes que observam o prédio do Governo Civil. Da mesma forma, como se verá adiante, enquanto Violante é negada ao Bastardo, não há qualquer empecilho para que André Cavaleiro passe a frequentar a casa de Gracinha para cortejá-la.

A retomada da escrita do capítulo III da novela só ocorrerá quando, mais uma vez, o Castanheiro envia uma carta a Gonçalo, reclamando ao menos três capítulos para meados de outubro – ou será obrigado a publicar outra obra no lugar. O fidalgo, diante da ameaça, decide abandonar, por ora, seus passeios políticos e se dedicar ao trabalho. Ademais, acabara de visitar os túmulos dos antigos Ramires, em Santa Maria de Craquede, e podia agora palpar a memória de seus antepassados com maior precisão. Assim, recolhe-se à livraria e retoma a narrativa do ponto em que Lourenço era feito prisioneiro de Lopo. O Bastardo dirige-se a Santa Irineia a fim de ter com Tructesindo. A oferta é simples: Lopo de Baião entregaria Lourenço vivo a Tructesindo, se este concedesse a mão de sua filha, D. Violante, ao Bastardo:

No terreiro, em frente à cancela gateada, o Bastardo esperava, imóvel sobre o seu ginete, com a formosa face bem levantada, a face de “Claro Sol”, onde as barbas aneladas, caindo nas solhas do arnês, rebrilhavam como ouro novo. Vergando o capelo de ouropel, saudou Tructesindo com gravidade e preito. Depois alçou a mão, que descalçara do guante. E num considerado e sereno falar:

– Senhor Tructesindo Ramires, nestas andas vos trago vosso filho Lourenço, que em lide leal, no vale de Canta-Pedra, colhi prisioneiro e me pertence pelo foro dos ricos-homens de Espanha. E de Canta-Pedra caminhei com ele para vos pedir que entre nós findem estes homizios e estas feias brigas, que malbaratam sangue de bons cristãos... Senhor Tructesindo Ramires, como vós venho de reis. De Afonso de Portugal recebi a pranchada de cavaleiro. Toda a nobre raça de Baião se honra em mim... Consenti em me dar a mão de vossa filha D. Violante, que eu quero e que me quer, e

mandai erguer a levadiça para que Lourenço ferido entre no seu solar e eu vos beije a mão de pai.

Das andas, que estremeceram sobre os ombros dos besteiros, um desesperado brado partiu:

– Não, meu pai!

E hirto na borda do eirado, sem descruzar os braços, o velho Tructesindo retomou o brado – que por todo o terreiro da Honra rolou, mais arrogante e mais cavo:

– Meu filho, antes de mim, te respondeu, vilão!

Como se uma pontuada de lança lhe topasse o peito, o Bastardo vacilou na alta sela: e, colhido pelo repuxão das rédeas, o seu fouveiro recuou alteando a testeira dourada. Mas, a um novo arremesso, repulou contra a cancela. E Lopo de Baião, erguido sobre os estribos, gritava com ânsia, com furor:

– Sr. Tructesindo Ramires, não me tenteis!...

– Arreda, vilão e filho de viloa, arreda! – clamou soberbamente o velho, sem desprender os braços de sobre o levantado peito, na sua rija imobilidade e teima, como se todo o corpo e alma fossem de rijo ferro.

Então o Bastardo, arrojando o guante contra o muro da barbacã, rugiu chamejante e rouco:

– Pois pelo sangue de Cristo e pela alma de todos os meus te juro, que se me não dás neste instante essa mulher que eu quero e que me quer, sem filho ficas, que por minhas mãos, diante de ti e nem que todo o Céu acuda, lhe acabo o resto da vida! (QUEIROZ, 2000a, p. 219-220)

Curioso notar que Tructesindo deixe sacrificar o próprio filho à custa da palavra empenhada ao rei, mas Gonçalo sequer cogite sacrificar a cadeira de deputado pela reputação da irmã. A cena, na novela, prossegue com o Bastardo cravando um punhal no pescoço de Lourenço e Tructesindo reunindo os homens para vingarem aquela infâmia. O ato de negar o casamento de sangue nobre com sangue bastardo talvez tenha seu sentido heroico e nobre nesse contexto medieval. Essa mesma atitude, entretanto, já causaria estranhamento em meados do século XIX. É o caso de Afonso da Maia, que não autorizara Pedro a se casar com a Monforte, por conta do pai negreiro. Ora, o resultado dessa anacronia, conforme já foi dito, será a tragédia incestuosa d'*Os Maias*. Aqui, todavia, o paralelo, conforme já anunciado anteriormente, é entre Lopo e Lourenço (e Tructesindo), de um lado; e André e Gonçalo, de

outro. Ao contrário de seu antepassado Tructesindo, Gonçalo, premido pelo cálculo político, há de abrir caminho para André em direção à Gracinha. Ocorre que a irmã de Gonçalo já é casada.

Não é por acaso, portanto, que Gonçalo, findo o capítulo da novela, pense justamente em mostrar o lance para sua irmã e para o padre Soeiro. Não será também por acaso, ademais, que, antes de sair para a Oliveira, o visconde de Rio-Manso faça uma visita inesperada a Gonçalo. O intuito do visconde era oferecer os votos de sua freguesia ao fidalgo, uma vez que o soubera agora candidato a deputado pelas cortes. O que interessa, nesse lance, entretanto, é a justificativa do visconde. Em suma, Gonçalo, certa feita, fora gentil com a neta do senhor visconde (restituíra, banalmente, uma pela perdida à menina). Depois, ao dia seguinte, enviara um cesto de rosas à menina Rosa. Pois por essas remotas gentilezas, aparece agora o senhor visconde querendo pagar rosas com votos... E convida Gonçalo a fazer uma visita para melhor conhecer a, agora crescida, menina Rosa.

Caso ainda não tenha ficado clara a relação dessa passagem com a da novela, se Tructesindo nega a mão de sua filha ao Bastardo, o visconde oferece sua neta a Gonçalo. O que saltará aos olhos mais adiante, todavia, é que as mesmas gentilezas não serão dispensadas pelo fidalgo aos filhos da Crispola, que acabara de morrer. Gonçalo envia um dos meninos a Lisboa, para o ofício de carpinteiro; o outro menino fica na Torre para enviar os recados; uma das meninas fica na Torre para trabalhar na cozinha; a outra é adotada pela mãe de Manuel Duarte, numa quinta vizinha; e a menorzinha ainda não tivera destino. A Rosa cozinheira pede que Gracinha fique com a menina – e a irmã de Gonçalo manda encaminharem logo a menina. Mas Gonçalo fica impaciente com o caso. As gentilezas do fidalgo, portanto, são seletivas e exclusivas para os iguais – revelando o cálculo e o interesse por detrás desses gestos.

A escrita do quarto e último capítulo da novela, enfim, está concluída, no prazo exigido pelo Castanheiro, e ainda antes das eleições. Nele Tructesindo vai ter com o primo, D. Pedro de Castro, que lhe socorre com trezentas e trinta lanças, para efetuar a caça ao Lopo de Baião. O Bastardo é capturado num vale conhecido como Racha do Mouro. Ao fim da lide, Tructesindo, D. Pedro de Castro e Garcia Viegas, “o Sabedor”, discutem qual seria a lenta, dorida e viltosa morte que se daria ao Bastardo. Tructesindo sugere a forca; D. Pedro, que o Baião fosse sangrado do pescoço. Mas o velho Garcia sugere algo ainda mais vil:

– Sossegai, sossegai! Velho estou certamente, mas ainda o senhor Deus me consente algumas traças. Não! Nem enforcado, nem degolado, nem afogado... Mas chupado, senhores! Chupado em vida, e devagar, pelas grandes sanguessugas que encham toda essa água negra! (QUEIROZ, 2000a, p. 288)

Assim, o Bastardo é posto a nu e pendurado até a cintura na água escura para ser devorado pelas sanguessugas até a morte. Afinal, o sangue bastardo de Lopo de Baião, dada sua vileza, só poderia ser sorvido por sanguessugas. Tructesindo se deleita:

Nunca ele esperara vingança tão magnífica! O homem que atara o seu filho com cordas, o arrastara numas andas, o retalhara a punhal diante das barbacãs da sua Honra – agora, vilmente nu, amarrado também como cerdo, pendurado de um pilar, emergido numa água suja, e chupado por sanguessugas, diante de duas mesnadas, das melhores de Espanha, que miravam, que mofavam! Aquele sangue, o sangue da raça detestada, não o bebia a terra revolta numa tarde de batalha, escorrendo de ferida honrada, através de rija armadura – mas, gota a gota, escuramente e molemente se sumia, sorvido por nojentas bichas, que surdiam famintas do lodo e no lodo recaíam fartas, para sobre o lodo bolçar o orgulhoso sangue que as enfartara. Num charco, onde ele o mergulhara, viscosas bichas bebiam sossegadamente o cavaleiro de Baião! (QUEIROZ, 2000a, p. 292)

A cena prossegue, cada vez mais grotesca, até que o Bastardo esteja morto. Ao fim da novela, seguem todos a Montemor, a proteger as infantas.

Notório, após a publicação da novela, que ninguém duvide, no romance, da qualidade da obra de Gonçalo. De Lisboa, vem André Cavaleiro com a nova da boa recepção: “– Lá encontrei também o Castanheiro... Entusiasmado com o teu romance. Parece que nem no Herculano, nem no Rebelo existe nada tão forte, como reconstrução histórica. O Castanheiro prefere mesmo o teu realismo épico ao do Flaubert, na ‘Salambô’” (QUEIROZ, 2000a, p. 305). Talvez haja exagero da parte do Castanheiro, mas se atentarmos para as referências como escolhas de um autor implícito a coisa muda de figura. Alexandre Herculano é, simplesmente, a principal referência quando se fala em romance histórico em Portugal (*Eurico, o Presbítero; Lendas e Narrativas*). Politicamente, Herculano se recusou a participar

do primeiro governo da *Regeneração* e recusava suas honrarias e condecorações – típicas no período. Já Luís Augusto Rebelo da Silva, além de historiador (*História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*) e romancista (*Rauço por Homízio, Ódio Velho não Cansa, A Casa dos Fantasma*s), foi também, ao contrário de Herculano, parte do governo, como deputado, Par do Reino e Ministro. Até aqui, talvez se pudesse crer alguma seriedade na comparação, mas quando Castanheiro coloca Gonçalo acima de Flaubert o efeito beira o cômico.

Ademais, a grande boa nova da noite, maior que a do sucesso da novela, é outra, conforme André Cavaleiro:

– Meu tio Reis Gomes, e o José Ernesto, tiveram uma ideia muito natural, que comunicaram a el-rei, e que el-rei aprovou... Que aprovou mesmo ao ponto de a apetecer, de se assenhorear dela, de desejar que fosse só sua. E hoje é só de el-rei. El-rei pois pensou, como nós pensamos, que um dos primeiros fidalgos de Portugal, decerto mesmo o primeiro, devia ter um título que consagrasse bem a antiguidade ilustre da Casa, e consagrasse também o mérito superior de quem hoje a representa... Por isso, meu querido Gonçalo, já te posso anunciar, e quase em nome de el-rei, que vais ser marquês de Treixedo. [...]

Uma onda de sangue cobria a fina face de Gonçalo. Num relance sentiu que o título era um dom do Cavaleiro, não ao chefe da Casa de Ramires, mas ao irmão complacente de Gracinha Ramires... E sobretudo sentia a incoerência de que, ao chefe de uma casa dez vezes secular, mãe de dinastias, edificadora do Reino, com mais de trinta dos seus varões mortos sob a armadura, se atirasse agora um oco título, através do ‘Diário do Governo’, como a um tendeiro enriquecido que subsidiou eleições. Todavia saudou o Cavaleiro, que esperava a efusão, os abraços: – Oh! marquês de Treixedo! certamente muito elegante, muito amável... – Depois, esfregando as mãos, com um sorriso de graça e de espanto: – Mas, meu caro André, com que autoridade me faz el-rei marquês de Treixedo?

O Cavaleiro levantou vivamente a cabeça numa ofendida surpresa:

– Com que autoridade? Simplesmente com a autoridade que tem sobre nós todos, como rei de Portugal que ainda é, Deus louvado!

E Gonçalo, muito simplesmente, sem fumaça ou pompa, com o mesmo sorriso de suave gracejo:

– Perdão, Andrezinho. Ainda não havia reis de Portugal, nem sequer Portugal, e já meus avós Ramires tinham solar em Treixedo! Eu aprovo os grandes dons entre os grandes fidalgos; mas cumpre aos mais antigos começarem. El-rei tem uma quinta ao pé de Beja; creio eu, o

Roncão. Pois dize tu a el-rei, que eu tenho imenso gosto em o fazer, a ele, marquês do Roncão. (QUEIROZ, 2000a, p. 306-307)

Notável como num diálogo relativamente breve uma série de faturas são liquidadas. Antes de tudo, a decisão de Gonçalo de não receber qualquer benemérito de André, para que não passasse, novamente, como irmão complacente – como fora na ocasião em que visava conseguir sua vaga para disputar a eleição. Adiante, a clareza de que a lógica aristocrática da cessão de títulos honoríficos não engrandeceria sua Casa, uma vez que a prerrogativa, por antiguidade, deveria ser sua ao conceder títulos – e mesmo de ser rei. E, por fim, o gesto de sagrar o próprio rei como marquês de Roncão. É sabido, pela hierarquia dos títulos, que apenas um duque pode, em tese, suceder a um rei. Fazer de um rei marquês seria, na verdade, rebaixá-lo. Aqui Gonçalo repete, de certa forma, o feito de Tructesindo, ao ficar de mal com o rei e, talvez, com o reino – algo a ser verificado logo adiante. Não se pode deixar escapar, ainda, que Gonçalo só não é duque por conta de uma recusa de um antepassado seu – conforme recordara o padre Soeiro. Aliás, como já observado anteriormente, nenhuma personagem genuinamente aristocrática de Eça goza de um título honorífico (Afonso da Maia, Gonçalo Ramires, ou Jacinto de Tormes).

O que resta, entretanto, é estabelecer o diálogo necessário entre o último capítulo da novela e o lance correspondente no romance – conforme se procedeu até aqui. Nesse caso, a relação talvez não seja tão explícita como fora outrora, mas a hipótese é a de que o sacrifício do Bastardo tenha estreita relação com o abandono da cadeira no parlamento e a partida para África. Toda a violenta crueza da cena em que Lopo de Baião é morto pelas sanguessugas não remeteria também, afinal, à violência operada pelos portugueses nos seus prazos, sugando as riquezas do continente africano? A relação se torna ainda mais evidente quando consideramos o que defende João Roberto Maia da Cruz:

[...] a empreitada do Ramires como “explorador colonial” não constituiria uma negação irônica das falsas soluções para a crise pós-*Ultimatum* adotadas acriticamente, como o irrealismo da empresa ultramarina? Correlativamente, o episódio da aventura africana, ao representar um abandono dos deveres públicos em favor do interesse particular – [...] –, constitui uma continuação implícita da crítica ao homem público alheio ao desempenho responsável da sua função no contexto da política constitucional portuguesa oitocentista. (in BERRINI, 2000, p.153)

Seria conveniente acrescentar que não é uma crítica só ao homem público, mas a todo o sistema parlamentar vigente – uma vez que o próprio Gonçalo, ao negá-lo buscando a África, acaba reafirmando o seu desprezo não só pelo dever público, mas também do dever público para com suas responsabilidades. Da mesma forma, embora a morte do Bastardo esteja legitimada, na esfera pública, pela honra de Tructesindo, ao se manter fiel à palavra empenhada; essa mesma morte implica, no âmbito privado, tanto o interesse de Tructesindo em não ver seu sangue misturado ao do Bastardo, por meio de um matrimônio com Violante, quanto a vingança pela morte de Lourenço.

Raymundo Faoro já expôs o patrimonialismo como elemento constitutivo do Estado português, em *Os Donos do Poder*. De fato, a confusão entre o interesse público e o privado, tanto no caso de Tructesindo como no de Gonçalo, é relativamente difícil de ser identificada nesses termos, ao se pensar, como Faoro, o Estado patrimonialista como forma instrumentalizada de se administrar os interesses pessoais. Todavia, ao se atentar para a dimensão crítica alcançada pela forma do diálogo entre novela e romance, adotada por Eça, a sobreposição entre o interesse público e o privado se torna evidente – uma vez que é a partida de Gonçalo para a África o que lança luz sobre o episódio final da novela. Assim, reduzida a análise estritamente ao dilema público-privado no âmbito do indivíduo e desconsiderada a instrumentalização do Estado que Faoro teorizou, a crítica resta evidente.

Talvez o próprio fidalgo possa aclarar essa dualidade. A primeira menção que faz Gonçalo de ir à África é quando conversa com a irmã, Gracinha, sobre a leitura de *King Salomon's Mines* – cuja tradução para o português foi feita, curiosamente, por Eça de Queirós. É o entusiasmo com a leitura de um romance de aventuras, portanto, o que estimula no fidalgo “ideias de ir para a África” (QUEIROZ, 2000a, p. 84). Não demora muito e a ideia já é do conhecimento do administrador, João Gouveia, e do Titó, que a aprova: “Carreira bem mais decente que essa outra por que tens mania, de deputado!” (QUEIROZ, 2000a, p. 96). Gonçalo discorda:

– Vocês não compreendem... Vocês não conhecem a organização de Portugal. Perguntem aí ao Gouveia... Portugal é uma fazenda, uma bela fazenda, possuída por uma parceria. Como vocês sabem há parcerias comerciais e parcerias rurais. Esta de Lisboa é uma “parceria política”, que

governa a herdade chamada Portugal... Nós os Portugueses pertencemos todos a duas classes: uns cinco a seis milhões que trabalham na fazenda, ou vivem nela a olhar, como o Barrolo, e que pagam; e uns trinta sujeitos em cima, em Lisboa, que formam a “parceria”, que recebem e que governam. Ora eu, por gosto, por necessidade, por hábito de família, desejo mandar na fazenda. Mas, para entrar na “parceria política”, o cidadão português precisa uma habilitação – ser deputado. Exatamente como, quando pretende entrar na Magistratura, necessita uma habilitação – ser bacharel. Por isso procuro começar como deputado, para acabar como parceiro e governar... Não é verdade, João Gouveia? (QUEIROZ, 2000a, p. 96)

Em suma, Portugal é uma fazenda de propriedade de uma parceria política, firmada em Lisboa e formada por cerca de trinta sujeitos – de que o próprio Gonçalo deseja fazer parte como deputado. Eis o patrimonialismo escancarado. Ocorre que o fidalgo, inicialmente, discordara de Titó, que defendia a aventura em África como empreita superior à carreira política como deputado. Gonçalo, entretanto, ao defender a deputação, não ataca a ideia de ir para África⁵³ – de fato, pois o prazo na Zambézia nada mais é do que outra fazenda – extensão de Portugal. Além disso, ao fim do romance, conforme já observado, o interesse privado de Gonçalo de se lançar em África há de se sobrepor ao interesse público que deveria ser preservado pelo deputado por Vila Clara.

Enfim, esse diálogo entre ficções (novela e romance), conforme proposto anteriormente, diz muito mais sobre a história de Portugal do que a novela medieval, ou ainda do que o próprio romance – quando lidos separadamente. Ademais, a história a ser revelada por meio da ficção, como bem lembra Jameson⁵⁴, é a história que fere, que recusa o desejo do indivíduo e impõe limites à sua prática coletiva. Vejamos.

2.3 Ficção e História

⁵³ Paulo Franchetti, lembrando António José Saraiva, admite, todavia, que “seria errôneo pensar que Eça aconselhava a África como programa aos Portugueses do seu tempo” (in BERRINI, 2000, p.196).

⁵⁴ Conforme a epígrafe do presente capítulo: “History is what hurts, it is what refuses desire and sets inexorable limits to individual as well as collective praxis.” (JAMESON, 1982, p. 102)

Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. (MARX, 2011, p. 25)

These distinguished nuptials were celebrated by the attendance of the high-born Normans, as well as Saxons, joined with the universal jubilee of the lower orders, that marked the marriage of two individuals as a pledge of the future Peace and harmony betwixt two races, which, since that period, have been so completely mingled, that the distinction has become wholly invisible. (SCOTT, 2000, p. 401-402)

O casamento de Ivanhoe e Rowena, ao fim do romance de Walter Scott, conforme a segunda epígrafe, é a sagração da união de duas raças: Saxões e Normandos. Embora o conceito de raça aqui esteja eivado de problemas inerentes às teorias raciais da época de Scott, o que conta para a análise é a junção de dois povos para formarem um só: os ingleses. O mesmo não ocorre, contudo, na novela histórica escrita por Gonçalo, entre os Ramires e os de Baião – guardadas as devidas proporções e adequações. Ou seja, a razão de ser de todo o percurso narrativo do romance de Scott se não está ausente, estruturalmente, da novela histórica sobre Tructesindo, também não se concretiza, uma vez que a mão de Violante é negada ao de Baião. Esse percurso, todavia, não está de todo ausente do romance sobre Gonçalo.

É certo que *A Ilustre Casa de Ramires* não tratará de uma união entre dois povos – visigodos e sarracenos, por exemplo. Mas, do ponto de vista formal, subjaz ao enredo a necessidade de Gonçalo, a fim de dar prosseguimento à sua estirpe, contrair matrimônio⁵⁵. A alegoria final do romance reforça ainda mais essa necessidade, uma vez que, nesses termos, a sobrevivência dos Ramires implica a sobrevivência do próprio Portugal. O assunto permeia as relações com D. Ana Lucena e também com a neta do visconde de Rio-Manso. O problema, para Gonçalo, entretanto, é de outra natureza. Como regenerador declarado, o fidalgo haveria de se casar não com uma aristocrata do seu círculo, mas com alguma burguesa endinheirada, cuja família esteja ávida por adentrar a boa sociedade. Dessa forma, há de rejeitar a viúva D. Ana não pelo antepassado carniceiro, mas pela falta de virtude (ela, segundo Titó, tivera

⁵⁵ “[...] o matrimônio aristocrático de corte realmente não tinha como propósito o que, na sociedade burguesa, chamamos de uma ‘vida familiar’. Na verdade, quando se realizava um casamento nessa esfera, o que estava em jogo era sobretudo a ‘fundação’ e o ‘prosseguimento’ de uma ‘casa’” (ELIAS, 2001, p. 73).

amantes). Embora as relações extraconjugais não fossem necessariamente uma falha de caráter nos círculos aristocráticos, a fidelidade era uma virtude exigida às esposas burguesas – inclusive pelos aristocratas, como uma espécie de moeda de troca. No caso de Rosa, a origem duvidosa do sangue já se encontra devidamente adornada com o título de visconde do avô (provavelmente comprado a uma coroa endividada), e há o fabuloso dote de quinhentos contos, que fazia corar os meros oitenta contos erigidos no prazo da Zambézia, durante os quatro anos de trabalhos de Gonçalo. Como o matrimônio fica apenas sugerido pela carta da prima Mendonça, paira no ar o dilema a ser solucionado pelo leitor: valem mais quinhentos contos na sombra fresca de uma quinta ao pé de Rosinha ou oitenta contos nas longínquas terras africanas? Ou, dito de outro modo, em que medida faria sentido negar (afinal é disso que se trata) o *Ultimatum*, partindo para a África⁵⁶? Para tanto, é necessário recorrer, enfim, ao percurso operado da ficção para a história – por intermédio da forma, conforme o método sugerido por Jameson.

Ora, se a forma, na obra de arte, é o que sedimenta a totalidade do sentido histórico, o que dizer dessa estrutura formal, operada por Eça, em que duas ficções dialogam de modo contumaz? Conforme já apontado, não há novidade na estratégia em si. A singularidade do romancista, no caso, está em propor o diálogo entre uma novela histórica e um romance realista que busca, justamente, compor um sentido para a crise histórica do presente. Ao negar o *Ultimatum*, fazendo com que o protagonista se lance em África, depois de um percurso que em nada presumia essa decisão, Eça não está defendendo o colonialismo. Como diplomata, certamente sua convicção estaria muito mais afeita à defesa e à afirmação da soberania do Estado português, do que à aventura colonial. Negar o *Ultimatum*, portanto, não é apoiar a empreita de Gonçalo, mas reafirmar a soberania perdida – ainda que por intermédio de uma escolha equivocada. A crise, todavia, abre uma chaga e impede Portugal de realizar seu presente. A necessidade de um retorno ao passado, pela via da novela histórica, nada mais é do que a busca por uma resposta ativa contra o *Ultimatum*. Ocorre que o passado está calcado num universo cavalheiresco que já não faz mais sentido na sociedade burguesa do século XIX. Isso porque Portugal, como bem demonstra todo o arranjo da *Regeneração*, foi pego no

⁵⁶ Para Paulo Franchetti, a mudança que se opera em Gonçalo ao longo do romance permite que, ao final, “ele po[ssa], sem deixar de ser um jovem muito elegante, sem deixar de ser um nobre de antiga nobreza respeitado por todos seus pares, atirar-se a uma empresa muito mais própria de um burguês e, finalmente, namorar uma senhora rica, mas de classe inferior” (in BERRINI, 2000, p.198). Essa mudança de ânimo de Gonçalo, assim como de Jacinto, é diametralmente oposta, por exemplo, à aceitação do *fatum* – por parte de Carlos Eduardo e de João da Ega, ao final d’*Os Maias*.

meio do caminho pelo desenvolvimento capitalista. Sem uma indústria relevante, sem uma praça financeira forte, sem infraestrutura de transportes adequada, sem instrução básica e técnica, o país não chega a ser plenamente burguês. Da mesma forma, como nação exportadora de produtos primários, portanto totalmente calcada no campo, não consegue deixar de ser aristocrática – uma vez que é a terra quem sustenta todo o código social da nobreza. Assim, tomar o passado como guia implicará o risco de um erro de cálculo inevitável, porém o único possível.

É ainda nesse sentido, parafraseando Marx, que o rude feito de Tructesindo, é encenado como tragédia; enquanto o de Gonçalo se apresenta como farsa. A tragédia permeia toda a novela, pois não só o Bastardo morre de forma grotesca, como também Tructesindo presencia o sacrifício de seu filho por amor à honra da palavra empenhada. A farsa de Gonçalo, como demonstrado anteriormente, reside na construção espúria de sua reputação – e que, de resto, como fidalgo, já estaria dada. Traço indelével dessa sua condição de classe se dá quando encontra, na Feitosa, o Sanches Lucena, acompanhado de D. Ana – e por dois motivos. O primeiro é o interesse, já mencionado, de Gonçalo por D. Ana – mais especificamente, nessa altura, de fazer dela sua amante, como convém a um fidalgo. Outro é que, na conversa, o Sanches menciona que alguns dos finos homens de seu restrito círculo de amigos de Lisboa são aparentados de Gonçalo – um tal João da Pedrosa e outro, o Arronches Manrique. Ocorre que Gonçalo nunca ouvira falar de nenhum deles, menos ainda que fossem parentes. Ainda assim, o fidalgo não desmente o dito. Talvez para não decepcionar o Sanches, talvez porque lhe apraza que alguns homens se façam passar por parentes dos Ramires para, com isso, alcançarem as altas rodas políticas à custa do prestígio que Gonçalo nem havia dimensionado ainda. Ora, são justamente essas alegações de parentesco de João da Pedrosa e de Arronches Manrique para com Gonçalo Ramires que reforçam, conforme Norbert Elias observa em seu estudo sobre a sociedade de corte, a alta posição do fidalgo naquela sociedade aristocrática. O esplendor do solar, como referência para a posição que o nome Ramires ocupa na boa sociedade, por sua vez, reside menos no seu luxo e requinte, que de resto não existe, e mais na sua antiguidade – diria-se mesmo pioneirismo.

A partir da *história* de sua família, portanto, Gonçalo segue o caminho da *ficção*; e, a partir da *ficção* do romance e da novela, o autor implícito busca dar uma resposta à crise da *história*. Nesse sentido, a fim de se chegar à configuração da luta de classes, conforme o método proposto por Jameson, que resulta nessa crise, é pertinente recorrer a *O 18 Brumário*

de Luís Bonaparte, em que Marx faz a seguinte observação sobre a segunda república francesa:

A república parlamentarista era mais do que o terreno neutro em que as duas facções da burguesia francesa, os legitimistas e orleanistas, latifúndio e indústria, podiam conviver sob o mesmo teto com os mesmos direitos. Era a condição incontornável da sua dominação conjunta, a única forma de Estado em que o interesse geral da sua classe podia submeter a si, ao mesmo tempo, as demandas das suas facções em particular e todas as demais classes da sociedade. (MARX, 2011, p. 114)

Esse contexto, similar ao arranjo da *Regeneração* em Portugal, tem curta existência na França (1849-1851). Em Portugal será mais duradouro (1851-1891) e por duas razões. A primeira diz respeito à forma: o modelo português era o parlamentarismo inglês, uma vez que não podia prescindir do elemento aristocrático. Nesse sentido, o fato de Portugal, assim como Inglaterra, estar sob uma Monarquia Constitucional já garantia maior estabilidade ao sistema – de modo que, para alguns historiadores, a *Regeneração*, como arranjo político, se estende até 1910, quando a República é proclamada. A segunda razão diz respeito à estrutura de classes do país. Em Portugal, periferia do capitalismo para a Europa, nem burgueses nem aristocratas têm proeminência suficiente que justifique um embate (sem contar os camponeses) – mais vale, pois, uma conciliação regeneradora. Nesse caso específico, a classe que há de se impor, afinal, é a do capital financeiro internacional inglês, por meio do *Ultimatum*.

O próprio Marx, na sequência dessa mesma análise, lembra a estrutura de classes estadunidense e inglesa – em contraposição ao que ocorria na França. Assim, Portugal também tem suas peculiaridades e, conforme a tese do próprio Eça, a aristocracia, a exemplo do que ocorrera na Alemanha recém-unificada, seria ainda, ou ao menos deveria ser, a classe dinâmica do país. A revolução portuguesa, conforme se dá em *A Cidade e as Serras*, haveria de ser conservadora, uma vez que o elemento burguês não tinha força suficiente para se impor e o camponês vivia ainda preso a um mundo alheio a qualquer movimento contestatório relevante. Se, conforme Raymundo Faoro, o Estado português é pioneiro ao se desvencilhar do feudalismo, a aliança entre o burguês do comércio e o aristocrata, desde a Revolução de Avis, resultará no fortalecimento justamente dessa nobreza que financia a aventura

ultramarina, acumulando lucros extraordinários ao longo dos anos – bem como no fortalecimento do seu braço político, o próprio Estado, detentor dos mais diversos monopólios (do tráfico de escravos, do comércio de especiarias, da cobrança de impostos sobre o ouro, etc.). O que cabe à burguesia nessa partilha não é suficiente para que ela, enquanto classe, faça frente, economicamente, ao nobre – embora haja burgueses isolados que, evidentemente, fizeram fortuna. Já numa perspectiva global, situando Portugal no mundo, é a burguesia flamenga e a inglesa, sobretudo, que dominarão, ao longo do século XIX, as atividades intermediárias altamente lucrativas, como o transporte, a distribuição, o seguro, o financiamento, etc. (Cf. ARRIGHI, 2003). O ensaio progressista da *Regeneração* (via Fontismo), ao dotar o país de uma infraestrutura de transportes mais moderna, bem como de condições para a implantação de uma pequena indústria (incentivos fiscais, financiamento, reserva de mercado, etc.), embora importante, não será suficiente para mudar a estrutura de classes dentro de Portugal e, muito menos, para reposicionar o país em relação às demais potências. Justamente por isso o arranjo político da *Regeneração*, com a acomodação interna entre as classes superiores, resulte, não obstante o Fontismo (1868-1878), apenas numa frágil estabilidade social – que só há de ser comprometida, todavia, por fatores externos, como no *Ultimatum* inglês, em 1890, e, posteriormente, com o recrudescimento do republicanismo.

Fundamental, a essa altura, depois de situar a crise, retomar uma escolha do autor implícito que ilumina todo esse debate. Trata-se da figura de Afonso II, na novela escrita por Gonçalo. Conforme mencionado no início da análise, o fidalgo poderia ter buscado qualquer um de seus antepassados nos mil anos de história de seu solar – mas escolheu Tructesindo, sob D. Afonso II, rei entre 1211 e 1222. Embora o monarca seja mera referência na novela, no âmbito da história, sua figura corresponde a um momento bastante específico no arranjo de classes de então. Conforme o historiador português José Hermano Saraiva: “O curto reinado de D. Afonso II (1211-1222) foi, do princípio ao fim, um combate contra as classes privilegiadas” (SARAIVA, 1981, p. 80). Saraiva enfatiza três momentos desses embates: a guerra civil de 1211-1216; os conflitos com o alto clero; e a publicação de uma extensa e vigorosa legislação contra os abusos da nobreza e do clero. O momento da guerra civil é, justamente, aquele retratado na novela histórica de Gonçalo:

A guerra civil teve origem no testamento de D. Sancho I. Este legava às infantas certos bens, que incluíam as povoações acasteladas de Alenquer e Montemor-o-Velho. As infantas consideraram que lhes pertencia

toda a autoridade sobre as terras herdadas [...]. O rei entendia que a deixa testamentária não tinha o efeito de amputar aquelas terras do conjunto do reino e que portanto sobre elas devia exercer-se a autoridade real. As infantas viram a sua causa apoiada por uma grande parte da nobreza. [...] O rei de Leão colocou o seu exército ao serviço da rebelião da alta nobreza portuguesa. (SARAIVA, 1981, p. 81)

O rei, D. Afonso II, após a intervenção do papa Inocêncio III, manteve sua soberania sobre todo o território, mediante indenização às infantas (Cf. SARAIVA, 1981, p. 81). O momento subsequente, o do conflito com o clero, embora não esteja retratado na novela de Gonçalo, será de suma importância para a análise. De acordo com Saraiva:

A política real tendia a limitar progressivamente as imunidades de que o clero gozava [...]. A questão da ‘colheita’ fez estalar o conflito latente. A *colheita* era uma prestação de géneros alimentícios destinada à sustentação do rei e da sua casa e que era exigida sempre que o rei se encontrasse numa povoação. [...] o arcebispo de Braga defendeu a tese de que as terras do arcebispado não deviam pagar a colheita. [...] O rei mandou as milícias dos concelhos de Coimbra e Guimarães invadirem as terras do arcebispo e destruírem celeiros, vinhas e sementeiras. (SARAIVA, 1981, p. 81)

O dado relevante, nesse contexto, é a configuração de classes que o conflito apresenta. Assim, não só durante a guerra civil contra os nobres, mas também no embate com o alto clero, o rei teve o apoio das milícias municipais – o que significa dizer que ao seu lado lutava a arraia miúda contra o exército formado pelas elites do país (Cf. SARAIVA, 1981, p. 80-81). O arremate dessa aliança entre o rei e o povo, conforme Saraiva, está justamente no terceiro e último momento desse embate, com as leis que protegem as classes populares:

Logo no início do seu reinado, D. Afonso II reuniu em Coimbra uma assembleia de prelados, magnates e outros nobres. São as primeiras cortes de que chegou até nós notícia escrita [...]. Os historiadores relacionam as Cortes de Coimbra de 1211 com a publicação de um importante conjunto de leis que constitui a mais antiga legislação portuguesa. [...] O sentido geral das providências é a proteção dos bens da coroa, a proibição de abusos dos funcionários régios e a garantia das liberdades individuais. A intenção da

protecção das classes populares contra as prepotências dos poderosos está bem patente em algumas delas. (SARAIVA, 1981, p. 82-83)

Raymundo Faoro, por sua vez, procede à análise desse mesmo momento histórico de modo mais detido. Conforme Faoro, o Portugal da época, de fato, apresentava uma estrutura bastante peculiar. A guerra fizera parte do cotidiano do país, entre os séculos XI e XIII, como forma de garantir a existência do condado convertido em reino. Ao príncipe, incumbia reinar, ao passo que aos senhores, já despidos das prerrogativas feudais, incumbia exercer o domínio sobre suas terras – sem, contudo, governá-las (é dizer, são titulares da terra, mas não exercem sobre ela o poder político). Não se pode ignorar, todavia, que o rei também dispunha de terras (um domínio cerca de três vezes maior que o da nobreza), de modo que se distinguia muito mal o bem público do bem particular no âmbito da administração. De toda forma, ao coincidir na mesma figura (o rei) o senhor da guerra e o senhor da terra (do capital), foi possível transformar o domínio em soberania. De fato, o primeiro Estado-nação soberano da Europa é Portugal. Ao evitar que o poder real fosse disperso em domínios menores, como ocorrera no resto da Europa, não foi possível que se constituísse em Portugal uma camada autônoma, formada de nobres proprietários. Desse modo, com o poder centralizado, entre o rei e os súditos não havia intermediários, uma vez que o nobre não exercia o poder público e político em seus domínios. A Coroa, sobremaneira centralizadora, separava no nobre a qualidade de funcionário da qualidade de proprietário. O poder do aristocrata derivava de sua riqueza, não de suas funções públicas. Essa estrutura em tudo divergia do que se observava no resto da Europa àquela altura.

Para que se apaziguasse essa permanente batalha entre a coroa e a nobreza, da qual resulta o fim das veleidades feudais, foi necessário que o rei cedesse ao nobre completa isenção de tributo. Assim, a aristocracia via-se livre da ganância real. Todavia, sem que o nobre pudesse exercer qualquer jurisdição em suas terras, o súdito, por sua vez, também estava liberto da obediência. “Lavradores, artesãos e mercadores despontavam como aliados da Coroa, reforçados com a solidariedade da organização municipal, os concelhos” (FAORO, 2000, p.9). Esses concelhos, herdados da ordem romana⁵⁷ e conservados pela tradição,

⁵⁷ Cabe uma ressalva: “o município português se filia à origem romana, mas à sua feição ideológica, não à sua continuidade real. A forma, o modelo, a estrutura são romanos – o conteúdo, os fins a que se destina, as funções que desempenha são modernas e, em muitos pontos, incompatíveis com o molde abstrato antigo.” (FAORO, 2000, p.15)

constituíam uma resposta dos reis aos privilégios da nobreza territorial e do clero. Eram, ademais, uma forma de o trono buscar uma aliança com o povo (o terceiro Estado, nos termos de Faoro). Nesse aspecto, é necessário enfatizar a diferença que há entre os concelhos na sua concepção de origem (de representação do poder popular local, apartado da nobreza) e tal qual ele se apresenta no romance (o representante daquele concelho em Lisboa há de ser, justamente, o fidalgo Gonçalo Mendes Ramires).

Ora, foi justamente no reinado de D. Afonso II, na sua luta contra a nobreza e o clero, que a força desse instrumento político se mostrou eficaz – ao enfrentar, ajudado pela plebe furiosa, um poderoso bispo (de Braga) e seu cabido. Se Tructesindo estava de mal com o reino e com o rei, o próprio rei, D. Afonso II, estava muito bem com o povo ao seu lado. Se for estabelecido, nesse ponto, o devido diálogo, imposto pela forma, da novela com o presente de Gonçalo, no romance, restará evidente a provocação do autor implícito. Em termos claros, o *Ultimatum* colocara o povo, alijado do arranjo da *Regeneração*, contra o rei – como nunca antes. Tructesindo, preso a seu código de honra aristocrático, ao ficar de mal com o rei, fica, por extensão, de mal com o povo. Da mesma forma, Gonçalo, ao recusar a cadeira no parlamento (e, consequentemente, essas coisas tristes da política, conforme Titó), está de mal com o rei, repetindo o fado de Tructesindo – mas estaria de mal com o povo? Até aqui o que se presenciou, no trato do fidalgo para com o povo, não foi nada alvissareiro. Recorde-se que mandara prender o Casco e fora extremamente violento com o de Nacejas. Mas também é fato que alcançou o perdão do pobre Casco, pelo bem que lhe fizera ao filho doente, e não permitiu que o de Nacejas fosse preso. Todo esse processo ambíguo chega a termo, todavia, quando Gonçalo, num ato eivado de simbolismo, não só nega o parlamento, mas também decide se lançar para a aventura na África – como reivindicava o povo nas ruas. Assim, Gonçalo, embora de mal com o rei, se coloca, nesses termos, ao lado do povo – ao lado de Portugal. Afinal, o povo português, como bem observou Eça nos artigos que escreveu para *Revista de Portugal*, jamais aceitou os termos do *Ultimatum* – como o próprio parlamento servilmente aceitara. Nesse sentido, se o rei e o parlamento estão divorciados da vontade popular, Gonçalo não está.

Seria possível, ainda, que Gonçalo fosse para adiante no tempo histórico, em sua novela, e optasse por narrar sob o contexto da Revolução de Avis – mas daí o embate seria entre uma aristocracia empedernida a defender a legitimidade na sucessão hereditária; e a burguesia comercial, que defendia a soberania nacional antes de tudo, por meio da aclamação

do Mestre de Avis (Cf. FAORO, 2000, p. 45). Percebe-se, assim, que a escolha do autor implícito vai para além da questão da soberania – anteriormente aventada. Tampouco deseja incluir a burguesia na sua discussão. A opção por figurar D. Afonso II na novela é uma clara demonstração de que o intuito final do autor, pelo inconsciente político revelado na análise, era o de figurar a vontade popular na história de Portugal – a partir da ficção. Isso não implica, todavia, qualquer tipo de apologia à exploração colonial. A aventura em África, como ato social simbólico, é nada mais do que a formulação encontrada pelo autor⁵⁸ para colocar a voz dissonante do povo português em evidência. Essa negação da política parlamentar e a fuga para o prazo é, ao fim, muito mais um grito de soberania contra o *Ultimatum*, do que uma proposição de que o colonialismo fosse a única saída possível para Portugal.

⁵⁸ Recorde-se, conforme apontamento anterior, que Eça insere a partida de Gonçalo para a África apenas na versão final do romance – o que confirma o seu carácter refletido e proposital.

3. A Cidade e as Serras (Centro e Periferia)

Como Eça não se libertou da velha ética, era de esperar que o seu socialismo e a sua irreverência acabassem por ser, não vencidos, que nunca o foram, mas equilibrados, compensados, pela irrupção dos antigos valores recalcados: sentido rural da vida; acatamento da tradição; conformismo em relação aos poderes estabelecidos; senso poético, em vez de destruidor, da cultura portuguesa. (CANDIDO, 1978, p. 50)

Conforme a tipologia estabelecida por Antonio Candido, em seu já clássico ensaio “Entre Campo e Cidade”, *A Ilustre Casa de Ramires* seria um romance rural – em oposição ao romance urbano de Eça até então. A análise conduzida nesta tese sobre esse mesmo romance, embora ciente da perspectiva de Candido, partiu de outra dualidade – história e ficção. Neste capítulo, sobre *A Cidade e as Serras*, também há de se conduzir a análise a partir de uma dualidade diferente daquela proposta pelo crítico. De acordo com Candido, o romance de Eça ora em apreço seria “o romance rural por excelência” (CANDIDO, 1978, p. 45). Considerando o fato de que pouco mais da metade da narrativa sobre Jacinto se passa em Paris, está claro que há certo exagero nessa excelência. A questão é que Candido, em seu ensaio, tem como referência apenas o período histórico da *Regeneração*⁵⁹. Não considera, portanto, a crise do *Ultimatum* e suas devidas implicações na obra de Eça após 1890 – algo fundamental para o presente trabalho. É nesse sentido que, para a análise sobre *A Cidade e as Serras*, há de se partir de outra dualidade, estabelecida entre centro e periferia – mais adequada a um contexto histórico em que resta claro o já mencionado papel ambíguo de Portugal como periferia da Europa e, ao mesmo tempo, centro em relação a suas colônias.

Na epígrafe, Candido sugere que Eça tenha reequilibrado seu socialismo da juventude a partir da escrita desses romances rurais (conforme sua tipologia). A leitura aqui proposta vai além da dualidade campo e cidade (sem que seja preciso negá-la) justamente porque insere o processo social desencadeado pelo *Ultimatum* na análise. Nesse sentido, a dualidade mais adequada, como se pretende demonstrar, seria a do centro e periferia. Assim, o sentido rural da vida, a tradição e o conformismo apontados por Candido estariam muito mais afeitos aos sintomas de um velho centro (Portugal) diagnosticado, por fim, como periferia (da Europa).

⁵⁹ “[...] o demônio iconoclasta da mocidade não permitiu ao romancista quinquagenário e acomodado realizar uma aliança convincente e *regeneradora* entre o filho deprimido da civilização citadina e os costumes redentores do campo” (CANDIDO, 1978, p. 46) – *itálicos meus*.

Ademais, se o socialismo de Eça fora o mesmo de Jacinto, o que não parece ser o caso, não há, como pretende Antonio Candido, qualquer possibilidade de reequilíbrio. O sentido desse socialismo de propriedade (como será designado neste trabalho), praticado por Jacinto, é de crítica.

Nesse aspecto, o “jogo de báscula entre o campo e a cidade” (CANDIDO, 1978, p. 42), a que se refere o crítico, não seria apenas uma tensão entre o que pensa o jovem Eça, ocupado em destroçar a sociedade que habita a cidade de Lisboa, e o Eça maduro, que busca refúgio e compreensão no campo. Tampouco é possível crer que se trata de uma opção natural do autor. Essa dualidade entre campo e cidade é fundamental, sobretudo, para a descrição das tensões de classe que se apresentam no interior das obras do romancista. Já n’*Os Maias* a questão surge de modo complexo: se, tradicionalmente, o campo é o lugar da aristocracia e a cidade, o da burguesia, é possível observar, ao mesmo tempo, nesse século XIX de transformações, uma aristocracia que se instala na cidade (no Ramalhete, em Lisboa) e uma burguesia que busca refúgio no campo (Sintra). Os caminhos se cruzam, mas o resultado é desastroso:

Lisboa mostra-se incapaz de integrar o ritmo da vida moderna. Quando tenta arrancar-se à modorra provinciana – nas corridas de cavalo, nos saraus literários, – cai no mais lamentável ridículo. [...] A vocação de Lisboa [...] é para aldeia grande e, em meio a essa confusão de estilos, ressaltam os tipos de “boa cepa rural”, os fidalgos do campo, de tradição e caráter. O Marquês de Souza e Afonso da Maia inauguram uma série de aristocratas rurais que serão daí por diante na obra de Eça de Queirós, e sempre aos pares, os detentores da fibra ou da generosidade que falecem ao Portugal urbano e burguês. [...] Nessa *passagem* da cidade para o campo *Os Maias* ocupam posição-chave, porque significam a liquidação definitiva da sociedade lisboeta, e porque na sua trama ressalta a quinta de Santa Olávia como contrapeso e fonte de energia moral. (CANDIDO, 1978, p. 42-43)

Claro está que a conclusão de Candido é perfeitamente conforme a hipótese que fora desenvolvida por ele ao longo do ensaio. Há, entretanto, muito mais a se investigar nessa *passagem* da cidade para o campo do que se supõe – sobretudo quando se considera o percurso de Jacinto n’*A Cidade e as Serras*. De antemão, é possível afirmar que não se trata de uma opção pelo rural em detrimento do urbano. Mas, conforme já defendido em trabalho

anterior⁶⁰, de uma necessidade estética de incluir na obra de arte tudo o que seja afeito ao universo aristocrático – afinal, não haveria Afonso da Maia sem Santa Olávia, assim como não haveria Gonçalo Mendes Ramires sem sua Torre e, por fim, Jacinto sem Tormes. Não há porque defender, ademais, que o campo do aristocrata seja, necessariamente, superior ao cidadão burguês, quer do ponto de vista moral, quer do social. O fato é que, nesse jogo da balança, Portugal, sendo burguês, não deixou ainda de ser aristocrático e, sendo aristocrático, não pode ser plenamente burguês.

Candido, adiante, nesse mesmo ensaio, afirma que “*A Ilustre Casa* é o seu romance menos proselitista e mais compreensivo” (CANDIDO, 1978, p. 45), dado o suposto caráter de reconciliação do escritor com o país, presente na obra, a partir de um retorno ao campo. Levando em consideração o exposto até aqui, sobretudo no que se refere às relações entre campo e cidade, *Os Maias* é que serão o seu romance mais compreensivo, justamente por expor, na forma, esse processo social em curso no século XIX, em que os papéis da cidade e do campo se confundem. Candido, portanto, tem razão ao afirmar que “um romance urbano quimicamente puro, isto é, cujos ingredientes fossem absolutamente urbanos, não podia existir no século XIX, cuja civilização estava solidamente enraizada no campo” (CANDIDO, 1978, p. 48). Esquece, entretanto, que essa civilização enraizada no campo tem nome: é a aristocracia. Conforme Arno J. Mayer, o novo estágio pelo qual o modo de produção capitalista passava não fora capaz, ainda no século XIX, de suplantar a estrutura social pré-existente (em que, sendo o centro dinâmico da economia estabelecido na propriedade rural, cabia à nobreza a proeminência social). Mesmo no contexto do *Ultimatum*, conforme já visto, a tentativa de fomento organizada pelo Fontismo desde 1868 acabara apresentando resultados muito mais modestos do que o esperado, não obstante a efetiva transformação operada por essa política. A indústria, especialmente em Portugal, ainda não era, todavia, a maior responsável pela produção de riqueza e, ademais, as estruturas econômicas baseadas na propriedade da terra (agricultura), nas oficinas familiares (manufaturas) e no pequeno comércio estavam praticamente intactas. Nesse sentido, ainda que sejam resguardadas as respectivas especificidades, as estruturas de classe ainda não haviam sido profundamente

⁶⁰ Conferir dissertação de Mestrado: *Antes Morganático Que Incestuoso: Processo Social e Forma Literária n'Os Maias, de Eça de Queirós*. Disponível para download em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-10042017-120900/pt-br.php>

alteradas na Europa como um todo – exceto, claro, na França revolucionária e talvez na velha Inglaterra – e a aristocracia ainda era extremamente relevante⁶¹.

É preciso, ademais, observar que, ao longo do século XIX, a indústria nunca suplantou, sozinha, os demais setores da economia – embora tenha ganhado peso relativo cada vez maior, como reconhece o mesmo Mayer⁶². O argumento fundamental, no entanto, é o de que, não obstante a crescente industrialização, as bases econômicas da aristocracia permaneceram predominantes durante muito tempo. Países como a Alemanha (dos Junkers), o Japão (da Era Meiji) e a própria Inglaterra (a da Câmara dos Lordes) passaram por revoluções conservadoras que, simultaneamente, puderam promover uma profunda transformação na base econômica enquanto mantinham as estruturas sociais e culturais da elite praticamente intactas.

O caso de Portugal não seria diferente. Ainda que tenha passado por uma série de reformas no campo, como a abolição dos morgados (1863), e na cidade, com o Fontismo (a partir de 1868), o país seguia essencialmente agrário, consolidando uma nova classe de proprietários de médio e grande porte, provenientes da classe média alta e da aristocracia, que controlavam as principais fontes de riqueza no período. Essa classe foi capaz, em conjunto com grandes interesses comerciais e financeiros, de manter a maior parte do controle sobre a governança portuguesa durante a *Regeneração* (Cf. OLIVEIRA MARQUES, 2004, p. 95-97). Nesse contexto, ainda que a burguesia esteja ascendendo e o país esteja se modernizando na economia e nas instituições, resta claro que a aristocracia não sairá liquidada do dia para a noite. As reformas ocorrem, de fato, mas a base econômica que sustenta a casta nobre segue,

⁶¹ “Down to 1914 Europe was pre-eminently preindustrial and prebourgeois, its civil societies being deeply grounded in economies of labor-intensive agriculture, consumer manufacture, and petty commerce. Admittedly, industrial capitalism and its class formations, notably the bourgeoisie and the factory proletariat, made vast strides, especially after 1890. But they were in no position to challenge or supplant the tenacious economic and class structures of the pre-existent capitalism”. (MAYER, 1981, p. 17)

⁶² “[...] agriculture and consumer manufacture continued to outweigh the capital goods sector, in large measure because key landed and manufacturing interests excelled at adapting new production techniques and at enlisting state support to cushion their relative economic decline. Despite dramatic advances by the new capitalism, agriculture, urban real estate, and consumer manufacture continued to provide the essential material foundations for Europe’s *anciens régimes* between 1848 and 1914.

Except in the United Kingdom, the agricultural sector claimed a larger share of the labor force and also generated a larger proportion of the gross national product than any other single sector. [...] In addition, in all countries landed property was still without exception the principal form of personal wealth and the main source of private income, also because of rising real estate values in the cities.” (MAYER, 1981, p. 19)

senão intacta, ainda mais favorável a quem já é senhor das terras. Impossível, portanto, ignorar essa contradição sistêmica – na literatura inclusive.

Jacinto, nesse contexto, talvez seja o exemplo perfeito do fidalgo que, embora viva na cidade, como faria um bom burguês, tem toda sua riqueza assentada no campo. Há aqui, contudo, um qualificativo de significativa importância – Jacinto não vive em Lisboa, mas em Paris. E é nesse sentido que a análise deve partir da dualidade entre centro e periferia. Assim, se Paris é o centro cultural da civilização no século XIX, Tormes será periferia não só de Lisboa, mas (como metonímia de Portugal) da Europa – embora seja, como a Torre dos Ramires, centro em relação aos territórios ultramarinos. Há, todavia, um sentido bastante peculiar no movimento de Jacinto quando comparado ao de Gonçalo. Se a partida de Gonçalo de sua Torre, no campo, para o mundo (África) corresponde a um movimento do centro (metrópole portuguesa) para a periferia (o prazo na colônia); o retorno de Jacinto do mundo (a cidade de Paris) ao campo, em Tormes, embora corresponda a um movimento aparentemente em sentido contrário ao de Gonçalo, implica, justamente, no mesmo movimento do centro (a metrópole parisiense) para a periferia (Tormes) – todavia numa outra escala. A questão, aqui, portanto, é não só de referência, mas também de ambiguidade, uma vez que Portugal, por se constituir, a um só tempo, como metrópole (diante da África) e periferia (diante da Europa) acaba por impor um mesmo sentido (do centro para a periferia) para movimentos opostos (Gonçalo parte de Portugal, enquanto Jacinto chega a Portugal). Assim, se esses dois romances conformam uma resposta ao *Ultimatum*, como se tem defendido até aqui, parece evidente que as respectivas respostas apresentadas, não obstante a coincidência no sentido centro-periferia, não convergem em suas especificidades. É o que se pretende investigar de ora em diante.

Para tanto, será preciso, antes de tudo, aprofundar o conceito centro-periferia, conforme Boaventura de Sousa Santos, no seu famoso *Ensaio Contra a Autoflagelação* (2011). Sousa Santos parte da premissa de que Portugal seja o rejeitado da Europa e que, por conta disso, impõe contra si um autoflagelo que implica a rejeição de si mesmo. Para ele, “O momento mais dramático de questionamento pela rejeição ocorreu no final do século XIX, com a Conferência de Berlim (1884-1885) e o Ultimato inglês (1890)” (SANTOS, 2011, p. 41). Em consonância com o que vem sendo defendido nesta tese, Sousa Santos identifica justamente no *Ultimatum* o mais contundente momento de autoavaliação por que passou Portugal. E explica os motivos:

No momento de rejeição, as relações entre a zona europeia e a zona colonial são particularmente tensas e densas. É o momento em que os países centrais da zona europeia convertem a zona colonial numa zona prioritária para o projeto do desenvolvimento do capitalismo europeu. Portugal surge nesse momento como um obstáculo: não tendo qualquer papel relevante nesse projeto, o controle jurídico que detém sobre vastos territórios africanos é um impedimento a que estes possam ser devidamente aproveitados como recursos coloniais. (SANTOS, 2011, p. 41-42)

Em outras palavras, ao Portugal convertido em obstáculo para o novo avanço imperialista das potências centrais da Europa será dispensado o mesmo tratamento adotado em relação às colônias periféricas em África. De fato, como não se cansa de repetir Sousa Santos, “A Conferência de Berlim sobre a partilha de África (1884-1885) e o Ultimato inglês (1890) foram o grande momento da rejeição de Portugal por parte da Europa” (SANTOS, 2011, p. 42). Rejeição, aqui, tem justamente a conotação de deixar Portugal do lado de fora das tomadas de decisões do centro do capitalismo em relação à sua periferia (as colônias). O grande dilema, entretanto, é que:

A zona colonial garantiu a independência política de Portugal na zona europeia ao mesmo tempo que impediu a constituição de uma burguesia nacional e de um projeto nacional de desenvolvimento capaz de garantir uma presença central na zona europeia. (SANTOS, 2011, p. 42-43)

Assim, por ter chegado muito antes ao continente africano, Portugal garantiu sua existência como estado soberano diante de toda a Europa. Pelo mesmo motivo, historicamente, o colonialismo, como política de Estado, deslocou o papel dinâmico que a burguesia nacional poderia ter desempenhado, como vetor de desenvolvimento, uma vez que as receitas mais robustas do país estavam garantidas pelo tradicional monopólio do comércio entre a metrópole e as colônias – bem como pela tradicional produção interna de vinhos e azeite, assentada na propriedade rural que dava lastro à aristocracia da terra. Não havia, portanto, espaço para uma burguesia financeira e industrial que lançasse novas bases para a

economia do país⁶³. No século XIX, todavia, indústria e finanças robustas eram a medida de poder de uma nação – e Portugal era, sobretudo, agrário. Essa fragilidade estrutural está patente não só no *Ultimatum*, mas ainda antes disso. Ao afirmar que “[a] partilha da África acordada na Conferência de Berlim é uma demonstração eloquente da subalternização de Portugal na zona europeia” (SANTOS, 2011, p. 44), Sousa Santos, em nota de rodapé, lembra que Portugal não foi sequer convidado à conferência prévia, promovida pela Bélgica e Alemanha.

É por conta disso tudo que, já no prefácio de seu *Ensaio Contra a Autoflagelação*, Boaventura de Sousa Santos se pergunta: “Somos portugueses do mesmo modo que somos europeus?”; “Estamos em Portugal do mesmo modo que estamos na Europa?”. Antecipando sua crítica à autoflagelação nacional diante da crise econômica desencadeada em 2008, o autor, sem hesitar, situa Portugal na periferia da Europa:

[...] historicamente a Europa tem duas periferias, unidas pelo Mediterrâneo, a primeira interna que vai da Grécia à Irlanda, passando por Itália, Portugal e Espanha, e a periferia externa que vai do Marrocos ao Egito, passando pela Argélia, Tunísia e Líbia. [...] Neste momento, a periferia interna tenta resolver as crises por via de soluções institucionais, enquanto a periferia externa recorre a soluções extrainstitucionais na busca de uma nova institucionalidade. (SANTOS, 2011, p. 21)

Se Portugal continua a ser periferia da Europa, passados mais de cem anos desde o *Ultimatum*, parece bastante pertinente, conforme proposto neste trabalho, proceder à análise de *As Cidades e as Serras*, justamente, a partir da dualidade centro-periferia⁶⁴. Como resposta

⁶³ “Ao contrário do que se passava com a Inglaterra, não havia uma burguesia nacional interessada em pôr as colônias ao serviço do seu desenvolvimento na zona europeia e capaz de o fazer. A posição periférica de Portugal na zona europeia tornava impossível uma nova centralidade da zona colonial.” (SANTOS, 2011, p. 47)

⁶⁴ Lembrando sempre que essa dualidade, no caso português, implica sempre uma relativização: “Durante muitos séculos, Portugal foi simultaneamente o centro de um grande império colonial e a periferia da Europa. Reside aqui o elemento estruturante básico da nossa existência coletiva” (SANTOS, 2011, p. 24). Adiante, no entanto, Sousa Santos lembra que Portugal, como centro de um império, deixará de existir depois da Revolução dos Cravos: “No caso de Portugal, a função de intermediação assentou durante cinco séculos no império colonial. Portugal era o centro em relação às suas colônias e a periferia em relação à Inglaterra. [...] Em 25 de abril de 1974, Portugal era o país menos desenvolvido da Europa e, ao mesmo tempo, o detentor único do maior e mais duradouro império colonial europeu.” (SANTOS, 2011, p. 25)

ao *Ultimatum*, todavia, o impasse narrativo de *A Cidade e as Serras* estará assentado não no dilema entre se dobrar a um parlamento subserviente e a aventura num prazo africano, como no caso de Gonçalo, mas no dilema entre viver no centro (Paris) como enjeitado periférico (sobretudo na figura de José Fernandes) e viver nas serras portuguesas – periferia da periferia.

Para melhor investigar esse impasse, será preciso acrescentar à dialética entre campo e cidade, proposta por Antonio Candido, sua composição humana, uma vez que ela traduz os esforços de uma aristocracia resiliente, alocada na periferia do sistema e favorecida pela estrutura agrária do país, que busca se modernizar conforme o modelo de seus pares europeus que vivem no centro do capitalismo.

A análise, assim, deve partir do sentido oposto ao operado em *A Ilustre Casa de Ramires*: do mundo (tendo a cidade de Paris como centro cultural da civilização no século XIX) para o campo (Tormes, como a quintessência da periferia em relação à Europa, ainda que se mantenha como centro em relação à África). Se esse sentido inverso configura uma resposta alternativa àquela erigida a partir da figura de Gonçalo Mendes Ramires é algo que a análise há de esclarecer ao longo do trabalho. Esse outro sentido, certamente, terá implicações para a forma do romance e, sobretudo, para a configuração de classe que ali está representada. Assim, seguindo a ordem estabelecida pelo próprio romance, a análise se ocupará, inicialmente, da vida de Jacinto em Paris (Centro); em seguida, da mudança de Jacinto para Tormes (Periferia); e retomará o debate periferia-centro a partir da “revolução” de Jacinto em Tormes.

3.1 Centro

[A] mais sumária autópsia da nossa historiografia revela o *irrealismo* prodigioso da imagem que os Portugueses se fazem de si mesmos. (LOURENÇO, 2012, p. 23)

Começou então a doer-nos, não o estado de Portugal, as suas desgraças ou catástrofes políticas, mas a *existência portuguesa*, pressentida, descrita, glosada, como existência diminuída, arremedo grosseiro da existência civilizada, dinâmica, objecto de sarcasmos e ironias, filhos do amor desiludido que se lhe votava. Para fugir a essa imagem reles de si mesmo (‘choldra’, ‘piolheira’) Portugal *descobre* a África, cobre a sua nudez caseira com uma nova pele, que não será apenas imperial, mas imperialista,

em pleno auge dos imperialismos de outro gabarito. (LOURENÇO, 2012, p. 30)

A Paris que Jacinto habita é fruto de um processo conturbado que remonta à crise de 1848 e ao Segundo Império na França. De acordo com David Harvey, a revolução de 1848, deflagrada, sobretudo, por operários desempregados, expunha uma evidente crise do sistema capitalista nas tensões entre o excedente de capital e o excedente de trabalho:

A burguesia republicana reprimiu violentamente os revolucionários, mas não conseguiu debelar a crise. O resultado foi a subida ao poder de Luís Bonaparte, que deu um golpe de Estado em 1851 e proclamou-se imperador em 1852. (HARVEY, 2014, p. 33)

Coube ao imperador, portanto, equacionar a crise que estava na ordem do dia – e não à burguesia. Para tanto, procedeu-se a um vasto programa de investimentos em infraestrutura, tanto dentro quanto fora do país, a fim de se promover a absorção do capital excedente. No âmbito externo, o exemplo mais emblemático dessa política está no aporte financeiro feito pela França na construção do Canal de Suez. Já no âmbito interno, essa política consolidou a rede ferroviária, promoveu a construção de portos e, acima de tudo, “significou a reconfiguração da infraestrutura urbana de Paris” (HARVEY, 2014, p. 34). O problema do excedente de capital e do desemprego foi resolvido, sobretudo, por meio de um ambicioso projeto de urbanização. A reconstrução de Paris, de fato, absorveu quantidades significativas de mão de obra e de capital para os padrões da época. O mais espantoso, nesse processo, foi o fato de a cidade de Paris ter mudado de uma só vez – e não aos poucos.

Essa política econômica anticíclica, que hoje seria chamada de keynesiana, de equacionar o excedente de capital por meio de obras de infraestrutura e urbanização financiadas a partir da emissão de títulos da dívida pública, no entanto, teve êxito por cerca de quinze anos apenas. De qualquer forma, resultou num estilo de vida urbano totalmente inusitado, bem como num novo tipo de “*persona* urbana” (HARVEY, 2014, p. 35), de que Jacinto será um exemplo notável. Paris transformou-se na Cidade Luz, o maior centro de consumo, turismo e prazeres da Europa. Os cafés, as lojas de departamentos, a indústria da moda, as exposições internacionais – tudo convergia para a transformação do estilo de vida

urbano. O fato, todavia, é que toda essa transformação, assentada no consumo de luxo, ainda implicava a exclusão dos trabalhadores. Todo o sistema haveria de ruir em 1868, com uma crise financeira descomunal que minou as estruturas de crédito que constituíam sua base. Numa decisão desesperada, a fim de obter dividendos externos que justificassem sua permanência no poder, Napoleão III declarou guerra a Bismarck e perdeu (Guerra Franco-Prussiana). O resultado foi a Comuna de Paris, em 1871, e a consolidação da Terceira República, que durou até 1940.

Conforme visto anteriormente, o mais próximo que Portugal chegou desse tipo de política de fomento foi o Fontismo (1868) – que tivera início no país justamente quando em França o modelo já havia se esgotado. Acresce que, em Portugal, não havia excedente de capital, senão escassez – e justamente por isso é que o país dependerá sobremaneira dos empréstimos externos, sobretudo da praça londrina. O que interessa para a análise, todavia, é deixar claro o fato de que a Paris que Jacinto habita é, por excelência, o centro do mundo – o que há de mais requintado na civilização do século XIX.

Antes de adentrar o universo de Jacinto (esse Príncipe da Grã-Ventura), porém, cabem algumas comparações pertinentes com o romance de Eça anteriormente aqui comentado. Se, conforme observado, o aspecto formal fundamental d'A *Ilustre Casa de Ramires* reside no diálogo estabelecido entre a narrativa de um romance realista e a de uma novela histórica, n'A *Cidade e as Serras*, por sua vez, o fundamental da forma se encerra no diálogo entre a narrativa que José Fernandes, o narrador-personagem, elabora sobre si mesmo e a que ele elabora sobre seu amigo, o protagonista Jacinto. As implicações oriundas desse jogo narrativo são muitas e diversas e, ao longo da análise, sempre será necessário recorrer a elas. Talvez a implicação mais urgente esteja justamente no fato de que o Jacinto que o leitor há de conhecer é um retrato muito particular pintado por José Fernandes, o amigo íntimo do Príncipe da Grã-Ventura. Assim, a perspectiva que se apresenta ao leitor já está delimitada e restrita ao modo como o narrador-personagem vê seu protagonista. A tarefa da análise, nesse sentido, talvez seja mais penosa, uma vez que o não dito, o sugestionado e o descuido proposital ganham uma importância maior para que se esclareçam as dúvidas do leitor.

Assim, logo na primeira frase do romance, por exemplo, de forma muito concisa, porém complexa, a personagem protagonista é situada com rigor: “O meu amigo Jacinto nasceu num palácio, com cento e nove contos de renda em terras de semeadura, de vinhedo, de cortiça e de olival” (QUEIRÓS, 2000b, p. 07). Desse modo, já é possível ao leitor

identificar a natureza do narrador, que se coloca em primeira pessoa, mas cujo objetivo é narrar a trajetória do amigo, ainda que por vezes se veja forçado a falar de si. Da mesma forma, o fato de designar esse amigo apenas pelo primeiro nome indica que a relação entre ambos é, de fato, próxima, ou ao menos assim a vê o narrador. Mais diretamente, o leitor sabe que Jacinto é bem nascido, que vive de renda e que essa renda tem origem na propriedade rural. Adiante, essas informações ganham novos qualificativos. O palácio está situado em Paris, nos Campos Elísios, no número 202 – enquanto a propriedade rural que dá lastro a esse luxo está assentada em Tormes, às margens do Douro. Está dada, portanto, a dualidade, defendida por este trabalho, entre centro e periferia, logo de partida – ainda que o discurso das personagens se dê numa contraposição entre o campo e a cidade, natureza e civilização. Considerando que Jacinto defende a superioridade da cidade, lugar onde reside a civilização, sobre o campo, é preferível, para a presente proposta, qualificar essa dualidade em termos de centro e periferia, uma vez que o conceito de centro também abarca em si essa noção de superioridade em relação à periferia, mas, sobretudo, porque resta clara a relação econômica hierarquicamente desigual entre ambos. Assim, se o centro é a reserva privilegiada da técnica e do conhecimento, da indústria e do progresso, o seu ilustre habitante do 202 não pode prescindir, muito sintomaticamente, das rendas auferidas na periferia, lugar identificado como atrasado, selvagem e hostil.

O narrador, quando oportuno, será bastante sucinto ao apresentar o percurso dos Jacintos de Portugal à Paris. O fato é que o Jacinto avô, de família antiga, habitante do Alentejo desde o tempo de El-Rei D. Dinis, tornara-se miguelista num certo dia em que rolara pelo passeio e fora erguido ao chão pelo próprio Infante D. Miguel. Assim, tão logo D. Miguel se vê desterrado, o Jacinto avô parte para a França, em solidariedade. Importante notar que, se D. Afonso da Maia era liberal e se Gonçalo Mendes Ramires era um regenerador que pendia para os históricos sempre que convinha, o antepassado de Jacinto é um absolutista convicto – ainda que sua convicção seja mais afetiva, digamos, do que propriamente política. O chiste, entretanto, é proposital. O conservadorismo da família de Jacinto está explícito quando o narrador comenta que, no outono de 1851, o Cintinho (que viria a ser o pai do Príncipe da Grã-Ventura), “cuspiu sangue” (QUEIRÓS, 2000b, p. 10). O ano de 1851, conforme visto anteriormente, marca o início da *Regeneração*. Assim, se D. Afonso, um liberal, se retira para Santa Olávia por mais de vinte e cinco anos depois de 1851, os Jacintos absolutistas, da mesma forma, mantêm-se exilados em Paris. O curioso é que ambos, ricos e

indiferentes ao Estado e à política, serão beneficiados pelos ventos da *Regeneração* – pois não consta que suas respectivas posses tenham sofrido qualquer abalo nesse período.

O Jacinto amigo de José Fernandes viria a nascer três meses após a morte do pai, Cintinho. Ainda assim, foi especialmente afortunado. Não teve sarampo, não teve lombrigas, não atravessou os tormentos da sensibilidade, vivia no luxo e, mesmo rico, já ganhara quatrocentas mil pesetas na loteria na única vez em que comprou um bilhete. A alcunha de Príncipe da Grã-Ventura, portanto, caíra-lhe bem. Quanto a José Fernandes, o narrador, fora estudar em Paris (onde conhecera Jacinto) apenas por conta do obséquio de um tio – após José Fernandes, ainda em Portugal, ter agredido o dr. Pais Pita numa procissão e, por causa disso, ter sido expulso da Universidade. O encanto de José Fernandes por Jacinto data já dessa época em que frequentavam as Escolas do Bairro Latino de Paris, quando o Príncipe da Grã-Ventura concebera a ideia de que “o homem só é superiormente feliz quando é superiormente civilizado” (QUEIRÓS, 2000b, p.12). Interessante notar que nos debates em torno dessa ideia, no círculo de amigos que o narrador designa como responsáveis pela vida intelectual entre 1866 e 1875, os rapazes exaltam o ilimitado desenvolvimento da Mecânica e da Erudição na Prússia (a partir da menção às batalhas de Sadowa e de Sedan), em um *boulevard* parisiense, sem ter em conta que a Prússia havia acabado de trucidar a França justamente por conta dessa superioridade técnica. Por fim, a ideia acaba condensada na forma algébrica: **Suma Ciência x Suma Potência = Suma Felicidade.**

Por acreditar nessa formulação, Jacinto acaba, entre tantas outras coisas, por instalar um telescópio no telhado do 202, para que possa avistar presuntos e queijos por trás de uma vidraça de mercearia. Por mais esdrúxula que seja a situação, Jacinto se julga civilizado e superiormente feliz por conta de um telescópio que eleva, segundo ele, sua visão à máxima potência. É justamente nesse passo que uma importante postura do narrador em relação ao amigo acaba se revelando:

Não me parecia irrecusavelmente certo que Renan [Ernest Renan, filósofo francês] fosse mais feliz que o Grilo [o escudeiro preto de Jacinto]; nem eu percebia que vantagem espiritual ou temporal se colha em distinguir através do espaço manchas num astro, ou, através da Avenida dos Campos Elísios, presuntos numa vidraça. Mas concordei, porque sou bom, e nunca desalojarei um espírito do conceito onde ele encontra segurança, disciplina e motivo de energia. (QUEIRÓS, 2000b, p. 14)

Embora considere estapafúrdia a exemplificação que Jacinto apresenta de sua formulação filosófica, José Fernandes prefere concordar com o amigo. Sua justificativa, a de que é bom, também parece pouco consistente – pois, se fosse de fato bom, não deixaria o amigo preso a um conceito de que discorda. A questão que ficará no ar para, em momento oportuno, vir esclarecer a análise é: por que, afinal, José Fernandes é tão condescendente com Jacinto? Se o que alimenta o debate de ideias é justamente o contraditório, a postura do narrador não seria a mais adequada para o caso. A diferença de posição social entre um e outro talvez justificasse algo, mas não tudo. Aguardemos por outros elementos que possam elucidar tal postura.

José Fernandes prossegue, afirmando que, para Jacinto, a ideia de Civilização não se separava da imagem de Cidade. Para o Príncipe da Grã-Ventura parecia impossível que o homem do século XIX pudesse ser feliz longe dos armazéns, dos mercados, dos bancos, das fábricas, das bibliotecas, dos telégrafos, dos ônibus e dos dois milhões de almas que habitavam Paris por aquele tempo⁶⁵ (e também nos dias de hoje, considerando apenas a cidade de Paris). Curioso notar que o único passeio que fizera Jacinto ao campo fora para a floresta de Montmorency, mas já suficiente para que ele tremesse de terror diante da natureza. Jacinto contava, então, vinte e três anos – com a força dos velhos Jacintos rurais e com o fato, as gravatas, as luvas e as botas importadas de Londres.

É nesse momento que a sorte do narrador toma outro rumo. José Fernandes faz saber que o ano é o de 1880 e que seu tio, Afonso Fernandes, ordena que o rapaz regresse a Guiães, no Douro. Por ali, José Fernandes passará sete anos – até a morte de seu tio. E só então regressará a Paris.

Antes de prosseguir, é preciso que já reste clara, a essa altura, as respectivas alusões introduzidas na epígrafe deste subtítulo. Se à imagem irrealista que de si mesmo faz o português remete à ideia que Jacinto tem de seu lugar no mundo, da mesma forma a dolorosa existência portuguesa, como arremedo de civilização, há de se fazer presente na sina do narrador. Acresce que, a essa existência portuguesa que dói, conforme Lourenço, corresponde perfeitamente a história profunda que fere, conforme Jameson.

⁶⁵ Para efeitos de comparação, segundo dados de recenseamento da época, Lisboa contava com cerca de 300 mil habitantes em 1890.

De volta à Paris, no ano de 1887 (ou 1888, pois as indicações são ambíguas), José Fernandes se surpreende com um palacete atulhado de aparatos tecnológicos. Logo o surpreende um elevador instalado por Jacinto, não obstante haver apenas dois andares no 202:

Espaçoso, tapetado, ele [o elevador] oferecia, para aquela jornada de sete segundos, confortos numerosos, um divã, uma pele de urso, um roteiro das ruas de Paris, prateleiras gradeadas com charutos e livros. [...]

Eu murmurei, nas profundidades do meu assombrado ser:

– Eis a Civilização! (QUEIRÓS, 2000b, p. 21-22)

O disparate entre o disponível e o necessário se repetirá nos mais de trinta mil volumes espalhados pela biblioteca. O acinte beira o paroxismo na mensagem que chega pelo telégrafo: “A linha, traçada em azul, anunciava ao meu amigo Jacinto que a fragata russa *Azoff* entrara em Marselha com avaria!” (QUEIRÓS, 2000b, p. 24). José Fernandes, inquieto, deseja saber se aquela avaria prejudicava o amigo. Ao que Jacinto responde: “– Da *Azoff*?... A avaria? A mim?... Não! É uma notícia” (*Idem*). Tudo somado, os confortos oferecidos pelo elevador são inúteis para uma jornada de sete segundos; assim como seria inútil acumular trinta mil volumes que jamais serão lidos no espaço de uma vida; por fim, de que vale um telégrafo trazendo informações completamente alheias aos interesses de quem recebe a notícia? Para o humilde serrano José Fernandes, todavia, o que há é um assombro de civilização. O narrador chega a rejeitar o convite de Jacinto para que se junte a uns amigos para jantar logo mais simplesmente por estar ainda “enfardelado pelo alfaiate da serra!” (QUEIRÓS, 2000b, p. 27) – ou seja, por não estar civilizadamente vestido. De qualquer forma, José Fernandes logo aceitará se mudar do hotel para o 202, ocupando o quarto do avô de Jacinto, a fim de compreender todas as finuras e todos os poderes da Civilização. Mas essa civilização toda tem um preço:

No 202, todas as manhãs, às nove horas, depois do meu chocolate e ainda em chinelas, penetrava no quarto de Jacinto. Encontrava o meu amigo banhado, barbeado, friccionado, envolto num roupão branco de pelo de cabra do Tibete, diante da sua mesa de *toilette*, toda de cristal (por causa dos micróbios) e atulhada com esses utensílios de tartaruga, marfim, prata, aço e madreperla que o homem do século XIX necessita para não desfear o

conjunto suntuário da Civilização e manter nela o seu Tipo. (QUEIRÓS, 2000b, p. 31)

Em suma, o todo necessário para a civilização (os utensílios de tartaruga, marfim, prata, aço e madrepérola) vem de fora, sobretudo da periferia, expondo a causa ausente da narrativa. Ali estão o Oriente e a África, subjugados pelo imperialismo Europeu, para que a existência civilizada do centro do capitalismo esteja garantida.

Ao contrário de Jacinto, o narrador é uma espécie de serrano deslumbrado que se impressiona facilmente com tudo o que vê. Assim, para ele, a agenda de duas laudas de Jacinto, com as ocupações do seu dia, é um índice de sua civilização superior, presa, sobretudo, à sociabilidade. José Fernandes, por sua vez, sem agendas, prefere, claro, vadiar. Toda essa civilização, contudo, não demora a expor suas contradições. Há panes elétricas, artefatos que magoam os dedos das mãos e canos de água quente que se partem e viram notícia de jornal... Nessa ocasião, os repórteres ligam para o 202 a fim de colher detalhes do ocorrido. Querem saber se Jacinto se esquentou, mas quem está com as mãos queimadas, e atendendo ao telefone orgulhoso, é o velho escudeiro, Grilo – que em seguida também leva os jornais ao fidalgo anunciando o caso.

Para o narrador, mesmo a natureza das relações de Jacinto constituem um mistério que a diferença de classe social entre ambos impõe. Assim, é preciso que o Príncipe da Grã Ventura explique tudo: suas relações próximas com o Grã-Duque Casimiro, com Madame de Oriol e mesmo com uma amante, pois os códigos do comportamento aristocrático de Jacinto são pouco compreensíveis para o narrador:

– Tu vens das serras... Uma cidade como Paris, Zé Fernandes, precisa ter cortesãs de grande pompa e grande fausto. Ora para montar em Paris, nesta tremenda carestia de Paris, uma *cocotte* com os seus vestidos, os seus diamantes, os seus cavalos, os seus lacaios, os seus camarotes, as suas festas, o seu palacete, a sua publicidade, a sua insolência, é necessário que se agremiem umas poucas de fortunas, se forme um sindicato! Somos uns sete, no Clube. Eu pago um bocado... Mas meramente por Civismo, para dotar a Cidade com uma *cocotte* monumental. De resto não chafurdo. Pobre Diana! Dos ombros para baixo nem sei se tem a pele cor de neve ou cor de limão. (QUEIRÓS, 2000b, p. 40-41)

De fato, para o narrador, não há sentido algum em pagar caríssimo por uma mulher que não se pode petiscar, como diz. Ainda nesse aspecto, talvez o episódio em que Jacinto promove uma ceia para o Grã-Duque Casimiro seja o mais ilustrativo sobre o comportamento aristocrático de salão e sobre essa civilização que emperra o tempo todo.

Já nos preparativos para a festa, José Fernandes queda impressionado com o luxo dos cristais e de todo o aparato da ceia – sem contar a impressão que causam os dois ascensores que vêm da cozinha. Adiante murmura, comprometedoramente: “Caramba, bendito seja o dinheiro!” (QUEIRÓS, 2000b, p. 45).

Não obstante toda essa opulência civilizacional, às 9 horas da noite, já as luzes todas se apagam temporariamente no 202, prenunciando a fragilidade do conjunto. Pelo pequeno salão de Jacinto passarão Madame de Trèves, com sua sublime falsidade ao exercer a Arte de Agradar, o Psicólogo-feminista, que acabara de publicar um romance, e o Duque de Marizac a reprovar um detalhe sobre a indumentária feminina no livro do psicólogo:

Oh, sim, um erro! E bem inesperado num mestre tão experiente!... Era atribuir à esplêndida amorosa da *Couraça*, uma duquesa, e do gosto mais puro – um *colete de cetim preto*! Esse colete, assim preto, de cetim, aparecia na bela página de análise e paixão em que ela se despia no quarto de Rui de Alize. E Marizac, sempre com as mãos nos bolsos, mais grave, apelava para aqueles senhores. Pois era verossímil, numa mulher como a duquesa, estética, pré-raphaelítica, que se vestia no Doucet, no Paquin, nos costureiros intelectuais, um colete de cetim preto?

[...] E eu, para que me não julgassem alheio às coisas dos adultérios ducais e do luxo, acudi, metendo os dedos pelo cabelo:

– Realmente, preto, só se estivesse de luto pesado, pelo pai!
(QUEIRÓS, 2000b, p. 49)

O detalhe a que o Duque chama atenção pode parecer supérfluo e ridículo aos olhos do leitor de hoje – e talvez seja mesmo. O fato, entretanto, é que esse detalhe tem uma função primordial na narrativa – que é o de firmar as devidas distinções sociais. O Duque nada mais faz do que expor aos demais que o aristocrata ali, de fato, é ele – de um gosto superior e tão refinado que chega ao pormenor da *toilette* das duquesas. O truque funciona porque, como bem lembra Arno Mayer, o burguês dos salões é um contumaz emulador dos códigos e dos

valores aristocráticos. A observação do Duque é da mesma natureza daquela de Carlos da Maia, ao identificar um alfinete de gosto duvidoso na gravata de Castro Gomes, n' *Os Maias*. Já em *A Cidade e as Serras*, o detalhe serve, sobretudo, para situar o narrador – uma vez que José Fernandes não entende nada do universo aristocrático (nem de seus adultérios, nem de seu luxo) e, pior, ainda se atreve a tecer comentários ridículos, como o do luto.

Outro lance notável da ceia é a cena em que Jacinto aparece espremido entre o Conde Tréves, descendente dos reis de Cândia, e o amante da duquesa, o banqueiro judeu, David Efraim. Ambos suplicam pelo nome, influência e dinheiro de Jacinto para sua nova empreita: a *Companhia das Esmeraldas da Birmânia* – sem nem mesmo saber se há esmeraldas por lá. Não há desavença entre ambos por conta da mulher, senão uma cumplicidade amistosa para seduzir Jacinto e convencê-lo a especular na empresa colonial. E, mais uma vez, a causa ausente do imperialismo se faz presente.

O burburinho é interrompido com o anúncio da chegada do Grã-Duque Casimiro. A fim de agradar Sua Alteza, os convivas chegam a atribuir a decadência da cozinha em França à República. De qualquer forma, haverá jantar e José Fernandes observa que, naquela noite: “Todas as Classes Dominantes comiam nesse momento as trufas do meu Jacinto...” (QUEIRÓS, 2000b, p. 57). Mas não é só de aristocratas e burgueses endinheirados que se compõe um salão⁶⁶. Não escapa à cena da ceia também o anarquista dissidente da Comuna que, ironicamente, reclama o tempo todo a falta de um general e de um bispo a José Fernandes:

– Para quê, meu caro senhor?

Ele atirou um gesto suave em que todos os seus anéis faiscaram:

– Para uma bomba de dinamite... Temos aqui um esplêndido ramalhete de flores de Civilização, com um Grão Duque no meio. Imagine uma bomba de dinamite, atirada da porta!... Que belo fim de ceia, num fim de século!

⁶⁶ O salão de Rachel Varnhagen, conforme o ensaio de Paulo Eduardo Arantes (a partir da biografia escrita por Hannah Arendt), na sua composição social, é muito semelhante ao de Jacinto. Como observa Arantes: “as *soirées* na água-furtada de Rachel reuniam uma sociedade numerosa e disparatada: príncipes da casa reinante; ministros e diplomatas ‘esclarecidos’ e diletantes; negociantes judeus; condessas excêntricas e ‘liberadas’; gente de teatro e cantores; publicistas-ideólogos dos círculos políticos dominantes [...], etc.” (ARANTES, 2003, I, p. 7-8)

[...] declarou que hoje a única emoção, verdadeiramente fina, seria aniquilar a Civilização. Nem a ciência, nem as artes, nem o dinheiro, nem o amor, podiam já dar um gosto intenso e real às nossas almas saciadas. Todo o prazer que se extraía de *criar* estava esgotado. Só restava, agora, o divino prazer de *destruir*! (QUEIRÓS, 2000b, p. 58)

Não obstante o tom sombrio do anarquista, a desgraça maior da noite não será uma bomba a explodir o salão, senão o encalhe do elevador com o peixe de Sua Alteza, o Grão-Duque Casimiro. O resultado para a ceia parece ser tão devastador quanto o da dinamite. Ao fim, por conta de um ascensor que não funciona, os convivas estarão maldizendo o Século, a Civilização e todos os orgulhos da Ciência. E desse modo melancólico quedam liquidados o orgulho aristocrático e sua confiança no progresso. É como se um e outro não se encaixassem adequadamente: diante do excesso e do exagero típicos da nobreza parece que tudo falha. É sempre a mesma tensão entre o disponível e o necessário, destoando o tempo todo.

A partir de então, as coisas começarão a mudar. Apenas três dias após a festa no 202, Jacinto recebe notícias de sua quinta em Tormes. O procurador Silvério, em sua carta, informa que o mau tempo arrastou a velha igreja do século XVI, onde jaziam sepultados os avós de Jacinto desde os tempos de El-Rei D. Manuel, e os restos mortais precisavam ser restituídos a um novo sítio. Jacinto empalidecera: “Essas ossadas, que todas conservavam um nome, uma data, uma história, confundidas num lixo de ruína!” (QUEIRÓS, 2000b, p. 63). Se para qualquer mortal, desde a *Antígona*, a memória dos antepassados deve ser preservada, para o nobre, para o fidalgo, para o aristocrata, o jazigo, como morada eterna, deve estar à altura de quem ali repousa – para tanto, basta recordar toda a sofisticação do cerimonial fúnebre quando morre um membro da monarquia britânica, conforme descreve Arno J. Mayer. Para Jacinto, os ossos dos antepassados em meio à lama configuram a ruína de sua estirpe. É por isso que sua resposta é imediata: “E telegrafou ao Silvério que desatulhasse o vale, recolhesse as ossadas, reedificasse a Igreja, e, para esta obra de piedade e reverência, gastasse o dinheiro, sem contar, como a água dum rio largo” (*Idem*). É notório, na passagem, que o dinheiro, para um aristocrata, sobretudo quando está em jogo a posição social de sua casa, seja em vida, seja na morte, não pode ser problema. Assim sucedeu à reforma do Ramalhete, a casa dos Maias em Lisboa, assim há de suceder ao jazigo da família de Jacinto, na nova igreja que há de ser erigida em Tormes.

A reforma também será necessária ao palacete da *Champs Élysées*. É o que Jacinto decide promover no 202 depois de uma inglória batalha pela confiança na Civilização:

[...] Jacinto, desesperado com tantos desastres humilhadores – as torneiras que dessoldavam, os elevadores que emperravam, o Vapor que se encolhia, a Eletricidade que se sumia, decidiu valorosamente vencer as resistências finais da Matéria e da Força por novas e mais poderosas acumulações. E nessas semanas de Abril, [...], incessantemente tremeu, envolta num pó de calça e de empreitada, com o bruto picar de pedra, o retininte martelar de ferro. (QUEIRÓS, 2000b, p. 65)

Assim, derrotado por sua crença nas máquinas, Jacinto busca se cercar de mais aparatos tecnológicos e de uma imensidão de livros que ocupam o 202 por inteiro. José Fernandes, por sua vez, prefere abandonar todo esse rebuliço por uma certa Madame Colombe, a quem visita na Rua do Helder, 16, quarto andar, porta à esquerda. O narrador, ingênuo, confessa que amou aquela criatura como Romeu amava Julieta, como um bode ama uma cabra... Essa paixão, que oscila entre o etéreo e o bestial, é o seu modo de reconhecer que um sentimento, para ele tão sublime, talvez não o merecesse uma criatura tão simples. O delírio amoroso de José Fernandes de Noronha e Sande, de Guiães, todavia, não durará mais do que sete semanas. Depois de se desfazer de seu relógio, de seus anéis, de seus botões de safira e de cento e noventa e sete libras em ouro, José Fernandes encontrará a porta de Madame Colombe fechada. O que se segue é um dramalhão do narrador a se empanturrar e a se embriagar, lamentando a própria sorte e, ao fim da noite, ir vomitando tudo pelo quarto de D. Galião, avô de Jacinto. O efeito disso tudo, conforme já foi adiantado, é o narrador se apresentar ao leitor como um serrano parvo, que não sobrevive bem à Civilização. É tanto que Jacinto, ao ser participado do caso todo, demonstra seu interesse num bocejo.

José Fernandes, por sua vez, passado todo o seu vexame, começa a estranhar o crescente tédio do Príncipe da Grã-Ventura, ao longo dos dias, e acaba perguntando pela opinião do venerando Grilo, que declara com uma imensa certeza: “Sua Excelência sofre de fartura” (QUEIRÓS, 2000b, p. 74). Mesmo o criado, que pouco fala e tudo vê, já adianta ao leitor que o excesso de civilização, de que goza Jacinto, escraviza.

Diante desse crescente fastio de Jacinto por Paris, pelas pessoas de sua sociabilidade e pela sua própria casa, José Fernandes consegue convencê-lo a visitar a Basílica do *Sacré-*

Coeur de Montmartre, que andava em construção no ponto mais alto da cidade. Pelo caminho, cruzam bairros boêmios. A quietação é provinciana e Jacinto se encanta daquela liberdade e singeleza das coisas. Assim como Gonçalo, ao fim das eleições, considerara tudo de cima de sua Torre, também Jacinto contempla o cinza da cidade de Paris naquele cimo e conclui que é tudo uma ilusão: “E a Cidade a maior ilusão!” (QUEIRÓS, 2000b, p. 79). José Fernandes não perde a oportunidade e passa a desenrolar seu libelo, fundado nos moralistas bucólicos da moda, contra os dissabores da cidade. Diante do silêncio de Jacinto, o narrador prossegue:

E se ao menos essa ilusão da Cidade tornasse feliz a totalidade dos seres que a mantêm... Mas não! Só uma estreita e reluzente casta goza na Cidade os gozos especiais que ela cria. O resto, a escura, imensa plebe, só nela sofre, e com sofrimentos especiais que só nela existem! [...] E com este labor e este pranto dos pobres, meu Príncipe, se edifica a abundância da Cidade! [...] Mas quê, meu Jacinto! a tua Civilização reclama insaciavelmente regalos e pompas, que só obterá, nesta amarga desarmonia social, se o Capital der ao Trabalho, por cada arquejante esforço, uma migalha ratinhada. (QUEIRÓS, 2000b, p. 81)

O socialismo cínico que José Fernandes derrama sobre Jacinto talvez tenha nascido de sua penúria, depois de ter se dissipado com Madame Colombe. Enquanto partilhava do luxo de Jacinto, sua consciência social jazia misteriosamente adormecida, sem que o remorso pela espoliação dos pobres lhe tirasse o sono. Agora, quando certamente se reconhece como um daqueles desamparados, que não participa da casta que goza a cidade, José Fernandes busca em Jacinto alguma culpa. Mais uma vez, aqui, a causa ausente se manifesta. Como adiante se pretende demonstrar, a nobre casta continuará a gozar a cidade ou o campo à custa do trabalho alheio – seja dos pobres de Paris, seja dos pobres em Tormes.

José Fernandes prossegue e afirma, afinal, que a cidade é o lugar do burguês e é nela que ele triunfa: “O burguês triunfa, muito forte, todo endurecido no pecado – e contra ele são impotentes os prantos dos Humanitários, os raciocínios dos Lógicos, as bombas dos Anarquistas” (QUEIRÓS, 2000b, p. 82). É o burguês, portanto, conforme o narrador, quem perverte o aristocrata, seduzindo-o com as quinquilharias da civilização.

À saída da basílica, para matar a sede, os rapazes cruzam com Maurício, um amigo de Jacinto dos tempos do salão de Madame de Lamotte-Orcel, onde ambos haviam

experimentado uma Babel de Éticas e Estéticas. José Fernandes estranha essa figura de porte aristocrático (lembrava Francisco de Valois, Rei de França) que agora habitava aquele bairro pobre de Paris. Jacinto esclarece, adiante, que se trata de um nobre e rico rapaz, da antiga casa soberana de Mayolle, descendente dos Duques de Septimania e que se perdera em esoterismos. Tudo somado, o prenúncio é o de que a cidade não é tão salutar aos aristocratas quanto tem sido aos burgueses. Ainda assim, Jacinto termina seu dia com uma “vontade de construir uma casa nos cimos de Montmartre, com um miradouro no alto, todo de vidro e ferro, para descansar de tarde e dominar a Cidade...” (QUEIRÓS, 2000b, p. 88).

Adiante, se os amores de José Fernandes foram mesquinhos, os de Jacinto serão requintados, conforme exige sua posição. Depois do passeio à basílica, o narrador relata que tem acompanhado seu Príncipe todas as tardes à casa de Madame de Oriol. Ela, casada, costumava trocar de amantes todo ano e “Ao meu Príncipe, nesse ano, pertencia o sofá. E todos estes deveres de Cidade e de Casta os cumpria sorrindo” (QUEIRÓS, 2000b, p. 90). A Agenda de Visitas de Madame de Oriol, segundo José Fernandes, continha mil e trezentos nomes e todos, diga-se de passagem, do Nobiliário. Em política, naturalmente era pelos Príncipes. A República, o Socialismo e a Democracia eram para ela horrores que se sacudia com um bater de leque. Tinha trinta anos.

Numa dessas tardes de visita, ainda ao meio da escadaria, os rapazes encontram o marido, que acabara de ter uma cena tremenda com a esposa:

– Estamos separados, cada um vive como lhe apetece, é excelente! Mas em tudo há medida e forma... Ela tem o meu nome, não posso consentir que em Paris, com conhecimento de todo o Paris, seja a amante do trintanário. Amantes da nossa roda, vá! Um lacaio, não!... Se quer dormir com os criados que emigre para o fundo da província, para a sua casa de Corbelle. E lá até com os animais!... (QUEIRÓS, 2000b, p. 92).

Como já mencionado no capítulo anterior, a vida conjugal aristocrática em tudo difere da burguesa. Assim, Madame de Oriol tem seu círculo de sociabilidade e seu marido tem o dele – um apartado do outro. Há, todavia, uma regra a ser preservada – a honra do nome. Como a moral aristocrática também difere da burguesa, não há aqui questões de adultério. Ambos podem ter amantes – desde que pertençam ao círculo aristocrático. Claro está,

portanto, que Jacinto, mesmo na esplêndida Paris, é reconhecido como alguém que pertence à alta roda. Assim como Afonso da Maia e Gonçalo Mendes Ramires, Jacinto não tem títulos honoríficos – apenas José Fernandes o chama de Príncipe. Ainda assim, sua posição social jamais é posta em questão. Não obstante a cena toda, Jacinto, afinal, sobe para encontrar Madame de Oriol naquela tarde, conforme a imposição do dever de casta. José Fernandes, por sua vez, decide que é melhor fazer sua viagem pelas Cidades da Europa.

O relato de sua viagem, porém, é meramente contábil. José Fernandes se limita a apresentar os números de quantas vezes perdera uma bota, dormira num trem, visitara um museu, etc., para concluir amargamente: “Gastei seis mil francos. Tinha viajado” (QUEIRÓS, 2000b, p. 93). A viagem, que figura como uma distinção de classe para Carlos da Maia, para Jacinto e até mesmo para Teodorico Raposo, tem, para José Fernandes, ares de uma obrigação sem sentido, um esforço aborrecido. Depois de três meses, retorna ao 202. E encontra um Jacinto tomado pelo tédio e pelo pessimismo – aos trinta e três anos, ocupado em bocejar... E devotado à leitura do *Eclesiastes*.

O tédio e o aborrecimento do Príncipe da Grã-Ventura só fazem aumentar. Aos 10 de janeiro⁶⁷, quando completava os trinta e quatro anos, Jacinto decide passar o dia no 202, com José Fernandes, esperando por inúmeros presentes, mas sem disposição para receber qualquer pessoa. Passam, ambos, aquele dia chuvoso em volta da lareira, dormitando, até que o relógio bate a meia-noite e Jacinto decide escolher um livro para ler antes de dormir. São, por essa altura, setenta mil volumes (o narrador oscila o tempo todo, contabilizando ora trinta, ora setenta mil). Depois de muito folhear, acaba apanhando um velho *Diário de Notícias* e sobe ao seu quarto. Não obstante a coincidência de datas, não haverá qualquer menção explícita ao *Ultimatum*.

A simbologia, no entanto, está posta. E a resposta ao *Ultimatum* virá logo ao fim daquele inverno, quando Jacinto anuncia, “como se anunciasse o seu casamento ou a sua morte” (QUEIRÓS, 2000b, p. 105), que vai partir para Tormes, a fim de acompanhar o traslado dos ossos de seus antepassados para a igreja nova. José Fernandes, todavia, tenta advertir que a casa de Tormes, embora em boa pedra, é inabitável. Jacinto retruca:

⁶⁷ Cabe recordar que o *Ultimatum* britânico é entregue a Portugal aos 11 de janeiro de 1890. Considerando que o narrador retornara ao 202 em fevereiro de 1888 (as indicações temporais são ambíguas quanto ao ano – 1887 ou 1888), para partir em abril de 1890, passando 27 meses em Paris (Cf. QUEIRÓS, 2000b, p. 113), o aniversário de trinta e quatro anos de Jacinto se dá, justamente, um dia antes do *Ultimatum*. Cabe lembrar, ademais, que, segundo o narrador, por volta de 1880, Jacinto tem 23 anos... A coincidência nas datas é claramente proposital.

– Acabou!... *Alea jacta est!* E como só partimos para Abril, há tempo de pintar, de assoalhar, de envidraçar... Mando daqui de Paris tapetes e camas... Um estofador de Lisboa vai depois forrar e disfarçar algum buraco... Levamos livros, uma máquina para fabricar gelo... E é mesmo uma ocasião de pôr enfim numa das minhas casas de Portugal alguma decência e ordem. Pois não achas? E então essa! Uma casa que data de 1410... Ainda existia o Império Bizantino! (QUEIRÓS, 2000b, p. 106)

Assim como o Ramallete necessitava largas reformas para que estivesse à altura do Carlos da Maia que o haveria de habitar, assim Tormes deve estar à altura de Jacinto. Acresce que, para além do luxo, há aqui toda uma parafernália de civilização a embarcar para as serras. E assim sucede. Ao menos é o que imagina Jacinto, uma vez que o Silvério não escrevera e nem dera mais notícia... Depois de muitos preparativos, chega enfim o dia da viagem e a frase derradeira de Jacinto é sintomática para os propósitos desta análise: “É muito grave deixar a Europa!” (QUEIRÓS, 2000b, p. 114).

Eis que o próprio Jacinto tem ciência de que Portugal, conforme já lembrara Hobsbawm, anteriormente citado, não era a Europa, não era o centro do mundo – senão sua periferia. Ainda assim, diante do *Ultimatum* inglês, o Príncipe da Grã-Ventura opta por partir em direção às serras portuguesas.

A revolução industrial, como observa o mesmo Hobsbawm em sua *A Era das Revoluções* (2004), promovera uma conexão bastante eficaz, por intermédio das vias férreas, entre o centro e suas periferias mais longínquas – basta lembrar aqui o ambicioso projeto de Cecil de Rhodes. E é por meio de um comboio⁶⁸, justamente, que Jacinto e José Fernandes, acompanhados do Grilo e de mais um criado, o Anatole, chegarão à Tormes, não sem antes passarem por Espanha para um fatídico transbordo. São vinte e três malas que deveriam acompanhar Jacinto para a sua serra, mas que acabam perdidas pelo caminho, por conta de uma noite de tormenta durante a baldeação em terras espanholas. A viagem de Jacinto, ao

⁶⁸ Existe hoje, de fato, uma ligação ferroviária entre Portugal e Espanha, via Salamanca. E há, também, uma ligação sobre trilhos entre o Porto e a Estação de Aregos, que dista cerca de 5 quilômetros de Tormes, onde está situada atualmente a Fundação Eça de Queirós. O que não existe é uma ligação entre esses dois ramais, senão pelo Porto. Essa conexão direta entre Tormes e Paris, portanto, não passa de ficção – e mais do que necessária, diga-se, para tornar verossímil o plano de levar para as serras toda uma civilização embrulhada e encaixotada.

lado de José Fernandes (os criados vão em outra classe), é feita em vagão exclusivo, com comida e bebida fartas e requintadas.

Quando finalmente chegam à estação de Tormes, não há o Silvério a esperar com os cavalos para a subida da serra. Tampouco o caseiro Melchior aparece. Também não há sinal de Grilo ou de Anatole. Acaba-se arranjando uma égua e um jumento para que os dois amigos, tal qual Quixote e Sancho, subam serra acima. A chegada de ambos causa espanto:

[...] o Sr. Silvério só contava com Sua Excelência em Setembro, para a vindima! Na casa as obras seguiam devagarinho, devagarinho... O telhado, no sul, ainda continuava sem telhas; muitas vidraças esperavam, ainda sem vidros; e, para ficar, Virgem Santa, nem uma cama arranjada!... (QUEIRÓS, 2000b, 128)

Jacinto, já em desespero, pergunta pelos caixotes, mandados de Paris, em fevereiro, quatro meses antes. E nada havia chegado. O Príncipe da Grã-Ventura, furioso, promete abalar logo ao dia seguinte para a estação e, depois, para Lisboa. Ao adentrar a velha casa de pedra, considera que ela não está à altura de seu senhor: “– Inabitável! – rugia Jacinto surdamente. – Um horror! Uma infâmia!...” (QUEIRÓS, 2000b, p. 129). Aos poucos, contudo, “Jacinto reconheceu ‘certa nobreza’ na frontaria do seu lar” (QUEIRÓS, 2000b, p. 132). Havia ali elementos que indicavam certo gosto e distinção de classe – como o feitio da varanda adornada de cravos.

Mais tarde, à hora do jantar, não obstante a rudeza dos talheres e da louça posta, que consterna o senhor da casa, os amigos comem com muito gosto e Jacinto confessa: “Há anos que não sinto esta fome” (QUEIRÓS, 2000b, p. 133). Durante a ceia, ambos citam Virgílio e José Fernando lembra que em Roma, berço da civilização e uma das maravilhas do mundo, talvez se gozasse daquela mesma mesa de Tormes.

Depois da simplicidade da casa e da ceia, quedam numa sala a observar os astros no céu escuro – algo que a cidade, com suas luzes a gás ou eletricidade, não permitia fazer. Chegam a falar de sua pequenez, em certa comunhão com o Universo e coisas vagas sobre sua ignorância em Astronomia. Adiante, ao se prepararem para dormir, José Fernandes pergunta se Jacinto ainda tenciona partir no dia seguinte. A resposta é pronta:

– Com certeza, Zé Fernandes! Com a certeza de Descartes. ‘Penso, logo fujo!’ Como queres tu, neste pardieiro, sem uma cama, sem uma poltrona, sem um livro?... Nem só de arroz com fava vive o Homem! Mas demoro em Lisboa, para conversar com o Sesimbra, o meu Administrador. E também à espera que estas obras acabem, os caixotes surjam, e eu possa voltar decentemente, com roupa lavada, para a trasladação... (QUEIRÓS, 2000b, p. 137)

Para piorar a situação, Melchior só dispunha de duas enxergas para ambos. José Fernandes, para consolar o amigo, lembra que “Platão quando compunha o Banquete, Vasco da Gama quando dobrava o Cabo, não dormiam em melhores catres!” (QUEIRÓS, 2000b, p. 139). E, assim, Jacinto, enquanto enfrentava seu *Ultimatum*, passava sua primeira noite em Tormes.

3.2 Periferia

E o que temos de ver então, como sempre, na literatura rural, não é apenas a realidade da comunidade rural: é também a posição do observador nela e em relação a ela; uma posição que faz parte da comunidade que se quer conhecer. (WILLIAMS, 2011, p. 279)

E essa, portanto, não é a comunidade conhecida, e sim a cognoscível: uma sociedade selecionada por um ponto de vista selecionado. (WILLIAMS, 2011, p. 300)

Partindo das epígrafes de Raymond Williams é possível retomar a questão formal fundamental do romance. Se o narrador, José Fernandes, teve, até aqui, uma experiência sofrível na cidade, o mesmo não ocorrerá nas serras. No mundo rural, de onde saiu José Fernandes, a posição do narrador é privilegiada – justamente por fazer parte daquela comunidade e conhecê-la tão bem quanto Jacinto talvez conhecesse Paris⁶⁹. No universo

⁶⁹ “[...] uma comunidade cognoscível, no campo tanto quanto em qualquer outro lugar, é uma questão de consciência, e de experiência prolongada, além da cotidiana. Na aldeia, como na cidade, existe divisão do trabalho, existem contrastes entre as diferentes posições sociais, e, portanto, há necessariamente pontos de vista alternativos.” (WILLIAMS, 2011, p. 279)

ficcional, todavia, como faz lembrar Williams, essa comunidade que o narrador nos apresenta não é a conhecida (pois não existe na realidade), mas cognoscível⁷⁰ – uma vez que foi selecionada, conforme um ponto de vista também selecionado. O conceito de comunidade cognoscível, portanto, implica a possibilidade de ser inteligível ao leitor uma narrativa sobre um grupo social específico que, dadas as circunstâncias históricas, já possa até mesmo ter deixado de existir.

Em Guiães, por exemplo, o narrador conhece a todos e todos o conhecem desde sempre. Divide o seu tempo entre a casa da tia Vicência, as visitas à prima Joaninha e aos amigos. É assim que, entre um gole e outro de vinho, descobre, depois de cinco semanas, que Jacinto permanecera em Tormes – ao invés de descer a Lisboa, conforme prometera. As malas, o Grilo e Anatole tardaram ainda uma semana depois da chegada de Jacinto a Tormes. O narrador, quando finalmente faz sua visita ao amigo, num domingo, já identifica sinais de reforma pela casa, com vidraças novas e baldes de cal. O mobiliário também já está em seu lugar, bem como os objetos pessoais de Jacinto. Há, todavia, uma sobriedade nesses arranjos que em tudo destoam do luxo encontrado no 202:

Um quarto, a que me levaram três portas escancaradas com a franqueza serrana, era certamente o de Jacinto: a roupa pendia de cabides de pau; o leito de ferro, com coberta de fustão, encolhia timidamente a sua rigidez virginal a um canto, entre o muro e a banquinha onde um castiçal de latão resplandecia sobre um volume do *D. Quixote*; no lavatório pintado de amarelo, imitando bambu, apenas cabia o jarro, a bacia, um naco gordo de sabão; e uma prateleirinha bastava ao esmerado alinhio da escova, da tesoura, do pente, do espelhinho de feira e do frasquinho de água de alfazema que eu mandara de Guiães. (QUEIRÓS, 2000b, p. 142-143)

Logo depois, ao retornar Jacinto de seu passeio, José Fernandes o reencontra outro, mais rijo – e já não corcovava. O Grilo, por sua vez, perdera o brilho e corcovava, reclamando de muita magreza nas serras (algo que o fidalgo, pelo olhar viciado de classe, só conseguirá enxergar muito adiante)... Jacinto pede por um copo de água da fonte e quem lhe traz é uma moça que trabalha na casa. O narrador, admirado com a beleza daquela ninfa latina, sugere

⁷⁰ “Em sua maioria, os romances são, num certo sentido, comunidades cognoscíveis. Faz parte de um método tradicional [...] o romancista se propor a mostrar pessoas e relacionamentos entre elas de modos essencialmente cognoscíveis e comunicáveis.” (WILLIAMS, 2011, p. 278)

que também há de querer algo de cinco em cinco minutos. O diálogo é revelador da posição de classe de Jacinto em relação ao sexo oposto:

– [...] Que olhos, que corpo... Caramba, menino! Eis a poesia, toda viva, da serra...

O meu Príncipe sorria, com sinceridade:

– Não! não nos iludamos, Zé Fernandes, nem façamos Arcádia. É uma bela moça, mas uma bruta... Não há ali mais poesia, nem mais sensibilidade, nem mesmo mais beleza do que numa linda vaca turina. Merece o seu nome de Ana Vaqueira. Trabalha bem, digere bem, concebe bem. Para isso a fez a Natureza, assim sã e rija; e ela cumpre. O marido todavia não parece contente, porque a desanca. Também é um belo bruto... Não, meu filho, a serra é maravilhosa e muito grato lhe estou... Mas temos aqui a fêmea em toda a sua animalidade e o macho em todo o seu egoísmo... (QUEIRÓS, 2000b, p. 147)

Ao fidalgo é impensável que uma criada de casa pudesse ser bonita – quando muito, seria semelhante a uma vaca. Não é essa, note-se, a posição do narrador, mas sobre a diferença de classe entre um e outro a análise voltará adiante. Depois desse breve diálogo, Jacinto, mudando naturalmente o assunto, informa a José Fernandes que os caixotes de Paris foram mandados para Alba de Tormes, em Espanha, por engano...

De tarde, saem a passeio e Jacinto desvela toda uma filosofia que enaltece a Natureza em detrimento da Cidade. O narrador, entretanto, apenas sorri, com a mesma forma condescendente que usava em Paris. Para ele, toda aquela metafísica mal madura significa apenas a reconciliação de seu Príncipe “com a Vida” (QUEIRÓS, 2000b, p. 105). O que para Jacinto implica um universo a desvendar (as serras), para o narrador é o que há de mais cotidiano. Jacinto, todavia, insiste na sua exaltação da Natureza e na contemplação daquela paz. José Fernandes acha aquilo tudo uma maçada e, desta vez, retruca, afirmando que toda essa contemplação só seria possível se vivesse num mosteiro ou se tivesse “cento e quarenta contos de renda e o desprazo de certos Jacintos...” (QUEIRÓS, 2000b, p. 151). Conforme assinalado anteriormente, a partir desse ponto da narrativa começa a ficar mais clara a tensão entre o discurso do narrador sobre si e o discurso do narrador sobre o seu Príncipe. Quando o enredo ainda se desenrolava na cidade, onde José Fernandes se apegava na sua condição periférica, essa tensão residia no embate entre o narrador e suas desventuras em Paris (a

amante que lhe custara todo seu dinheiro; a viagem corrida pela Europa; o aborrecimento nos salões, etc.). Nas serras, todavia, onde o narrador se sente em casa, a visão idílica que Jacinto apresenta da Natureza causa profundo desconforto. Para o narrador, que conhece aquelas serras, porque nasceu e viveu nelas, que sabe de suas mazelas e de sua gente, o discurso bucólico de Jacinto não passa de um disparate de classe. Adiante, mesmo o caso do traslado dos ossos dos antepassados de Jacinto para uma nova capela, razão de ser da ida do Príncipe da Grã-Ventura para Tormes, acaba perdendo a sua envergadura solene quando o fidalgo confessa: “– Vim a Tormes expressamente por causa do avô Galião, e por fim o seu jazigo nunca foi aqui, na Capelinha da Carriça... Felizmente!” (QUEIRÓS, 2000b, p. 155). Aliás, como faz saber o padre, há cem anos que ninguém da casa era enterrado ali. Está patente, portanto, a total alienação de Jacinto diante do que se passava nas serras enquanto ele gozava sua vida em Paris.

José Fernandes, não obstante seu aborrecimento, acaba passando ali em Tormes alguns meses ao lado de Jacinto. O fidalgo andava com ideias de ser útil e pensou logo em plantar árvores. Para seu espanto, tudo na natureza levava demasiado tempo: seis anos para um eucalipto crescer, trinta para o carvalho se tornar adulto. Por conta do seu senso citadino de urgência, logo se volta para o projeto de uma queijeira. O fausto da empreita, entretanto, compromete sua viabilidade. Jacinto quer vacas inglesas em currais de ferro e vidro, ornados de azulejos e mármore. Acresce que, segundo o Silvério, muito melhor e mais ricas são as propriedades de Montemor, no Mondego, e a Veleira, em Penafiel – que o senhor Jacinto sequer conhece. O narrador, contrariado, lembra ao Silvério que Tormes é o solar da família, é a terra onde começaram os Jacintos, no século XIV. Seu desprezo por aquela terra, portanto, seria falta de respeito à secular nobreza da casa. Silvério dá de ombros: “– Ora! até ficam mal ao Sr. Fernandes essas ideias, neste século da liberdade... Pois estamos lá em tempos de se falar em fidalguias, agora que por toda a parte anda tudo em República? Leia o *Século*, Sr. Fernandes! leia o *Século*, e verá” (QUEIRÓS, 2000b, p. 164). Silvério insiste ainda que Montemor seria mais adequada ao fidalgo, uma vez que na serra há chuvas, ventanias e friagens que fariam muito mal a alguém da cidade.

Há, nessa breve passagem, algumas considerações necessárias a serem feitas. Uma delas é a referência à república que, conforme já mencionado anteriormente, é uma questão que ganha força somente com o advento do *Ultimatum*. Outra é a emulação do *ethos* aristocrático, por parte do narrador, mas já totalmente ausente no discurso do Silvério. As

implicações disso poderão ser descortinadas logo adiante. Por ora, é pertinente notar o que diz José Fernandes a Jacinto sobre sua própria posição social, ao ser indagado, em mais um devaneio metafísico do fidalgo:

– Meu filho, olha que eu não passo dum pequeno proprietário. Para mim não se trata de saber se a terra é *linda*, mas se a terra é *boa*. Olha o que diz a Bíblia! ‘Trabalharás a quinta com o suor do teu rosto!’ E não diz ‘contemplarás a quinta com o enlevo da tua imaginação!’ (QUEIRÓS, 2000b, p. 166)

Resta clara, portanto, nessa fala, a posição de José Fernandes. Trata-se de um pequeno proprietário, sem fidalguias que lhe valham, e que por ventura conhecera um patricio seu em Paris quando fora para ali estudar. José Fernandes é, portanto, o herói que Luckács designou como mediano⁷¹, posto entre a elite da qual Jacinto faz parte e a gente campesina das serras. Esse dado terá sua relevância logo adiante.

Antes, é preciso assinalar uma diferença fundamental entre a narrativa da cidade e a do campo. De acordo com Raymond Williams, para Dickens:

[...] na experiência urbana, muito do que era importante, e mesmo crucial, não podia ser conhecido nem comunicado de maneira simples, mas, [...], tinha de ser revelado, imposto à força à consciência. E, desse modo, seria possível estabelecer um contraste entre a ficção da cidade e a ficção do campo. No tipo urbano, a experiência e a comunidade seriam essencialmente opacas; no tipo campestre, essencialmente transparentes. (WILLIAMS, 2011, p. 278)

Em *A Cidade e as Serras*, o percurso do protagonista é o oposto do que vivenciou o século XIX. Assim, se as pessoas saíram do campo para as cidades, numa profunda transformação da experiência humana, Jacinto sai da cidade em direção ao campo. Não obstante essa inversão, a experiência urbana opaca, em contraposição a uma experiência campestre transparente, permanece – sobretudo ao se considerar a perspectiva do narrador. Se

⁷¹ “O ‘herói’ do romance scottiano é sempre um *gentleman* inglês mediano, mais ou menos medíocre.” (LUKÁCS, 2011, p. 49)

Paris foi uma sucessão de experiências constrangedoras para José Fernandes, dada a opacidade das relações humanas na cidade grande, nas serras portuguesas essas relações são perfeitamente transparentes para o narrador – embora ainda constituam um embaraço para Jacinto.

Assim, todo o esforço de José Fernandes para contradizer o delírio metafísico de Jacinto diante da natureza tem uma razão de ser. Conforme Williams, “[...] a comunidade rural, mais especificamente a aldeia, é o epítome dos relacionamentos diretos: dos contatos face a face nos quais podemos encontrar e valorizar a verdadeira substância dos relacionamentos pessoais” (WILLIAMS, 2011, p. 278). Ou seja, cabe ao narrador introduzir Jacinto a esses relacionamentos diretos – que na cidade não existem, pois são obstruídos por meio de convites formais (que podem ou não ser atendidos); por meio do telégrafo; do telefone; ou mesmo do total estranhamento de Jacinto diante dos habitantes dos bairros boêmios ao redor da basílica. Em Paris, são dois milhões de habitantes mutuamente desconhecidos. Apenas a cultura dos salões talvez preserve, nessa altura do século, algum senso de pertencimento coletivo. Nas serras, todavia, as relações são de outra natureza. Não caberá ao narrador, contudo, a revelação dessa outra forma de convivência humana a Jacinto.

Antes dessa revelação, porém, é preciso recordar a estrutura da obra como um todo até aqui. Cabe notar que o livro, composto de 16 capítulos, é bem dividido: nos oito primeiros a narrativa se passa em Paris e vai até a primeira noite de Jacinto em Tormes; nos outros oito capítulos a narrativa se passa em Tormes (exceto pela ida de José Fernandes a Paris). Mas há uma diferença notória: todos os oito capítulos que se passam na serra vão ficando cada vez mais curtos. Muito provavelmente esse desequilíbrio se dê pelo fato de o livro não ter sido efetivamente finalizado pelo autor. Mas é preciso trabalhar com o que se tem em mãos.

José Fernandes é o narrador observador, que apresenta ao leitor a saga de seu amigo Jacinto. Caberia indagar, antes de tudo, qual o interesse desse narrador, que no presente de sua escrita vive em Portugal, em contar a história de seu amigo fidalgo, que, embora português, sempre viveu em Paris (ao menos até completar seus trinta e quatro anos). Ademais, o romance se passa, justamente, no tempo do *Ultimatum*, mas não há qualquer referência explícita ou envolvimento das personagens com o fato. Ao contrário, quando do ocorrido, Jacinto, aparentemente alheio a tudo, decide ir para Tormes e por lá permanecerá, isolado do mundo.

Jacinto, ademais, como é sempre bom lembrar, em tudo se semelha a Carlos da Maia. Recebem educação similar, partilham de epítetos idênticos (como o de príncipe), moram, em algum momento de sua vida, em um apartamento nos Campos Elíseos, em Paris, e são oriundos de famílias avessas à *Regeneração* (o pai de Jacinto, filho de um miguelista, cospe sangue no outono de 1851; enquanto Afonso da Maia retira-se para Santa Olávia por mais de vinte anos após o suicídio de seu filho Pedro pela mesma época). O percurso de ambos, entretanto, será distinto. Enquanto Carlos da Maia, nos anos da *Regeneração*, experimenta sua tragédia incestuosa em Lisboa antes, para só depois exilar-se em Paris; Jacinto nasce exilado em Paris e decide voltar a Portugal, nos anos do *Ultimatum*, depois de trinta e quatro anos de uma vida de cidadão – e as implicações desse movimento inverso serão oportunamente retomadas.

Para chegar a esse estado de desencanto, Jacinto degusta, antes, de uma existência de muito conforto e de vida social ativa. Até que seu luxo se torne uma dor de cabeça constante com elevadores que emperram, canos de água quente que se rompem (o que, aliás, vira notícia de jornal, conforme se viu), a eletricidade que falha e toda uma civilização que se esfacela. Acresce a isso tudo um passeio ao alto da basílica, de onde é possível a Jacinto ter a visão de toda a desigualdade social da cidade. Nesse contexto, uma carta de Tormes sobre a conclusão do trabalho de traslado dos corpos dos ancestrais do fidalgo que haviam sido levados por um desmoronamento da capela obriga Jacinto a se decidir por uma viagem a Portugal.

O que ocorre em Tormes com Jacinto, no entanto, é uma espécie de ressurreição – nas palavras do narrador. Se antes sua vida era feita de tédio e de relações superficiais, agora pretende investir em uma queijeira em sua propriedade e conhecer as pessoas que trabalham para ele. E é justamente esse contato com os trabalhadores que figura como uma revelação ao fidalgo.

Com uma fortuna assentada na renda da terra, Jacinto pretende proceder a uma pequena revolução (nas palavras do Silvério) em Tormes, ao descobrir que ali há fome. A questão é que sua revolução, além de se limitar a sua quinta, busca acabar com a miséria porque ela compromete, na sociedade, o bom nome da casa aristocrática a qual ele pertence. Ainda assim, será chamado o “pai dos pobres” por onde passa. A grande revelação de que há doença, de que há miséria em Tormes já fora adiantada por Grilo, conforme visto anteriormente – mas o fidalgo não fez caso do comentário do criado. Também não será o narrador a convencer Jacinto das misérias de sua quinta. A revelação surge, justamente, pelo

contato face a face a que aludiu Willliams sobre as relações humanas no campo. O caso é que, antes que José Fernandes retornasse a Guiães, num dia em que o tempo aprazível das serras se transmudaria para uma tempestade cinzenta, Jacinto decide ir à Corujeira com o Silvério para decidirem a sorte de uns castanheiros. A chuva os pega no meio do caminho e acabam buscando abrigo num alpendre. Eis que uma criança surge e Jacinto se depara com a fome e com a doença em sua propriedade:

E, então, surdiu por trás da parede do alpendre um rapazito, muito rotinho, muito magrinho, com uma carita miúda, toda amarela sob a porcaria, e onde dois grandes olhos pretos se arregalavam para nós, com vago pasmo e vago medo. Silvério, imediatamente o conheceu.

– Como vai a tua mãe? Escusas de te chegar para cá, deixa-te estar aí. Eu ouço bem. Como vai a tua mãe?

Não percebi o que os pobres beicitos descorados murmuraram. Mas Jacinto, interessado:

– Que diz ele? Deixe vir o rapaz! Quem é a tua mãe?

Foi o Silvério que informou respeitosamente:

– É a tal mulher que está doente, a mulher do Esgueira, ali do casal da figueira. E ainda tem outro abaixo deste... Filharada não lhe falta.

– Mas este pequeno também parece doente! – exclamou Jacinto. – Coitadito, tão amarelo... Tu também estás doente?

O rapazinho emudecera, chupando o dedo, com os tristes olhos pasmados. E o Silvério sorria, com bondade:

– Nada! este é sãozinho... Coitado, é assim amarelado e enfezadito porque... Que quer Vossa Excelência? Mal comido! muita miséria... Quando há o bocado de pão é para todo o rancho. Fomezinha, fomezinha!

Jacinto pulou bruscamente da borda do carro.

– Fome? Então ele tem fome? Há aqui gente com fome?

Os seus olhos rebrilhavam, num espanto comovido, em que pediam, ora a mim, ora a Silvério, a confirmação desta miséria insuspeitada. E fui eu que esclareci o meu Príncipe:

– Homem! está claro que há fome! Tu imaginavas talvez que o Paraíso se tinha perpetuado aqui nas serras, sem trabalho e sem miséria... Em toda a parte há pobres, mesmo na Austrália, nas minas de ouro. Onde há trabalho há proletariado, seja em Paris, seja no Douro...

O meu Príncipe teve um gesto de aflita impaciência:

– Eu não quero saber o que há no Douro. O que eu pergunto é se aqui, em Tormes, na minha propriedade, dentro destes campos que são meus, há gente que trabalhe para mim e que tenha fome... Se há criancinhas, como esta, esfomeadas? É o que eu quero saber. (QUEIROZ, 2002b, p. 176-177)

A passagem, apesar de relativamente longa, apresenta uma série de elementos complexos. É a primeira vez que, na narrativa, surge um pobre que entra em contato direto com o protagonista. E, como foi possível constatar, a esse pobre menino não é dado sequer o direito de responder ao que se lhe pergunta com as próprias palavras. Sua fome e sua doença são potencializadas pela absoluta miséria verbal. Tudo o que se sabe sobre o pequeno é dito pelo Silvério, que pretende manter o garoto afastado (pois tem medo de ser contaminado por alguma doença), num primeiro instante, para, em seguida, reduzi-lo a mais um, dentre tantos filhos de uma moradora de Tormes, que vive a passar fome. A intervenção do narrador, que se diz socialista, como Jacinto, é cristalina ao esclarecer que não existe riqueza (o ouro australiano), sem exploração do trabalho. Jacinto, o socialista cego para a pobreza até então, há de reduzir tudo a uma questão pessoal: não pode haver pobres em sua terra (quanto à propriedade alheia não há o que se possa fazer).

Trata-se de um socialismo que se rende ao jogo social aristocrático em tudo: defende a propriedade privada e estabelece uma relação estapafúrdia entre o brilho e o esplendor de seu nome e de sua casa e a ausência de fome, doença e privação de seus empregados. O mínimo da dignidade humana (para os colonos) é transformado em traço de distinção social (para Jacinto). Daí a referência que se faz, neste trabalho, a um socialismo de propriedade. E é justamente assim que se procede: Jacinto, como se fora um pequeno Napoleão III, manda construir casas novas a todos os vinte e sete rendeiros da quinta (o que para Silvério é uma revolução), além de mandar o médico de Guiães visitar Tormes até que a mãe do menino esteja restabelecida. Haverá ainda outras medidas civilizatórias a serem empregadas, mas tudo a seu tempo.

Por ora, José Fernandes retorna a Guiães, conforme o planejado, e desde então passará a fazer visitas regulares com sua égua a Tormes. Essa intimidade desperta vagos ciúmes em tia Vicência, que por curiosidade desejaria conhecer o fidalgo. O narrador é direto: “– Sossegue, tia Vicência, que o trarei agora, para o dia dos meus anos, a jantar... damos uma

festa, haverá um bailarico no pátio, e vem aí toda essa senhorama dos arredores. Talvez até se arranje uma noiva para o Jacinto” (QUEIRÓS, 2000b, p. 185). Conforme já adiantado, o interesse do narrador em seu príncipe está em estabelecer laços estreitos com o fidalgo – e pretende fazer isso por meio do matrimônio entre Jacinto e a prima Joaninha. Está claro que as conversas sobre mulheres sejam corriqueiras entre os dois amigos, mas Jacinto mantém a mesma postura que apresentara diante de Ana Vaqueira – as mulheres da serra não têm o perfume, a graça, a elegância e o requinte das parisienses aristocráticas que pertenciam a seu círculo. José Fernandes cogita uma variedade de possibilidades e chega mesmo a sugerir alguma amante a Jacinto, mas como este renunciasse aos deveres da civilização, não há remédio. O intuito do narrador, de fato, é desfazer das mulheres dos arredores para exaltar apenas uma diante do amigo:

E quem mais? Já agora, quero completar a lista do pessoal feminino. Temos a Melo Rebelo, de Sandofim, muito engraçada, com cabelo lindo... Borda na perfeição, faz doces como uma freira do Antigo Regime... Havia também uma Júlia Lobo, muito linda, mas morreu... Agora não me lembro de mais. Mas falta a flor da Serra, que é a minha prima Joaninha, da Flor da Malva! Essa é uma perfeição de rapariga. (QUEIRÓS, 2000b, p. 187)

Se é tão perfeita assim essa prima, questiona Jacinto, como José Fernandes tem resistido? Seriam como irmãos, segundo o narrador. Mas tardará ainda uma visita do fidalgo aos seus vizinhos. Jacinto agora anda atarefado com as obras nas casas de seu povo em Tormes. Chegara mesmo a encomendar ao seu arquiteto, em Paris, o plano duma escola para ser erguida ali. Por essas e por outras se espalhará pela serra sua fama de benfeitor. O Silvério chega mesmo a cogitar que Jacinto em breve disporia de mais votos nas eleições que o Dr. Alípio. Era, como dizia o velho João Torrado, El-Rei D. Sebastião, que voltara. A situação de Jacinto, por essa altura, talvez fosse semelhante à de Gonçalo Ramires, em Santa Irineia, mas o caso é que o Príncipe da Grã-Ventura há de ter um bom motivo para não sair da sua serra – nem pelo Parlamento, nem pelo prazo na Zambézia.

Eis que chega o dia dos trinta e seis anos de José Fernandes, em setembro, e finalmente Jacinto haverá de comparecer ao seu baile, a fim de conhecer algumas famílias amigas dos arredores. Lá pelas dez horas da manhã, José Fernandes se desespera ao receber

uma carta de sua prima Joanhina, em que ela alegava não poder comparecer ao baile por conta de um leicença (furúnculo) de seu pai.

Assim, segundo relata o narrador muito brevemente, a festa de seu aniversário não teve brilho algum e Jacinto, vestido como um Príncipe de fato, causou certo estranhamento entre os demais convivas. Para piorar, José Fernandes, ao jantar, tenta quebrar o silêncio pesado entre os seus convidados relembando histórias de Paris e do salão de Jacinto. Elevadores emperrados e peixes raros, todavia, não faziam o menor sentido para as pessoas da serra. Há, ademais, uma situação bastante peculiar ao fim da ceia. D. Teotônio, chamando Jacinto, numa voz respeitosa, ergue seu copo e faz um brinde ao ausente. Jacinto não compreendera o gesto. José Fernandes tampouco. Mas o Dr. Alípio explica durante o café e o charuto: “– Espero que ao menos, cá por Guiães, não se erga de novo a força!...” (QUEIRÓS, 2000b, p. 202). O caso era que D. Teotônio considerava Jacinto um ferrenho miguelista, como o avô, e que sua inesperada vinda a Tormes seria uma missão política – talvez uma tentativa de Restauração. Residia nessa suspeita a desconfiança e o assombro dos homens diante da figura de Jacinto. Aquele fidalgo tão rico e de civilização tão superior parecia ser uma sombra das velhas ideias que incomodavam os liberais ali presentes. Corria mesmo o boato de que o príncipe D. Miguel (filho de Miguel I) estivesse com Jacinto em Tormes. A referência à força está relacionada, justamente, à pena de morte que os miguelistas impunham aos liberais durante a guerra civil. Era Jacinto já vítima das fofocas da serra, portanto. Não se dera por rogado e passou o resto da noite a palrear com as senhoras. Depois que todos se foram, confessa a José Fernandes que não desfizera o delírio de D. Teotônio e achara aquilo tudo sublime – Jacinto, um miguelista! Para tia Vicência, no entanto, o fidalgo prefere explicar que é um socialista.

O fato é que o *Ultimatum* não deixara pedra sobre pedra e o imaginário popular era fértil em conjecturas. República, restauração, socialismo – tudo era possível.

Logo no dia seguinte à festa pelos anos de José Fernandes, ele e Jacinto vão a passeio à Flor da Malva, sob o pretexto de uma visita ao tio Adrião. Na verdade, o que move o narrador é a “curiosidade interessada, e até inquieta, de testemunhar a impressão que daria ao meu Príncipe aquela nossa prima Joanhina.” (QUEIRÓS, 2000b, p. 207). O fato é que, depois de pararem na taverna do Torto para um copo de vinho branco e ouvirem por lá Jacinto ser louvado como o pai dos pobres, os amigos chegam a Flor da Malva e não encontram ninguém. Após desistirem de encontrar a prima, eis que ela surge à porta, risonha e com

largos olhos negros. Da impressão que aquele encontro fez em Jacinto, nada se sabe. O narrador se limita a comentar: “E foi assim que Jacinto, nessa tarde de Setembro, na Flor da Malva, viu aquela com quem casou, em Maio, na capelinha de azulejos, quando o grande pé de roseira se cobrira todo de rosas” (QUEIROZ, 2000b, p. 214).

A história de amor entre Jacinto e a prima Joaninha, portanto, está resumida às três últimas linhas do capítulo 14. Eis aqui, como um desdobramento da forma narrativa adotada, um dos dados formais mais relevantes da obra. Essas três linhas seriam o equivalente, conforme as proporções, ao salto temporal experimentado em *The Portrait of a Lady* (1881), de Henry James, depois que Isabel aceita se casar com Osmond – uma vez que o capítulo 15 de *A Cidade e as Serras* indica um salto temporal de cinco anos depois desse encontro. Parece claro, tanto para Eça quanto para James, que o objeto do romance realista não é mais, necessariamente, a história de amor – senão a defesa de uma ideia.

Ocorre que a ideia intrínseca ao romance de Eça, a de que a simplicidade das serras portuguesas é melhor do que a cidade de Paris (ao menos para o aristocrata que possa optar entre uma e outra), é, conforme Raymond Williams, uma “visão reacionária que idealiza o campo e o contrapõe à cidade” (WILLIAMS, 2011, p. 307). Não será necessariamente nesses termos, todavia, que esta análise procederá. De fato, uma contraposição superficial entre campo e cidade limitaria as possibilidades de interpretação. Nesse sentido, consoante o proposto desde o início, o que está em jogo é a tensão entre a cidade de Paris como centro do capitalismo, de um lado, e a serra de Tormes, em Portugal, como periferia do sistema. Se em Paris há uma reforma urbana sem precedentes, com bulevares e largas avenidas surgindo da noite para o dia, em Tormes há fome e doença – ainda que ali se produza riqueza. Nesse sentido, para ficar em apenas um dado comparativo, enquanto a renda anual que Gonçalo Mendes Ramires busca receber pela sua propriedade, nas negociações com o Casco, beira pouco mais, pouco menos de um conto, Jacinto é um rentista de mais de cem contos. Mesmo o prazo de Gonçalo em África não ultrapassará os oitenta contos para a venda.

De modo que, se Tormes é periferia em relação à Europa, a mesma Tormes também seria centro em relação à África. Ocorre que, no caso de *A Cidade e as Serras*, a resposta que Eça busca dar ao *Ultimatum* é um pouco distinta daquela observada em *A Ilustre Casa de Ramires*. Em momento algum são mencionadas riquezas de Jacinto em África, ou qualquer ligação de sua família e de seus antepassados com aquele continente – há apenas a sugestão de que seria possível explorar esmeraldas, ainda assim na Birmânia, que fica no sudeste

asiático. A riqueza que sustentou Jacinto em Paris por trinta e quatro anos vinha de Tormes e das outras propriedades da família em Portugal. É dizer, a renda que permite uma vida civilizada e luxuosa no centro (Paris) é uma espoliação sistemática imposta pelo capital aos trabalhadores da periferia (Tormes).

Assim, ainda que lá estejam o *Ultimatum* e o imperialismo sobre a África, como causas ausentes, conforme demonstrado ao longo do trabalho, o silêncio sobre ambos é revelador. O intuito do autor implícito, por intermédio da perspectiva restrita do narrador, é chamar a atenção para outra dualidade. Se em *A Ilustre Casa de Ramires* o centro e a periferia surgiam na relação entre Portugal e África respectivamente, em *A Cidade e as Serras* Portugal passa a ser periferia e a Europa (Paris) o centro – e é justamente por isso que ambos os romances devem ser lidos em conjunto, como respostas ao *Ultimatum*.

Parece claro, portanto, que tanto num caso quanto no outro os romances fazem parte de um mesmo projeto que busca superar a crise de 1890. Enquanto Gonçalo reafirma o destino do aristocrata português de fazer da África um Portugal maior (quando, por ironia, já não há mais África possível)⁷², como uma forma de negar o *Ultimatum*, conforme a análise proposta, e, ao mesmo tempo, reafirmar sua posição de centro de um império mundial; Jacinto, por sua vez, será o aristocrata português que, ao descobrir as mazelas da periferia do sistema, busca fazer de Portugal um país melhor. Ocorre que em ambos os casos o destino é ambivalente – da mesma forma que Portugal o é ao oscilar ora como centro, ora como periferia. Gonçalo há de se lançar em África quando as colônias já não são mais uma possibilidade de grandeza como se sonhava que fossem antes do *Ultimatum*. Jacinto procede à introdução de melhorias na vida das pessoas, mas limita seu socialismo à extensão de suas posses.

Ademais, se o diálogo irônico entre a narrativa do presente e a narrativa histórica de Gonçalo constitui o esqueleto formal de *A Ilustre Casa de Ramires*, a ironia de *A Cidade e as Serras* residirá na ambivalência de um narrador que emula e idealiza seu protagonista (tal qual Dâmaso Salcede em relação a Carlos da Maia) e, ao mesmo tempo, planeja para ele um destino a seu ver grandioso, fazendo dele um homem casado com uma moça das serras portuguesas. Parece pouco provável que o autor implícito de *A Cidade e as Serras* de fato

⁷² “Naquelas últimas décadas do século XIX, o desejo de império convivia, nos portugueses, com a tentação de abandonarem as terras africanas, que para muitos só davam despesas e desgostos.” (Alberto da Costa e Silva, in BERRINI, 2000, p. 14)

acreditasse nessa possibilidade como a melhor e única possível (recorde-se que se trata de romance semipóstumo, não revisado de todo pelo autor). O grande problema, no entanto, tanto num caso quanto no outro, é que não há muitas saídas possíveis para o homem português depois do *Ultimatum*. Se não são essas as melhores saídas (refugiar-se na serra ou lançar-se para África), são, entretanto, das poucas que há.

Para que se possa elucidar a resposta de *A Cidade e as Serras* ao *Ultimatum*, portanto, é preciso que reste claro ao leitor que o projeto de José Fernandes, desde que chegara às serras, sempre fora o de casar sua prima Joanhinha com seu amigo fidalgo – e eis aí todo o interesse do narrador em Jacinto⁷³. As três linhas que José Fernandes dispensa ao grande encontro amoroso, a partir desse dado, ganha outra dimensão. Afinal, se esse casamento era tão importante assim, por que está resumido a três linhas? Justamente porque o interesse está no que esse enlace representa, ou seja, a ideia (ou tese) defendida pelo autor implícito de que Jacinto deve optar pelas serras portuguesas – algo que só se concretiza ao prendê-lo ali pelo laço matrimonial. A dúvida talvez paire no ar pelo fato de José Fernandes não ser, de modo algum, o responsável pela decisão tomada por Jacinto de deixar Paris em direção a Tormes. Daí, justamente, a distinção ora feita entre autor implícito e narrador. O narrador, neste caso, é uma escolha do autor implícito. José Fernandes, de fato, jamais cogitara a ida do fidalgo a Portugal, mas, uma vez que Jacinto tenha se afeiçoado das serras, nada mais conveniente que por lá permaneça.

E, de fato, Jacinto cria raízes. Nesse salto temporal de cinco anos, o Príncipe da Grã-Ventura, que afirmava ser o último de sua estirpe (assim como Carlos da Maia e, talvez, como Gonçalo Mendes Ramires), já não é o último Jacinto – é pai de uma menina, a Teresinha, e de um menino, o Jacintinho. A paternidade, ademais, segundo o narrador, despertara no fidalgo alguma responsabilidade – pois possuía agora um caderno de contas. E esse detalhe é significativo, uma vez que o autor implícito busca incutir a disciplina burguesa do trato com a renda e a despesa ao aristocrata dispendioso.

Conforme José Fernandes, pouco antes do nascimento da Teresinha, Jacinto mandou subir os famosos caixotes encalhados em Alba de Tormes, na Espanha, para as serras. Os confortos da civilização mais complicados, todavia, foram parar nos sótãos. Jacinto só quis

⁷³ Um traço típico da sociedade de corte, a que Elias atribui suma importância, é o da necessidade que os sujeitos têm de estarem próximos de alguém que lhes é superior (o rei, o príncipe, o conde, depende do contexto) a fim de gozarem desse prestígio (Cf. ELIAS, 2001, p. 109).

alguns tapetes, cortinas, poltronas e sofás. Sua única extravagância foi instalar uma linha telefônica. Ainda assim, restrita a uma ligação entre Tormes e à casa do sogro, do médico e, mais tarde, à casa de José Fernandes. Para o narrador, são demonstrações de que Jacinto estabelecera o equilíbrio na vida – depois de ter sido por tanto tempo um príncipe sem principado.

Quanto à Paris, o que ocorre, ao final, são constantes ideias de Jacinto de regressar ao 202, por alguns meses, para mostrar a cidade à Joanhinha. O plano, todavia, é sempre, e eternamente, adiado. José Fernandes, por sua vez, após realizar o feito de unir em matrimônio a prima e seu amigo Jacinto, confessa que “andava então sofrendo de desocupação” (QUEIROZ, 2000b, p. 219). Justamente, se esteve ocupado até então em apresentar a prima ao fidalgo, de fato deve estar desocupado... Mesmo aquela Ana Vaqueira, agora viúva, que sortia as necessidades de seu coração, havia recentemente partido para o Brasil com o irmão. Sem ter mais que fazer, parte José Fernandes, só, para Paris.

Já no caminho, no trem, o narrador encontra, muito por acaso, claro, o Duque de Marizac. José Fernandes, empolgado, conta da nova vida de Jacinto nas serras – a natureza, o casamento, os filhos. O Duque, por sua vez, passados cinco anos, muito curiosamente nada tem para contar. Tudo e todos continuam como estavam... O contraste entre a vida estagnada, numa cidade aparentemente dinâmica, e o correr da vida familiar, numa serra aparentemente desinteressante é surpreendente.

A sensação não se desfaz depois de passada a primeira noite no *Grand Hotel*. Para José Fernandes não há mais novidade em Paris – tudo ali parece ser uma eterna repetição. Uma singela pilhéria trocada entre ele e um criado, todavia, diz muito sobre o que de fundamental mudou na cidade. Ao pedir um vinho, o criado indaga: “– E que vinho, Sr. Conde?”; ao que o narrador responde: “– Chablis, Sr. Duque!” (QUEIRÓS, 2000b, p. 222). O riso do criado ao ouvir a resposta é o sinal de que a aristocracia, ao ser objeto de chacota, tem seus dias contados. Mesmo no jornal que José Fernandes folheia, não há nada de novo. Em meio a toda a balbúrdia do *boulevard*, fica entontecido e crê que o sossego da serra nos últimos cinco anos o tenha mudado:

Bem certamente estava ali como perdido num mundo, que me não era fraternal. Quem me conhecia? Quem se interessaria por Zé Fernandes? Se eu sentisse fome, e o confessasse, ninguém me daria metade do seu pão.

Por mais aflitamente que a minha face revelasse uma angústia, ninguém na sua pressa pararia para me consolar. (QUEIRÓS, 2000b, p. 223-224)

O que o narrador expõe aqui é, justamente, a natureza opaca das relações na cidade grande, como já apontou Raymond Williams. Naquela multidão, conforme Jacinto, só há dois impulsos vitais: o lucro e o gozo – encher o bolso e saciar a carne.

A caminho do 202, José Fernandes, por conta de mais uma incrível coincidência romanesca, encontra o Grão-Duque Casimiro. O encontro com o Grão-Duque não fora muito diferente daquele com o Duque de Marizac – salvo talvez pelo fato de Vossa Alteza também andar aborrecido com a mesmice de Paris. Já no palacete, o sentimento de José Fernandes é de solidão. O 202, com todo seu aparato de civilização, mais se parece, conforme o narrador, com um museu...

Mais tarde, José Fernandes vai ao teatro, para uma comédia. Depois toma um chá, enquanto observa duas prostitutas importadas de Madagascar, quando a França ocupou a ilha – como explica o criado. Os demais dias se passam da mesma forma, com José Fernandes passeando pela cidade de sua juventude.

Numa visita à Sorbona, todavia, o narrador estranha o comportamento indisciplinado dos rapazes e exige, num grito, a uma dada altura, que eles se calem. Um deles parte para cima de José Fernandes e berra: “*Sale Maure!*” (QUEIRÓS, 2000b, p. 230). Com seus punhos serranos, o narrador deixa o rapaz todo ensanguentado e decide, após essa dura revelação de que aos olhos da civilização ele não passa de um *mouro imundo* vindo dos confins da periferia, abandonar Paris até nunca mais. O que a cidade tem de bom, que é o seu gênio, ele poderia receber pelo correio.

3.3 Periferia e Centro

We have implied that in order to be consequent, the will to read literary or cultural texts as symbolic acts must necessarily grasp them as resolutions of determinate contradictions; and it is clear that the notion of contradiction is central to any Marxist cultural analysis. (JAMESON, 1982, p. 80)

Temos quase tudo por fazer – tudo teríamos a refazer. Teríamos antes de tudo de criar riqueza [...], como povo agrícola que somos, pelos meios que o saber positivo tem indicado e que a política tem desdenhado. Criar riqueza, através do fomento rural – repovoando o reino pela colonização interior; metodizando as culturas; congregando a propriedade excessivamente fragmentada; criando o crédito rural; dirigindo o aproveitamento das águas públicas e organizando a economia hidráulica; fazendo a repovoação florestal do país; regulando o exercício da caça e da pesca, etc., etc. Teríamos ainda de fundar indústrias, nacionalizando os fornecimentos públicos para as fazer viver, e nacionalizando os transportes para as fazer circular... [...] teríamos então de alargar a nossa marinha de guerra, reorganizar nosso exército, construir as defesas dos nossos portos. Teríamos ainda a reformar o ensino científico, e fundar seriamente o ensino técnico. (QUEIROZ, 2000, Vol. III, p. 1511)

A retomada, numa das epígrafes desta seção, das considerações de Eça, em um dos artigos escritos para a *Revista de Portugal*, sobre o que deveria se seguir ao *Ultimatum* é imprescindível para o próximo passo neste trabalho. Já havia sido adiantado, no primeiro capítulo da tese, que o programa de reformas proposto pelo romancista no artigo guardava certa semelhança com os projetos de Jacinto em Tormes. Se voltarmos na análise, será possível recordar que, ao final de *A Ilustre Casa de Ramires*, o leitor tem em mãos o dilema de Gonçalo entre passar o resto da vida com 500 contos ao pé de Rosinha na sua Torre; e quedar distante num prazo na Zambézia que não chega a valer 80 contos. Supondo que Gonçalo optasse, definitivamente, por África, a permanência de Jacinto nas serras seria, justamente, a outra ponta do dilema – gozando, todavia, uma renda mais modesta, de pouco mais de 100 contos, ao pé de Joaninha e de um casal de filhos.

Nesse sentido, importa também retomar a crítica do administrador João Gouveia a Gonçalo:

– Olhe, sra. D. Graça, acredite Vossa Excelência, sempre era melhor arranjo para o Gonçalo que a África... Eu não acredito nesses prazos... Nem na África. Tenho horror à África. Só serve para nos dar desgostos. Boa para vender, minha senhora! a África é como essas quintarolas, meio a monte, que a gente herda de uma tia velha, numa terra muito bruta, muito distante, onde não se conhece ninguém, onde não se encontra sequer um estanco; só habitada por cabreiros, e com sezões todo o ano. Boa para vender. (QUEIROZ, 2000a, p. 325)

Ora, guardadas as devidas proporções, quem é Jacinto senão o proprietário dessa quintarola herdada numa terra bruta e distante, em que não se conhece ninguém e com estações todo o ano? E se, conforme Gouveia, essas quintas são como um prazo na África, o Jacinto de *As Cidades e as Serras* será justamente a outra resposta necessária ao *Ultimatum* que ficara ainda em suspenso ao final de *A Ilustre Casa de Ramires*. Assim, seja num prazo da Zambézia, seja numa quintarola longínqua, em Tormes, o que resta à elite portuguesa é fazer prosperar a terra – com largas e necessárias reformas. Resta claro que Eça não confiava no burguês para esse projeto reformista. Talvez, a princípio, não confiasse nem mesmo no aristocrata – como é possível perceber pela esterilidade dos projetos de Carlos da Maia e de João da Ega, n’*Os Maias*. Após o *Ultimatum*, todavia, com o advento dos republicanos e de toda a sorte de aventureiros que propunham ocupar aquele momentâneo vácuo de poder, Eça sugere uma aristocracia reformadora – seja pela negação da política parlamentar (Gonçalo), seja pela promoção de um socialismo de propriedade (Jacinto). A revolução portuguesa, conforme sugerido logo no início do trabalho, haveria de ser conservadora, portanto. Assim, enquanto as reformas elencadas na epígrafe não fossem promovidas pelo Estado, o dever da iniciativa caberia ao proprietário rural tradicional, empenhando seu capital no que fosse indispensável à infraestrutura e atendendo, sobretudo, à necessidade dos trabalhadores empobrecidos – mormente moradia, alimentação, saúde e instrução.

Claro está que esse socialismo de propriedade praticado por Jacinto esbarra no conceito marxista⁷⁴ de que os homens são agentes da própria história, ainda que sob circunstâncias sobre as quais não exerçam controle algum – justamente porque ignora o papel da classe trabalhadora organizada como agente social politicamente relevante. Na verdade, essa proposta conservadora, uma vez que não põe em questão a exploração do trabalho como traço fundamental das relações de classe, de fato exclui o homem como sujeito da história. O horizonte do romancista português, claro está, não tem como referência os anos revolucionários de 1848 ou o de 1871. E, embora tenha instalado Jacinto no coração de Paris, também não é possível afirmar que o autor implícito esteja exaltando a reurbanização operada por Napoleão III. Mesmo a nova *persona* urbana que surge na Cidade Luz, de que fala David Harvey, é retrata de forma bastante crítica no romance – sobretudo quando o narrador avalia a

⁷⁴ “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.” (MARX, 2011, p. 25)

vida social que Jacinto levava em Paris. O projeto defendido na obra, portanto, é de outra natureza e parte de outras premissas⁷⁵. Em momento algum as reformas sugeridas para as serras pretendem reproduzir o modelo parisiense. O que o autor implícito propõe, por meio do seu narrador, é mais do que uma reforma – é a edificação de uma nova sociedade que, dado o seu atraso relativo, necessita de quase tudo para se desenvolver. Em suma, é o reconhecimento de que Portugal, com ou sem império, é, estruturalmente, periferia do capitalismo.

Nesse sentido, retomando o método proposto por Jameson, o ato social simbólico por excelência de Jacinto é, muito claramente, a opção pelas serras – quando poderia, como convém aos homens de sua classe, cerrar os olhos para a miséria em sua propriedade e seguir sua vida diletante em Paris. Mas é claro também que esse ato deve encerrar a contradição fundamental do processo histórico. E é só pela forma, sempre, que se chega à ideologia subjacente ao ato social simbólico revelador dos discursos de classes antagônicos (Cf. JAMESON, 1982, p. 76).

Assim, sendo o aspecto formal de maior relevância para o romance o discurso que um narrador-personagem constrói sobre seu protagonista, qual seria, então, a razão fundamental de José Fernandes, enquanto personagem, para escrever essa pequena biografia⁷⁶ sobre o seu Príncipe? Em outras palavras, o que diz ao leitor, de uma perspectiva ideológica, a forma de um narrador-personagem em *A Cidade e as Serras*? Se a forma é conteúdo sedimentado, o que essa forma teria a dizer? Recordando, José Fernandes é o serrano periférico que se encanta pelo centro da civilização no final do século XIX – como qualquer português da mesma origem e condição se encantaria no lugar dele. E esse é o primeiro dado importante: o

⁷⁵ Vale como referência, para entender a organização política e econômica do campo em Portugal, dada a relativa semelhança, o que Raymond Williams observa no caso da Inglaterra: “[...] sempre houve uma contradição no capitalismo agrário inglês: sua economia era a de uma ordem mercantil; sua política era a de uma oligarquia de aristocratas e proprietários rurais, que exercia disciplinas e controles ‘tradicionais’ bem diferentes.” (WILLIAMS, 2011, p. 304)

⁷⁶ “O caráter popular da forma biográfica no romance histórico atual provém antes do fato de que seus mais expressivos representantes desejam contrapor ao presente grandes personagens modelares do ideal humanista, apresentando-as como exemplos” (LUKÁCS, 2011, p. 366). O exemplo aqui é o *Wilhelm Meister*, de Goethe. Jacinto, da mesma forma, é biografado, mas não é personagem histórica. E a ideia é esta mesma: o biografado se torna a referência humanista – sempre na forma do romance histórico. O problema é que a dimensão psicológica desse tipo de romance enfraquece “a grande reviravolta histórica, que constitui o conteúdo realmente central desses romances” (LUKÁCS, 2011, p. 389). No caso de *A Cidade e as Serras*, por não se tratar de um romance histórico, o que ocorre, a partir da forma biográfica, é a personagem de Jacinto se tornar uma referência humanista, após uma reviravolta histórica sem precedentes (*Ultimatum*).

narrador, dado o seu perfil, consegue estabelecer algum tipo de identidade entre ele e o seu leitor. Para ficar em apenas um exemplo desse encanto que a chamada civilização exerce sobre o imaginário periférico, basta lembrar Teodorico Raposo e seu sonho de viajar a Paris – e não a Jerusalém, como determina sua tia.

José Fernandes há de recorrer à escrita, justamente, porque precisa compreender o que para ele figura uma contradição fundamental: como seu Príncipe, Jacinto, ousa trocar Paris pelas serras portuguesas, isolando-se na periferia? Aquilo que seria apenas mais uma das excentricidades de seu Príncipe (visitar Tormes) acaba por se tornar uma virada na vida de Jacinto e, conseqüentemente, uma afronta ao entendimento do narrador. Tendo a família dos Jacintos abandonado o país quando a crise da sucessão dinástica se conformara, finalmente, no arranjo político da *Regeneração* (1851), qual o sentido de regressar a Portugal (e ali permanecer) justamente no auge da maior de todas as crises (o *Ultimatum* de 1890)? Importante notar que, no seu percurso narrativo, em busca do entendimento necessário sobre a repentina mudança de valores e de comportamento de um aristocrata que José Fernandes aprendera a emular desde os tempos de escola, o narrador não perderá a oportunidade de se juntar à família dos Jacintos ao promover, com bastante empenho aliás, o enlace de seu amigo com a prima Joaninha.

Mesmo assim, não satisfeito e sofrendo de desocupação, José Fernandes ainda volta à Paris, a fim de reencontrar o antigo encanto que a civilização havia lhe proporcionado. A triste figura das prostitutas de Madagascar, explicitando as relações do centro com a periferia, e, sobretudo, o grito de “mouro imundo”, proferido por um estudante, acabam por situá-lo definitivamente, todavia, no mundo. Considerando o que Lourenço⁷⁷ afirma sobre a imagem que o português tem de si mesmo, ao cidadão médio lusitano seria muito difícil compreender sua condição periférica se Jacinto houvesse circulado somente entre Lisboa e as serras – como fazia Carlos da Maia entre Lisboa e Santa Olávia, como fazia Gonçalo Ramires entre Lisboa e Santa Irineia. É por isso que Jacinto deve estar situado em Paris. Embora o Príncipe da Grã-Ventura seja reconhecido como um aristocrata em qualquer parte do mundo, o mesmo não ocorreria com o narrador, com quem o leitor há de estabelecer uma relação necessária de identidade e [des]confiança. O esteio formal, nesse sentido, de um narrador-personagem, é fundamental para a biografia que se deseja erigir – tanto a de Jacinto, quanto, em certa

⁷⁷ “[A] mais sumária autópsia da nossa historiografia revela o *irrealismo* prodigioso da imagem que os Portugueses se fazem de si mesmos.” (LOURENÇO, 2012, p. 23)

medida, a do próprio José Fernandes. Na verdade, os amigos funcionam como as duas faces de uma mesma moeda – a de um país cuja contradição fundamental é ser, a um só tempo, periferia e centro, mas que o autor implícito deseja que se identifique, ao fim, com a periferia, na figura de José Fernandes (e não com a de um suposto centro, na figura de Jacinto).

Acresce que, mais uma vez, da mesma forma que Jacinto é reconhecido como aristocrata em qualquer parte do mundo (e vive como tal em Paris, conforme se observa pelas suas relações e pelos frequentadores do 202), José Fernandes, esse pequeno proprietário das serras, que quis a sorte fosse vizinho de Tormes, seria reconhecido, também em qualquer parte do mundo, como um mouro imundo, dos confins de alguma periferia. A forma adotada, portanto, implica uma distinção de classe necessária e fundamental entre o narrador e o seu protagonista. Por fim, como não se poderia deixar de mencionar, José Fernandes foi certamente de uma utilidade imprescindível ao narrar tudo em bom português, entregando ao leitor todos os diálogos travados em Paris já vertidos em vernáculo.

Embora os esforços, neste trabalho, até aqui, tenham sido no sentido de expor as respectivas contradições de cada romance, resta ainda elucidar, conforme proposto ao início desta análise, a contradição fundamental nesses dois últimos romances de Eça quando lidos como uma unidade. Nesse sentido, se em *A Ilustre Casa de Ramires* o centro e a periferia figuram na relação entre Portugal e África respectivamente, em *A Cidade e as Serras* Portugal passa a ser periferia e a Europa (Paris) o centro – e é justamente por isso que ambos os romances devem ser lidos em conjunto, como respostas ao *Ultimatum*.

Se a crise de 1890 coloca em dúvida a posição de Portugal no mundo, a resposta a ser dada será conforme a perspectiva de classe. Da perspectiva de Gonçalo, bem como do povo português que rejeita a subserviência parlamentar, Portugal ainda pode exercer seu papel de centro e reafirmar sua posição imperialista – se assim julgar melhor. E essa postura não necessariamente significava aprovar as práticas colonialistas que Portugal exercera então sobre a África, mas tão somente negar o *Ultimatum* como uma imposição arbitrária sobre a soberania lusitana. Dito de outro modo, a resposta que *A Ilustre Casa de Ramires* dá ao *Ultimatum*, ao negá-lo, também pode ser entendida como uma reafirmação daquela existência portuguesa que começara a doer – conforme assinalou Lourenço.

Já da perspectiva de José Fernandes, a partir da transformação operada pela experiência de Jacinto nas serras, Portugal abandona seu papel ilusório de centro e se olha no

espelho para se reconhecer como periferia. E, caso queira deixar de ser periferia, a resposta sugere que se deva proceder a um amplo projeto de reformas – tal qual a incipiente e limitada iniciativa de Jacinto em Tormes. Ocorre que, conforme assinalado anteriormente, há uma crítica subjacente ao socialismo de propriedade praticado pelo fidalgo. Retomando, uma vez mais, o administrador Gouveia e suas opiniões sobre a África:

Porque também ele [o senhor administrador do concelho], como o Governo, venderia Lourenço Marques, e Moçambique, e toda a Costa Oriental! E às talhadas! Em leilão! Ali, toda a África, posta em praça, apregoada no Terreiro do Paço! E sabiam os amigos porquê? Pelo são princípio de forte administração (estendia o braço, meio alçado do banco, como num Parlamento)... Pelo são princípio de que todo o proprietário de terras distantes, que não pode valorizar por falta de dinheiro ou gente, as deve vender para consertar o seu telhado, estrumar a sua horta, povoar o seu curral, fomentar todo o bom torrão que pisa com os pés... Ora a Portugal restava toda uma riquíssima província a amanhar, a regar, a lavrar, a semear – o Alentejo! (QUEIROZ, 2000a, p. 35)

Ora, se Tormes não está propriamente no Alentejo, não custa lembrar que Jacinto também tinha terras por lá. Resta claro, nesse sentido, que o conserto de Jacinto pelos telhados de sua propriedade implica uma resposta à crítica contundente de Gouveia, que compunha a principal voz dissonante diante da aventura de Gonçalo em África. Ainda que não se constitua da forma mais adequada, o socialismo de propriedade de Jacinto é uma crítica possível, justamente, na medida em que incorpora, na sua prática, o que o administrador do concelho havia aventado apenas em tese.

Talvez a análise feita sobre *A Cidade e as Serras* pudesse ter se aprofundado em algumas dessas questões, caso Eça tivesse tido tempo hábil para rever toda a obra e preencher algumas lacunas que podem ser observadas aqui e ali. Dessa forma, assim como a partida para a África de Gonçalo, em *A Ilustre Casa de Ramires*, foi algo decidido pouco antes da publicação em livro, conforme apontado anteriormente, muito provavelmente um ou outro elemento necessário ao equilíbrio de *A Cidade e as Serras* haveria de ser introduzido na narrativa – como no caso dos recursos necessários para a viagem que José Fernandes empreende pela Europa após confessar ter gastado todo seu dinheiro disponível com a amante. Lacunas dessa natureza, embora existam, não comprometem, todavia, o percurso da

obra como um todo. Até por isso talvez se justifique a proposta aqui defendida de que os dois romances devam ser lidos em conjunto, como respostas alternativas e complementares ao *Ultimatum*. Abordar *A Cidade e as Serras* como mero embate entre civilização e natureza é ignorar não só o que representa Paris ao final do século XIX, mas também o trauma que fora o *Ultimatum* inglês para a existência portuguesa.

Assim, os caminhos aqui propostos, ao cruzarem centro e periferia, história e ficção, crise e representação artística, processo social e forma literária, foram tão somente um esforço para lançar uma nova luz sobre essa monumental obra que Eça de Queirós legou à posteridade.

4. Considerações Finais

Os testemunhos deixados pelos ‘Vencidos’ permitem sustentar que não teria havido um projecto consolidado de intervir na marcha da política, através da criação de um novo agrupamento partidário. Mas parece inegável que, se não todos, pelo menos a esmagadora maioria dos elementos da tertúlia já nada esperava dos próceres e dos partidos que tinham conduzido à beira do abismo a ‘vida velha’ do constitucionalismo monárquico. (OLIVEIRA MARQUES, 2002, p. 376)

A periferia do capitalismo, como é o caso de Portugal ao fim do século XIX, a rigor não experimentou do mesmo modo que no resto da Europa as rupturas da história que tiveram como palco o centro do sistema. Da mesma forma, a crise do romance, como representação de um determinado estado de coisas, não poderia ter sido abordada aqui da mesma maneira que fora em relação às literaturas do centro, uma vez que, na periferia, essa crise encontra soluções distintas daquelas que se sucedem algures.

Se, para Eça, o esforço era defender, sobretudo n’*Os Maias*, a possibilidade do florescimento de uma sociedade burguesa por meio de um arranjo de classes que não poderia prescindir da aristocracia pátria, conforme os termos da *Regeneração* e do precedente da Revolução Gloriosa de Inglaterra (na qual Portugal se espelhava por conta de uma aliança estratégica centenária e ilusória), a partir do *Ultimatum* não haverá qualquer possibilidade de seguir nessa crença em um Portugal burguês, modernizado e industrial. Mesmo antes, o ceticismo de Eça já levava a crer que Carlos da Maia, ainda que fosse o que de melhor houvesse na elite portuguesa, por não deixar descendentes, impossibilitaria o surgimento de uma sociedade burguesa a partir dos pressupostos apresentados no romance – ainda que essa possibilidade exista dentro da obra a partir de outros arranjos entre as personagens.

Já Gonçalo Mendes Ramires, por sua vez, será o aristocrata mais antigo da terra e, ao mesmo tempo, o mais arcaico e violento em suas práticas políticas e morais – deixando em dúvida a possibilidade de prosseguimento de sua estirpe. Nesse caso, o pressuposto é que o nobre (e não o burguês) seja a verdadeira força motriz da pátria ao optar não necessariamente pelo casamento, não necessariamente pela política, mas por se lançar ao mar numa aventura colonial em África, reafirmando o destino antigo de Portugal – todavia conforme as nuances

aqui apresentadas, uma vez que Eça também não poupa o aristocrata de suas críticas. Ainda assim, se Gonçalo não deixar descendentes, resta a dúvida se seria esta a melhor escolha para Portugal.

Jacinto, por fim, é o fruto de uma aristocracia miguelista (leia-se absolutista), exilada em Paris por não aceitar (assim como Afonso da Maia, um liberal) os termos da *Regeneração*. Ocorre que esse filho de Portugal, embriagado de civilização, de filosofias e da crença no progresso há de negar isso tudo em favor de uma vida retirada para sua quinta em Tormes, nas serras de Portugal (tal qual fizera Afonso da Maia, ao refugiar-se por vinte e cinco anos em sua quinta de Santa Olávia). O dado relevante é que Jacinto há de transportar para as serras apenas aquilo que julga o mais relevante da civilização: vidros para as janelas, cortinas, tapetes, alguns móveis e o telefone (a fim de manter contato com o médico). Eis o essencial. Nada de elevadores, conferençofones, teatrofones, trinta mil volumes de livros, etc. Ainda mais relevante será o fato de Jacinto ter um casal de filhos – é talvez a única ocorrência desse tipo em Eça (Amaro mata o próprio filho; Luísa não tem filhos e Teodorico se diz pai, mas nada se sabe de sua prole). Aparentemente, Jacinto talvez seja o modelo ideal e definitivo que Eça buscasse: o aristocrata ilustrado em Paris que, de forma benevolente (Jacinto era, à sua maneira, socialista), distribui uma pequena parte do que tem entre os súditos de sua quinta (manda construir casas novas, contrata um médico, introduz as primeiras letras, etc.).

O dado final, entretanto, é que, defendendo uma ou outra saída para a crise, Eça opta por fazê-lo adotando formas, para os respectivos romances, intrinsecamente irônicas⁷⁸, que ao mesmo tempo exaltam e rebaixam seus heróis, pondo a nu todas as suas incongruências, inconsistências e incoerências – algo perfeitamente visível, conforme foi possível demonstrar, quando os pobres entram em cena. Ao proceder assim, talvez a ironia formal deixe a periferia do capitalismo desoladamente sem a perspectiva de dias melhores – ao menos num horizonte próximo ao fim do século XIX. Todavia, diante do desalento dos “Vencidos da Vida”, talvez toda essa exposição das contradições fundamentais que assolavam Portugal fosse o único caminho possível para uma crítica consistente e, até certo ponto, propositiva para os impasses que o país vinha enfrentando ao longo de todo o século XIX.

⁷⁸ Ironia alcançada mais tarde, talvez, apenas por Thomas Mann. Conforme Adorno: “o autor, com o gesto irônico que revoga seu próprio discurso, exime-se da pretensão de criar algo real” (ADORNO, 2003, p. 60).

Nesse sentido, a sugestão de proceder à análise dos dois últimos romances como uma unidade, sobretudo ao conformarem uma resposta ao *Ultimatum*, buscou elucidar alguns desses impasses. O fato é que a aristocracia e o antigo regime já haviam sido desmantelados no campo das ideias pelo Iluminismo e vinham desde há muito sendo economicamente desafiados pela burguesia. Assim, por que, afinal, ela ainda fazia parte do processo político? Em Portugal, o único fato que justificava esse estado de coisas, historicamente, era o Império ultramarino, esteio do Estado monárquico. O *Ultimatum* foi, justamente, o processo que acabara com toda a ilusão coletiva de um Quinto Império de esplendor e glória (resultando na República, em 1910). O destino português, todavia, fora tão intrinsicamente ligado à expansão ultramarina que nem mesmo a República haverá de se desfazer das colônias – somente o processo de descolonização africana dos anos 1970 implicará a definitiva liquidação dessa fatura histórica, bem como o começo do fim para o Estado Novo português.

Assim, se Gonçalo fora o nobre que desafiara o próprio fim, Jacinto é o nobre que se adapta ao próprio fim. E é justamente essa negação do *Ultimatum*, operada nos dois romances, rejeitando, de uma forma ou de outra, o fim da nação o que permitiu aos portugueses a convivência, nas palavras de Lourenço, com essa sua existência dolorida.

Bibliografia

ADORNO, Theodor W. “Posição do narrador no romance contemporâneo”, in **Notas de Literatura I**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. “A questão colonial no Portugal oitocentista”, in Valentim Alexandre e DIAS, Jill (coord.). **Nova história da expansão portuguesa – O império africano, 1825-1890**, SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, v. 10, p. 23-132.

ARANTES, Paulo Eduardo. “Uma irresistível vocação para cultivar a própria personalidade” (partes I e II), in: **Trans/Form/Ação**. São Paulo: 26(I): 7-51, 2003; 26 (II): 7-42, 2003.

ARENDT, Hannah. **Rahel Varnhagen: judia alemã na época do romantismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto; Ed. Unesp, 2003.

AUERBACH, Erich. “Na Mansão de La Mole”, in **Mimesis**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. “Epos e romance”, in **Questões de Literatura e de Estética (A Teoria do Romance)**. São Paulo: Editora Unesp; Hucitec, 1998.

BENJAMIN, Walter. “A crise do romance” e “O narrador”, in **Magia e Técnica, Arte e Política** (Volume I). São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BERRINI, Beatriz (org.). **A Ilustre Casa de Ramires. Cem Anos**. São Paulo: EDUC, 2000.

BOAHEN, Albert Adu. “A África diante do desafio colonial”, in **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2ª ed. rev., Brasília: UNESCO, 2010.

BOOTH, Wayne C. **The Rhetoric of Fiction**. Chicago: The University of Chicago Press, 1968.

CANDIDO, Antonio. “Entre Campo e Cidade”, in **Tese e Antítese**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

EAGLETON, Terry. **Marx Estava Certo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador** (Volume 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

_____. **A Sociedade de Corte**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. Vol. I, 10ª ed., São Paulo: Editora Globo; Publifolha, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

FRYE, Northrop. **The Secular Scripture**. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções 1798-1848**. São Paulo: 18ª ed.: Ed. Paz e Terra, 2004.

_____. **A Era dos Impérios 1875-1914**. São Paulo: 10ª ed.: Ed. Paz e Terra, 2006.

JAMES, Henry. **The Portrait of a Lady**. Great Britain: Wordsworth Editions, 1996.

JAMESON, Fredric. **The Antinomies of Realism**. London; New York: Verso, 2013.

_____. **The Political Unconscious: Narrative as a Socially Symbolic Act**. New York: Cornell University Press, 1982.

LOURENÇO, Eduardo. **O Labirinto da Saudade**. Lisboa: Gradiva, 2012.

LUKÁCS, Georg. **A Teoria do Romance**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

_____. “Narrar ou descrever?”, in **Marxismo e Teoria da Literatura**. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **O Romance Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTOSO, José (org.). **História de Portugal (vol. 5)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MAYER, Arno J. **The Persistence of the Old Regime**. New York: Panthon Books, 1981.

MINÉ, Elza, CANIATO, Benilde Justo (Org.). **150 anos com Eça de Queirós – III Encontro Internacional de Queirosianos**. SP: Centro de Estudos Portugueses, Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, 1997.

MORETTI, Franco. **The Bourgeois – Between History and Literature**. London / New York: Verso, 2013.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. et SERRÃO, Joel. **Nova História de Portugal (Portugal e a Regeneração [1851-1900])**. Vol. X. 1ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Editora Brasiliense; Publifolha, 2000.

_____. **História Econômica do Brasil**. 45ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

QUEIRÓS, Eça de. **Os Maias: Episódios da Vida Romântica** (Edição comentada e ilustrada). 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. “Introdução”, in **A Ilustre Casa de Ramires** (Edição Crítica). Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

QUEIROZ, Eça de. **A Ilustre Casa de Ramires**. São Paulo: Hedra, 2000a.

_____. **A Cidade e as Serras**. São Paulo: Hedra, 2000b.

QUEIROZ, Eça de. **Obra Completa: quatro volumes**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

REIS, Carlos. **Estatuto e Perspectivas do Narrador na Ficção de Eça de Queirós**. Coimbra: Livraria Almedina, 1984.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Portugal: Ensaio Contra a Autoflagelação**. São Paulo: Cortez, 2011.

SARAIVA, José Hermano. **História Concisa de Portugal**. 7ª edição. Publicações Europa-América, 1981.

SCOTT, Sir Walter. **Ivanhoe**. Hertfordshire: Wordsworth Classics, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade: na História e na Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.